



JORNALISMO, CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE NO BRASIL

REGIÕES SUDESTE E SUL

ALLAN RODRIGUES [ORG.]

ANA KAROLINY MACHADO MACEDO
ANTÔNIO EUCLIDES RIBEIRO LOPES
CARLOS BARROS MONTEIRO
CARLOS FÁBIO MORAIS GUIMARÃES
CRISTIANE DE LIMA BARBOSA
GRACE SOARES COSTA
INARA REGINA BATISTA DA COSTA
KAROLINY RODRIGUES DA SILVA
LARISSA CEZAR DE SOUZA CAVALCANTE
MARCELO RODRIGO DA SILVA
MAYSA FERNANDA DA SILVA SARAIVA
NATASCHA ALMEIDA DANTAS
PATRÍCIA VAZ BORGES
RAPHAEL HENRIQUE CORTEZÃO

REGGO



Trokan

**JORNALISMO, CIÊNCIA E
MEIO AMBIENTE NO BRASIL**

REGIÕES SUDESTE E SUL



JORNALISMO, CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE NO BRASIL

REGIÕES SUDESTE E SUL

Allan Rodrigues (org.)

Ana Karoliny Machado Macedo

Antônio Euclides Ribeiro Lopes

Carlos Barros Monteiro

Carlos Fábio Morais Guimarães

Cristiane de Lima Barbosa

Grace Soares Costa

Inara Regina Batista da Costa

Karolyny Rodrigues da Silva

Larissa Cezar de Souza Cavalcante

Marcelo Rodrigo da Silva

Maysa Fernanda da Silva Saraiva

Natascha Almeida Dantas

Patrícia Vaz Borges

Raphael Henrique Cortezão



REGGO

© Os autores, 2020

Coordenação Editorial
Marcicley Reggo

Produção Editorial
Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico
© StudioReggo

Imagem da Capa
© koya979 / Shutterstock

Revisão Técnica
Allan Rodrigues

Ficha catalográfica
Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696 Rodrigues, Allan Soljenítsin Barreto.

Jornalismo, ciência e meio ambiente no Brasil: regiões sudeste e sul. Organizado por Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues. – Manaus: Reggo, 2020.

156 p.

ISBN 978-65-86325-01-0

1. Jornalismo científico II. Título.

CDD 070.4

22. Ed.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98). Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

O conteúdo desta edição (textos e imagens) é de inteira responsabilidade de seus autores. A editora se isenta de toda e qualquer informação que tenha sido apresentada de maneira equivocada por parte dos autores aqui publicados.

2020

EDITORA REGGO

Rua Rio Javari, 361 - Sl 303

69053-110 – N. Sra. das Graças – Manaus-AM

reggo.editorial@gmail.com

REGGO www.reggo.com.br | @editorareggo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 9

ANÁLISE DA CONTEXTUALIZAÇÃO E DA SENSIBILIZAÇÃO NA COBERTURA DE
EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS PELO JORNAL ONLINE “FOLHA DE SÃO PAULO”
Antônio Euclides Ribeiro Lopes | Grace Soares Costa | Allan Rodrigues 11

JORNALISMO E MEIO AMBIENTE: A SECA DE 2014 NO PORTAL DE NOTÍCIAS “O GLOBO”
Larissa Cezar de Souza Cavalcante | Cristiane de Lima Barbosa | Allan Rodrigues 23

JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E PLURALIDADE NA
COBERTURA DA MÍDIA ON-LINE SOBRE A ESTIAGEM DE 2014 NO ESPÍRITO SANTO
Karolyny Rodrigues da Silva | Raphael Henrique Cortezão | Allan Rodrigues 41

OS PRINCÍPIOS JORNALÍSTICOS COMO ALICERCE PARA ANÁLISE DA COBERTURA DE
EVENTOS CLIMÁTICOS: O CASO DO JORNAL ONLINE “ESTADO DE MINAS”
Ana Karoliny Machado Macedo | Inara Regina Batista da Costa | Allan Rodrigues 61

O PAPEL DO JORNALISMO NA COBERTURA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO
“DIÁRIO CATARINENSE”
Natascha Almeida Dantas | Carlos Fábio Morais Guimarães | Allan Rodrigues 77

ANÁLISE DA COBERTURA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS PELO JORNAL ONLINE
“GAZETA DO POVO”
Patrícia Vaz Borges | Carlos Barros Monteiro | Allan Rodrigues 97

A QUALIDADE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE MEIO AMBIENTE NO PORTAL
“CORREIO DO POVO”
Maysa Fernanda da Silva Saraiva | Marcelo Rodrigo da Silva | Allan Rodrigues 135

A investigação da qualidade da informação científica e ambiental das coberturas jornalísticas no Brasil figurou como a principal preocupação do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (Trokano) na sua primeira década de atividades. Desde a sua criação, em 2011, no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e certificação pelo Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadores, estudantes e graduação e pós-graduação ligados ao grupo veem se revezando ao longo dos anos fazendo análises sobre como a imprensa trata os assuntos relacionados às questões ambientais e utilizam informações científicas para dar sentidos às narrativas e informar seus públicos.

O Grupo Trokano criou e instalou o Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo na e sobre a Amazônia (LABJAM) nas dependências da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFAM) com objetivo de coordenar as pesquisas relacionadas à prática jornalística numa região de relevância mundial em aspectos econômicos, humanos e ecológicos. Do LABJAM emergem as pesquisas que deram suporte aos capítulos da coleção de e-books que o Trokano irá publicar em 2020 e 2021 voltados para a popularização do conhecimento científico produzido pelo grupo e, com isso, fazer com ele possa ser acessado tanto pelas empresas jornalísticas quanto pelos cidadãos que consomem suas notícias diariamente.

A coleção de e-books “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente” mostrará os resultados de pesquisas que analisaram o jornalismo científico e ambiental nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste em três edições. As duas primeiras, referentes às regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste serão lançadas este ano com financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Amazonas (FAPEAM), que proporcionaram recursos para publicação e bolsas de

iniciação científica para nossos vários grupos de jovens pesquisadores por dez anos. Esperamos que o conhecimento contido nas publicações sirva de base para transformações positivas dentro das redações, das escolas de jornalismo e na sociedade.

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues

Profa. Dra. Inara Regina Batista da Costa

Líderes do Grupo de Pesquisa Trokano

Este primeiro e-book da coleção “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente no Brasil” volta-se para a análise das coberturas jornalísticas sobre questões ambientais realizadas em jornais online das regiões Sudeste e Sul. Seu objetivo, assim como de toda a coleção, é qualificar a atividade jornalística sobre meio ambiente para que a sociedade tenha fontes de informações confiáveis para tomar decisões esclarecidas. A questão colocada para toda a humanidade neste século é decidir se dá continuidade ao atual modelo de desenvolvimento baseado nos princípios do capitalismo, vigente na maioria dos países, ou o substitui devido a indicações dele estar causando alterações climáticas capazes de extinguir a vida no planeta.

As pesquisas que serviram de base para este e-book possuem muito mais resultados, mas a impossibilidade de apresentá-los em apenas um capítulo nos levou a decisão de abordar aqueles relativos a duas categorias analisadas. Originalmente, cada pesquisa levou em conta cinco categorias de análise ao investigar as coberturas: precisão, independência, contextualização, pluralidade e sensibilização. Os capítulos a seguir apresentam os resultados e as inferências sobre eles referentes as categorias de contextualização e pluralidade. Em cada um deles fizemos questão de descrever os percursos metodológicos e aportes teóricos, mesmo correndo o risco de parecer repetitivos, pois no início desta caminhada nos faltaram referências de estudos similares onde estas trilhas metodológicas, epistemológicas e teóricas estivessem detalhadas.

Nesta primeira edição da coleção, as pesquisas voltam-se para as coberturas sobre meio ambiente nas regiões Sudeste e Sul. Os jornais online “Folha de S. Paulo”, “O Globo”, “Estado de Minas”, “A Tribuna” e “ES Hoje” do Sudeste e “Diário Catarinense”, “Gazeta do Povo” e “Correio do Povo” do Sul tiveram suas coberturas analisadas nos anos

de 2014/2015 e 2016/2017 respectivamente. Temas que mobilizaram a atenção da imprensa e da sociedade como a grave seca no Sudeste em 2014, o desastre ambiental do rompimento da Barragem de Mariana em 2015 e outros assuntos como os garimpos, os desmatamentos, as obras com impactos ambientais e os eventos climáticos extremos foram objetos do trabalho jornalístico dos veículos pesquisados.

O foco das análises presentes em cada um dos capítulos está em averiguar a qualidade da informação jornalística tendo como base os princípios gerais do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental. Neste e-book, apresentamos os resultados aferidos nas categorias da contextualização e da pluralidade. A primeira, busca analisar se houve a devida contextualização das causas e consequências dos problemas ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Já a segunda, preocupa-se em verificar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas nas questões ambientais tratadas pelos jornais.

Os resultados das pesquisas que divulgamos por meio deste e-book foram possíveis graças ao financiamento obtido pelo Trokano por meio do Programa de Apoio a Jovens Doutores (PJD), que contou com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da UFAM. Esperamos, com eles, contribuir para a qualificação das coberturas sobre meio ambiente, a melhor formação de jornalistas interessados em atuar na área ambiental e científica e com a construção de uma sociedade cujo modelo de desenvolvimento seja sustentável e justo socialmente.

Prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues
Organizador

ANÁLISE DA CONTEXTUALIZAÇÃO E DA SENSIBILIZAÇÃO NA COBERTURA DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS PELO JORNAL ONLINE “FOLHA DE SÃO PAULO”

Antônio Euclides Ribeiro Lopes¹
Grace Soares Costa²
Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues³

Este artigo apresenta os resultados do projeto de pesquisa “Análise da cobertura de eventos climáticos extremos pelo jornal online Folha de S. Paulo”, desenvolvido no período de setembro de 2015 a agosto de 2016, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (Trokanó), integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pergunta que orientou a investigação foi: a imprensa, representada pelo veículo Portal Folha de São Paulo, conseguiu informar eficientemente a sociedade sobre o fenômeno da seca de 2014 e suas implicações na principal cidade do Sudeste do país, São Paulo? Para o desenvolvimento do estudo, foram adotadas ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos das áreas da Comunicação, do Jornalismo, da Sociologia e da Ciência Política. O propósito do estudo foi qualificar as informações científicas e ambientais veiculadas pelo jornal online Folha de São Paulo (<http://www.folhaonline.com.br>) sobre a seca de 2014.

-
- 1 Jornalista. Pesquisador bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: imantoniolopes@gmail.com.
 - 2 Jornalista. Docente do Curso de Jornalismo da FIC-UFAM. Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Doutoranda em Tecnologia Educativa (UIB-Espanha). E-mail: grace.soares@gmail.com
 - 3 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokanó. Coordenador Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

A relevância da pesquisa se ancora na constatação de que a humanidade se depara com a possibilidade real de suas decisões causarem sua própria extinção. Grande parte das razões que levam Governos a não fecharem acordos sobre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social capaz de conciliar o progresso e o uso sustentável dos recursos naturais tem raízes na falta de apoio da opinião pública em seus respectivos países à medida que ocasionarão mudanças nos processos produtivos e nas relações de consumo. Logo, é possível correlacionar o aumento no nível de informação científica sobre a questão ambiental à tomada de decisão esclarecida sobre a adoção ou não das medidas necessárias para diminuir o aquecimento global com a efetiva ação governamental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar a cobertura jornalística sobre seca de 2014 usando o método da análise de conteúdo e a utilização de critérios objetivos, capazes de qualificar as matérias jornalísticas. A proposta da pesquisa teve como base o aporte teórico da função do jornalismo nas democracias, de seus princípios gerais e os elementos específicos dos seus gêneros científico e ambiental.

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam tornou-se um desafio, pois os mesmos estão em constante mutação. Em razão disso, foi adotada a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003) que, após 300 entrevistas com jornalistas, organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade, como se observa a seguir:

- **Compromisso com a verdade.** A verdade almejada pelo jornalismo é um processo contínuo pela busca da construção da realidade.
- **Lealdade ao interesse público,** que se refere à independência jornalística, o fato de o jornalismo ser financiado pelo setor privado, mas servir aos interesses públicos;
- **A disciplina da verificação,** que, segundo Chaparro (2001), alerta para o fato de que tem ocorrido com certa frequência no atual jornalismo, inundado de acontecimentos planejados e controlados por agentes tão competentes quanto interessados, a renúncia dos repórteres à sua função investigativa e crítica.
- **Independência das fontes** em que o jornalista acaba se acomodando diante de fonte, se contentando apenas em expor sem

antes fazer o trabalho indispensável que é, segundo Chaparro (2001), investigar, comparar, aferir, conferir, aprofundar, em benefício da veracidade de informação plena;

- **Ser um monitor independente do poder.** A imprensa deve ser independente de qualquer interesse, senão ao do consumidor de notícia;
- **Promover um fórum para a crítica e o comentário público.** Conforme afirma Pena (2005), são os casos onde há substituição das discussões de causas públicas e valores éticos por outra em que as representações da realidade interagem com o espetáculo, a simulação e a imagem virtual;
- **Apresentar o significativo de forma interessante e relevante.** Trata-se do entendimento do jornalista sobre o que é noticiável e de como produzir o texto que tornará determinada notícia interessante aos olhos do público, sem com isso distorcê-la;
- **O jornalista tem um dever com sua consciência** e deve ter consciência sobre sua responsabilidade em relação a tudo o que produz e publica, sabendo que seu trabalho pode influenciar e modificar a forma de pensar dos cidadãos.

A cobertura sobre assuntos relacionados ao meio ambiente tem sido denominada por autores, como Wilson Bueno (1984), de jornalismo ambiental. A função desta especialidade é estar política, social e culturalmente engajada com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para subsidiar a análise da cobertura jornalística sobre a seca de 2014 no estado de São Paulo, foi realizada uma revisão da bibliografia com foco na construção de critérios que caracterizem um bom manual de produção do jornalismo ambiental. Durante a revisão, destacaram-se oito pontos convergentes apontados pelos autores consultados;

- **Diversidade de fontes.** As fontes devem ser variadas;
- **Independência em relação às fontes.** A importância de não se ater às fontes sem ouvir pontos de vista contrários;
- **Abrir o espaço para o debate.** As controvérsias, o debate, o embate de ideias e as múltiplas opiniões devem ser contemplados, a fim de fugir do formato apenas denunciante que não agrega valor à cobertura ambiental;
- **Evitar o sensacionalismo.** Alimentar a neurose coletiva com previsões atemorizantes pode, além de promover a desinformação, levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes (FONSECA, 2004).

- **Nem tudo se resume às questões econômicas**, pois as matérias devem fazer também conexões com os campos político, cultural e social;
- **Procurar aliar jornalismo e educação**. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem que estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico social;
- **Evitar a fragmentação da cobertura**. Este tipo de cobertura oferece um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências (SCHARF, 2004);
- **Caráter revolucionário e engajamento**. A revolução proposta deve ocorrer no comprometimento dos jornalistas com a mudança de paradigmas. Em relação ao engajamento, ela se justifica diante da necessidade de adesão imediata e permanente à pedagogia da indignação a que se referia Paulo Freire. O autor refere-se à capacidade e à disposição de indignar-se com as injustiças e de dedicar seu trabalho a, no mínimo, atenuá-las.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Durante a pesquisa, foram utilizados métodos quali-quantitativos. A Análise de Conteúdo (AC) se apresentou como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação, dada a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias.

A AC também possibilita detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discrepâncias e para comparar conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. O veículo analisado foi o jornal online Folha de São Paulo (<http://www.folha.uol.com.br/>). A escolha deste periódico diário deu-se pelo fato de mesmo ter grande audiência em seu estado.

O método consistiu no recolhimento e análise de textos jornalísticos publicados de julho a dezembro de 2014 sobre a seca em São Paulo, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias de análise. Os textos foram selecionados

utilizando como ferramenta de busca as seguintes palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Ciência; Comunicação Científica; Seca.

Para a obtenção da amostragem necessária, foi levado em conta o período de publicação dos textos (2014) e seu gênero, o informativo, especificamente em seus formatos notícia e reportagem, assim descritos por Melo (2010). Foram obtidas, no total, 233 reportagens publicadas no jornal online Folha de São Paulo, que atenderam aos critérios da pesquisa. Após a seleção do material, foram definidas cinco categorias de análise: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização.

Categoria Precisão: analisa a veracidade e a precisão das informações publicadas. Engloba os elementos dos princípios gerais do jornalismo do compromisso com a verdade, da lealdade ao interesse público, da disciplina da verificação e do dever do jornalista com sua consciência;

Categoria Independência: analisa se houve problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos dos problemas ambientais. Agrega o princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder.

Categoria Pluralidade: analisa o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão ambiental. Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental.

Categoria Contextualização: analisa a contextualização das causas e consequências das questões ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas.

Categoria Sensibilização: utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar fatos ligados à questão ambiental, mas também para sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas. Congrega o princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, e sua função educativa.

Uma vez estabelecidas às categorias de análise, foi elaborado um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental.

As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria.

QUADRO 1: FORMULÁRIOS PARA ANÁLISE DAS REPORTAGENS.

CATEGORIA DE ANÁLISE	PRINCÍPIOS	ELEMENTOS ANALISADOS NAS REPORTAGENS DE CADA CATEGORIA	QUESTÕES FECHADAS DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS
Precisão	<p>Princípios gerais do jornalismo: Compromisso com a verdade; Lealdade ao interesse público; Disciplina da verificação;</p> <p>Dever jornalista com sua consciência.</p> <p>Função do jornalismo científico: Evitar o sensacionalismo.</p> <p>Característica do jornalismo ambiental: Evitar o sensacionalismo.</p>	<p>A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre a seca de 2014 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.</p>	<p>Qual o enfoque principal da matéria? Qual a causa apontada para a seca de 2014? O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?</p>
Independência	<p>Princípios gerais do jornalismo: Ser um monitor independente do poder Independência das fontes</p> <p>Função do jornalismo científico: Função Político-Ideológica</p> <p>Característica do jornalismo ambiental: Independência em relação às fontes</p>	<p>Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos da seca de 2014.</p>	<p>Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2014? A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiência das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca? Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público? A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?</p>
Pluralidade	<p>Princípios gerais do jornalismo: Promove fórum para debate</p> <p>Função do jornalismo científico: Função social</p> <p>Características do jornalismo ambiental: Diversidade das fontes Abrir o espaço para o debate</p>	<p>O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vezes envolvidas na questão da seca de 2014.</p>	<p>Qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria? Que vezes tiveram espaço na reportagem? Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos foram ouvidos na reportagem? Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?</p>

CATEGORIA DE ANÁLISE	PRINCÍPIOS	ELEMENTOS ANALISADOS NAS REPORTAGENS DE CADA CATEGORIA	QUESTÕES FECHADAS DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS
Contextualização	<p>Princípios gerais do jornalismo:</p> <p>Apresentar o significativo de forma interessante e relevante</p> <p>Características do jornalismo ambiental:</p> <p>Evitar a fragmentação da cobertura</p> <p>Nem tudo se resume às questões econômicas</p>	<p>A contextualização das causas e consequências da seca de 2014 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.</p>	<p>A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas?</p> <p>A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?</p> <p>A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global?</p> <p>A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?</p>
Sensibilização	<p>Funções do jornalismo científico:</p> <p>Função educativa</p> <p>Função Cultural</p> <p>Características do jornalismo ambiental:</p> <p>Procurar aliar jornalismo e educação</p> <p>Caráter revolucionário e engajamento</p>	<p>Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos da seca de 2014, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.</p>	<p>A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos a seca e a questão ambiental global?</p> <p>A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?</p> <p>A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?</p> <p>A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles?</p>

Fonte: Antonio Lopes, 2016.

RESULTADO – ANÁLISE DAS REPORTAGENS

A análise de conteúdo das reportagens foi realizada com base no grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre a seca no Sudeste e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental, agrupados em cada uma das cinco categorias de análise.

Na categoria contextualização foram analisadas as causas e as consequências da seca de 2014 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. O primeiro item do questionário verifica se

a reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas. Os números mostram que apenas 3% das matérias resgataram.

O critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se faz presente. As pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia, bem como as consequências dos fatos narrados.

O segundo item da categoria contextualização questiona se a matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos. Dentre as matérias analisadas, 92,28% não trouxeram a opinião, contra 1,71% que cumpriram. Mais uma vez os números provam que as reportagens não estão aliadas ao princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante. O texto jornalístico deve conter informação significativa para o público.

Ainda na categoria contextualização, a opinião de um especialista se faz indispensável para que as pessoas sintam-se inclinadas a ler a matéria. É importante destacar que são as fontes/os especialistas que garantem seriedade e credibilidade à informação. Sobre este dado, o estudo revelou que somente 12,44% das matérias traziam fontes especializadas.

O terceiro questionamento da categoria contextualização visava observar se a matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global. Como resultado, constatou-se que 98,28% correlacionaram. Embora as matérias sejam feitas para a população de São Paulo, deve-se levar em conta que estas são veiculadas para todo o país, já que o jornal é online e pode ser acessado por qualquer pessoa, de qualquer região, a qualquer hora. Wolf (2001) chama a atenção para o fato de os jornalistas definirem o grau de noticiabilidade de um fato levando em conta outro elemento por ele denominado como valores-notícia. Por conseguinte, apresentar a questão global é importante para que a matéria se torne relevante e interessante para o consumo da sociedade.

A quarta pergunta da categoria mostra que 63,09% das matérias não correlacionaram o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais, porém. Uma característica fundamental do jornalismo ambiental é que nem tudo se resume às questões econômicas. Geraque (2004) considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, não apenas os políticos e econômicos.

A categoria contextualização visa identificar também se as matérias apresentam elementos que as tornam interessantes e importantes para o leitor, por isso, o quinto item buscou verificar se a matéria procura explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos, ilustrações). Os números mostraram que 55,79% trouxeram esses

elementos, porém, ainda há um total de 44,20% de matérias que não apresentaram nenhum tipo de recurso.

A última categoria buscou verificar quais recursos desempenharam o papel de complementar a narrativa jornalística: 55,79% eram fotos, 16,30% hyperlink, 12,01% infográficos, 3,86% ilustrações e 2,57% outros recursos. Quadro, vídeo, animação e áudio não pontuaram. A matéria que traz algum tipo de recurso, dentre os listados acima, capta melhor a atenção do leitor e tornando-a mais atraente. O efeito está engajado ao princípio do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante. A ausência de recursos pode fazer com o leitor não compreenda da melhor forma o que está sendo exposto.

A categoria sensibilização analisou a utilização do espaço das reportagens para sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Entretanto, esta foi a categoria que mais apresentou resultados negativos. O primeiro item verificou se a matéria buscou apenas noticiar os efeitos da seca ou procurou apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos à seca e à questão ambiental global. Neste caso, 86,69% não apresentaram tais informações.

O segundo item analisou se a matéria buscou apenas noticiar os efeitos da seca ou se preocupou em traduzir para o leitor termos e expressões referentes à temática ambiental pouco conhecidos. Os resultados mostram que 70,38% não traduziram estes termos e 29,61% traduziram. Não traduzir os termos apresentados, sejam eles siglas ou nomes científicos, pode, muitas vezes, fazer com que o leitor não entenda a matéria. O jornal online Folha de São Paulo se contradiz com o critério do jornalismo ambiental de aliar jornalismo e educação, que é o conceito principal da categoria e em torno do qual os outros itens também estão relacionados. O jornalismo ambiental precisa e deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável, desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências.

O terceiro item da categoria busca saber se a matéria, além de noticiar os efeitos da seca, transmitiu conteúdos ambientais educativos aos leitores. O resultado foi que apenas 3,86% teve contribuição com a educação ambiental. A porcentagem alta das matérias que não transmitiram (96,13%) conteúdo ambiental aos leitores deve servir de alerta. Conforme Belmonte (2004), o jornalismo no meio urbano é também uma ferramenta de educação ambiental, fundamental para a sociedade moderna, pois é

também função da imprensa contribuir para melhoria da qualidade de vida nas cidades.

O último tópico da categoria sensibilização buscou verificar se a matéria, além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrou ao leitor como os problemas ambientais o afetam ou como eles podem agir diante de tais problemas. Do total analisado, somente 3,43% cumpriu a missão. A relevância da pesquisa se ancora na constatação de que, a humanidade se depara com a possibilidade real de suas decisões causarem sua própria extinção. Neste contexto, o papel, do jornalismo, cujo princípio histórico norteador é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007), torna-se essencial orientando como a sociedade pode agir diante de problemas ambientais que a afetam. O alto índice de matérias que não mostraram como a população pode agir diante de problemas comprova a falta de compromisso deste veículo com o critério do jornalismo ambiental de aliá-lo com a educação, de informar novos estilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas e cobrar soluções criativas do poder público.

CONCLUSÕES

A categoria contextualização buscou averiguar se houve ligação entre as causas e consequências da seca de 2014 e suas implicações sociais, culturais, econômicas ambientais e políticas. Os números das matérias que resgataram a história do problema da seca foram baixo, portanto, o critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se fez presente.

Os números também provam que as reportagens não estão aliadas ao princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante. A categoria sensibilização analisou a utilização do espaço das reportagens para sensibilizar a população sobre a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Entretanto, esta foi a categoria que mais apresentou resultados negativos. Mais da metade das matérias não buscou apresentar conteúdos educativos, portanto, verificou-se que houve desinteresse em aliar jornalismo e educação, critério do jornalismo ambiental para que o objetivo desta categoria seja atingido. Quando analisado como os problemas ambientais podem afetar a população e de que maneiras as pessoas podem agir diante deles, verificou-se um alto índice de matérias que não estão, novamente, ligadas ao critério do jornalismo ambiental de aliá-lo com a educação, informando novos estilos de vida, abrindo espaço para ideias alternativas e cobranças por soluções criativas do poder público.

Finalmente, com base no referido estudo, concluiu-se que a prática do jornalismo ambiental empreendida pelo Jornal Online “Folha de São Paulo” (São Paulo/SP), no ano de 2014, durante os meses analisados (julho a dezembro), era deficiente, apresentando-se pouco construtiva e informativa.

REFERÊNCIAS

- BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.
- CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.
- FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SANTOS, E. B. (Org.). **Jornalismo e conhecimento**. Florianópolis: PosjorUFSC/Insular, 1997.
- SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

JORNALISMO E MEIO AMBIENTE: A SECA DE 2014 NO PORTAL DE NOTÍCIAS “O GLOBO”

Larissa Cezar de Souza Cavalcante⁴

Cristiane de Lima Barbosa⁵

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues⁶

O ano de 2014 foi marcado por uma das secas mais severas registradas na região sudeste. O evento extremo impactou a disponibilidade de água para o consumo humano, produção de energia hidroelétrica e produção agrícola. Uma das áreas mais afetadas foi o Estado do Rio de Janeiro. Esse cenário suscitou preocupação em diversos setores, tais como a imprensa, que passou a noticiar dia e noite as causas e efeitos desse fenômeno natural.

Com o deflagrar desse evento ambiental e da crise hídrica, considerada a mais grave das últimas décadas (MARTINANI e PERES, 2016), as problemáticas oriundas da estiagem se tornaram temas centrais de reportagens da imprensa, sobretudo dos portais de notícias online. Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é analisar a cobertura jornalística da seca ocorrida na no Estado do Rio de Janeiro, em 2014.

O questionamento que orientou a investigação constitui-se em saber se a imprensa conseguiu informar de forma eficiente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações em uma das principais cidades do sudeste do País. Para dar conta da resposta, foram aplicadas

4 Jornalista. Pesquisadora voluntária do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: cavalcanteslarissa@gmail.com

5 Jornalista. Doutora em Ciências da Informação/Comunicação. Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). E-mail: crisbarbosa@ufam.edu.br

6 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos da área de jornalismo e meio ambiente. O intuito foi verificar se houve qualidade nas informações científicas e ambientais passadas pelo jornal online “O Globo” durante a cobertura jornalística da seca no ano que ocorreu o fenômeno.

Para tanto, foi necessário atingir os seguintes objetivos específicos: a) construir um aporte teórico e metodológico para a análise da referida cobertura; b) realizar a análise das narrativas jornalísticas; c) apresentar os resultados da análise problematizando-a a luz dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental.

O presente trabalho de pesquisa integra a segunda fase do projeto de pesquisa “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente na Amazônia”, aprovado no Edital 043/2013 do CNPq⁷, sob coordenação do professor Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues.

Para realizar a análise das reportagens sobre a seca de 2014 no Estado do Rio de Janeiro, foi empregada a análise de conteúdo visto que o método é tido como um dos métodos mais eficientes para rastrear por sua capacidade de fazer interferências sobre informações impressas ou gravadas (SANTOS 1997). Como resultado, espera-se obter a aferição da qualidade da informação recebida pelos leitores e, conseqüentemente, se a cobertura jornalística contribuiu ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores de uma das principais capitais da Região Sudeste sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais e seus efeitos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PAPEL DO JORNALISMO

Um dos maiores desafios na nossa era é como lidar com os efeitos constantes das mudanças climáticas⁸. O cenário é grave. Dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentam que no período de 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85°C. Devido às concentrações atuais e as emissões contínuas de gases de efeito estufa, é provável que o final deste século registre um aumento de 1 a 2° C na temperatura média global acima do nível de 1990 (cerca de 1,5 a 2,5° C acima do nível pré-industrial). O painel conclui que a mudança climática é real e que as atividades humanas são a sua principal causa. (ONU, 2020).

7 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

8 Mudanças climáticas é outro nome dado para o aquecimento global. Acontecem quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver (FARIS, 2009).

Por outro lado, a questão ambiental e suas diversas nuances tais como aparecem na mídia ajudam a compor a forma como o público entende os inúmeros problemas contemporâneos, que caracterizam a alta modernidade, ou modernidade reflexiva (Giddens, 1999), como as mudanças climáticas. Foi a partir dos anos 80 que a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas começou a ganhar força, época em que os debates científicos se intensificaram e a opinião pública, especialmente nos Estados Unidos, tomou conhecimento do que seria o aquecimento global, o aspecto mais evidente das alterações. Segundo Loose e Girardi (2017), a inserção das ditas mudanças climáticas na pauta dos meios de comunicação só foi sendo ampliada, embora a cobertura do tema, nunca tenha ocorrido de forma sistemática. As alterações do clima se tornam pauta nos veículos de comunicação durante a divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de estado, ou seja, de forma esporádica. Nesse ponto é importante também recorrer a Bueno (2007a) que conceitua jornalismo ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. O autor reforça que o jornalismo ambiental desempenha diversas funções, tais como a informativa, a pedagógica e a política.

Na medida em que o jornalismo busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais, ele tem potencial para voltar-se para um papel esclarecedor, educador e informacional (SOUSA, 2000). O discurso jornalístico pode, então, contribuir para a compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental. Loose e Girardi (2017) apontam que mesmo com as falhas e lacunas na cobertura das mudanças climáticas – não apenas no Brasil –, a mediação realizada pelos veículos comunicação social é considerada de extrema relevância. Deste modo, o trabalho científico e as decisões sócio-políticas podem se tornar públicas e a população pode ter informações para enfrentar tais riscos. “Assim, o jornalismo tem um papel social a cumprir: o de empoderar os cidadãos por meio de informações qualificadas” (LOOSE; GIRARDI, 2017, p.157).

É neste contexto que ocorreu em 2014 a maior seca dos últimos cem anos na Região Sudeste. A falta de d’água histórica ocasionou incêndios e desabastecimento nos maiores Estados do Brasil. No Rio, no município de Barra do Piraí, 70% dos moradores enfrentaram racionamento de água. Em Angra dos Reis também ocorreu controle dos recursos hídricos.

Conforme aponta Girardi et al (2012), o advento das evidências científicas sobre as mudanças ambientais globais consolidou o ecológico como eixo recorrente de enquadramento da vida contemporânea. Desse modo, no jornalismo diário e especializado não faltam exemplos dessa presença, desdobrada em diferentes coberturas. Os autores destacam que além dessas possibilidades o universo on-line desperta um campo rico de atuação. Isso reforça as já existentes expectativas sobre a potencialidade da informação jornalística como elemento importante na construção de soluções para uma vida sustentável.

Diante desse cenário, o questionamento dessa pesquisa consistiu em saber se a imprensa do Rio de Janeiro deu conta do trabalho de ajudar a sociedade a compreender as causas e as consequências destes fenômenos naturais e, conseqüentemente, a tomar decisões diante das questões de fundo do problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e políticas públicas). Para tanto, foi realizada a análise da cobertura jornalística da seca de 2014 no Rio de Janeiro pelo jornal online “O Globo”, tendo como fundamento os princípios do jornalismo.

Neste contexto, o papel do jornalismo, cujo princípio histórico justificador é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007), torna-se essencial para que a sociedade tome decisões esclarecidas sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o Brasil. Visto que o jornalismo busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais, ele tem potencial para voltar-se para um papel esclarecedor, educador e informacional (SOUSA, 2000). Por isso, o discurso jornalístico pode contribuir para o envolvimento da população na conservação dos recursos naturais, aumentando a compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental à saúde, ao trabalho, às condições de vida, ao lar, ao lazer, à escola e à sociedade como um todo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, houve primeiramente a busca do referencial teórico, qualificando-se como uma pesquisa descritiva de cunho bibliográfico, seguido por uma pesquisa qualiquantitativa, presente no último objetivo específico. Por se tratar de uma observação das características de um determinado fenômeno social e das relações entre variáveis, este trabalho é classificado como uma pesquisa descritiva objetiva, tendo como método o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como a observação sistemática e o estabelecimento dos mesmos padrões para tal, assumindo a forma de levantamento (GIL, 2002, p. 42). Este estudo

contribui com informações preliminares relativas ao fenômeno investigado, permitindo melhor delimitação do problema de pesquisa.

Utilizou-se a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS 1997). Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias. Melo (2009) já destacava a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo.

A análise de conteúdo aplicada na coleta de dados foi empregada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. A técnica foi eficiente para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discrepâncias e para comparar conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. Conforme Santos (1997, p. 125).

A análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens, consagrou-se na segunda metade do século XX com trabalhos seminais de Klaus Krippendorff e de Robert Weber.

Com base nos pressupostos descritos acima, procedeu-se à análise do conteúdo jornalístico publicado no jornal online “O Globo”. A escolha deste periódico diário se justifica pelo fato deste ter a maior audiência em seu Estado. O método consistiu no recolhimento e análise de textos jornalísticos publicados de julho de 2014 a dezembro de 2014 com o intuito de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios que foram adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses conterem as seguintes palavras-chaves: seca, estiagem ou vazante; e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010). Foram recolhidas 55 reportagens publicadas no jornal online “O Globo” que atenderam aos critérios da pesquisa, os meses de outubro e novembro apresentaram a maior incidência de publicações.

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). A escolha das categorias obedeceu as

seguintes premissas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

Para o estudo original deste artigo, foram exploradas cinco categorias de análise: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização. Entretanto, para melhor expor os resultados neste artigo a análise foi concentrada nos aspectos da Pluralidade e Contextualização.

Na categoria denominada Pluralidade, analisou-se o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão ambiental. Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental. Já na Categoria Contextualização: verifica a contextualização das causas e consequências das questões ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas.

Após definidas as categorias de análise, foi elaborado um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens apresentavam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental. A análise de conteúdo das reportagens permitiu traçar um quadro sobre a cobertura frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (jornalistas).

ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A SECA NO RJ NO JORNAL ONLINE “O GLOBO”

O estudo quantitativo e qualitativo desta pesquisa analisou a cobertura jornalística sobre a seca no Estado do Rio de Janeiro realizada pelo jornal online “O Globo” usando o método de análise de conteúdo que

requer a utilização de critérios objetivos. A proposta da pesquisa foi construí-los tendo como base o aporte teórico da função do jornalismo nas democracias, de seus princípios gerais e os elementos específicos dos seus gêneros científico e ambiental. A associação de princípios e valores tornou o jornalismo o que Hymes (1980) denomina de como comunidade interpretativa. Este conceito é definido como um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade.

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante modificação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria. Em virtude disso, adotamos a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade.

Ao trabalho dos autores acrescentamos outras contribuições teóricas de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação (PENA 2005; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) Compromisso com a verdade; Lealdade ao interesse público; A disciplina da verificação; Independência das fontes; Ser um monitor independente do poder; Promover um fórum para a crítica e o comentário público; Apresentar o significativo de forma interessante e relevante; O jornalista tem um dever com sua consciência.

Investigar o papel do jornalismo no esforço global de conciliar progresso e meio ambiente significa contribuir para qualificar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação dos cidadãos. Isto nos reporta ao jornalismo científico, na medida em que este promove a divulgação da ciência e tecnologia via meios de comunicação de massa, segundo os critérios e o sistema de produção jornalístico.

Ao problematizar o papel do jornalismo científico, Ivanissevich (2005) considera que compete a ele possibilitar debates sobre questões polêmicas como a clonagem de embriões, alimentos transgênicos e mudanças climáticas globais. Essa função teria amparo não somente nas responsabilidades éticas da mídia, mas também porque têm apelo popular e asseguram a audiência e a venda do produto, notícia.

Apesar de o jornalismo ambiental compartilhar diversos elementos oriundos do jornalismo científico, a cobertura dos fatos relacionados à questão ambiental necessita de outras abordagens além da científica por envolver o debate de problemas com implicações científicas, sociais, econômicas e políticas (OLIVEIRA, 1990).

Bueno (2007) ressalta o fato de o jornalismo ambiental está em fase de construção de um conceito para além dos limites do jornalismo científico tradicional, do econômico e do cultural. De acordo com este autor,

Jornalismo Ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa, ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos/ sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (BUENO, 2007, p. 31).

A função social deste jornalismo ambiental é estar política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O atingimento desta função pressupõe a observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos. Com o objetivo de analisar a cobertura jornalística sobre a seca ocorrida na Região Sudeste do Estado do Rio de Janeiro realizada pelo jornal online O Globo, objeto desta pesquisa, realizamos uma revisão da bibliografia produzida a este respeito e ressaltamos os oito pontos convergentes apontados por autores consultados: Diversidade de fontes (BUENO, 2007); Independência em relação às fontes (TAUTZ, 2004); Abrir o espaço para o debate; Evitar o sensacionalismo (FONSECA, 2004, p.174); Nem tudo se resume às questões econômicas; Procurar aliar jornalismo e educação. (BELMONTE, 2004); Evitar a fragmentação da cobertura; e Caráter revolucionário e engajamento.

RESULTADOS – ANÁLISES DAS REPORTAGENS

Por meio da análise de conteúdo das reportagens selecionadas durante o estudo foi possível traçar um quadro a respeito da cobertura jornalística sobre a seca ocorrida no Rio de Janeiro, tendo em vista os princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental. Os resultados da pesquisa obtidos a partir da análise de conteúdo das reportagens foram analisados de acordo com o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas a respeito do fenômeno seca e a observância aos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental, agrupados em duas categorias de análise, a seguir o detalhamento.

Categoria Pluralidade

Nessa categoria, foram verificadas se as matérias analisadas cumprem o papel de proporcionar uma discussão por meio de indagações dentro das próprias reportagens. Esse aspecto permite mostrar se

foram pontuadas as diversas vozes presentes em uma mesma questão e a opinião de vários especialistas sobre o tema.

O primeiro questionamento se refere à natureza das fontes ouvidas na matéria, 94,55% oriundas de fontes oficiais – mantidas pelo Poder Público, 60% de fontes independentes e nenhuma matéria apresentou fontes oficiosas – protegidas pelo anonimato. O maior percentual deve se justificar pelo ao fato de na maior parte os assuntos abordarem consequências e medidas para conter a estiagem e haver a necessidade de resposta do poder público. Entretanto, seria fundamental dar espaço também a outros atores envolvidos na questão. As matérias apresentaram um número significativo da participação de pesquisadores, quando se tratava das causas e consequências da seca, e da sociedade civil demonstrando os efeitos sociais e econômicos da estiagem, conforme dados do quadro abaixo:

TABELA 1 – CATEGORIA PLURALIDADE

CATEGORIA PLURALIDADE - ITEM 1		RESULTADOS (%)
Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria?	Oficiais – mantidas pelo Poder Público	94,55
	Oficiosas – protegidas pelo anonimato	0
	Independentes – ONG's, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado	60

Fonte: Pesquisador/2016.

Que “vozes” tiveram espaço nas reportagens analisadas foi o aspecto abordado no segundo tópico. Conforme a análise, a fatia de 94,55% é constituída pelo poder público, 40% por pesquisadores, 21,82% pessoas afetadas pela seca e 10,91% outros. O elevado índice do poder público apresentou espaço preponderante nas reportagens, desprezando a opinião dos pesquisadores e desconsiderando a função social do jornalismo científico que se manifesta pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Entretanto é preciso ter cuidado com a chamada síndrome do zoom ou olhar vesgo, citado por Bueno (2007), que tem a ver com a fechamento do foco da cobertura, a fragmentação

que retira das notícias sua perspectiva inter e multidisciplinar. Ou seja, reduzir a cobertura ambiental a um olhar político.

O percentual baixo (21,82%) de pessoas afetadas pelos problemas ambientais que foram ouvidas nas matérias é preocupante sob a ótica jornalística e social. Isso porque as pessoas atingidas constituem um elemento fundamental para que a matéria promova um fórum para a crítica e o comentário público. Ao privilegiar fontes do âmbito acadêmico, do universo político e da comunidade empresarial o jornalista ambiental incorre em uma atitude elitista, autoritária e não democrática ao retirar o espaço das falas e experiências dos cidadãos comuns (BUENO, 2007).

TABELA 2 – CATEGORIA PLURALIDADE

CATEGORIA PLURALIDADE – ITEM 2		RESULTADOS (%)
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	Poder Público	94,55
	Pesquisadores	40
	Pessoas afetadas pelos problemas ambientais	21,82
	Outros	10,91

Fonte: Pesquisador/2016.

Na sequência, foram verificadas quantas opiniões científicas foram ouvidas nos casos em que a reportagem aborda as causas e consequências da seca. Diante das 55 matérias coletadas, 60% não apresentaram nenhuma opinião científica, 32,73% uma opinião e 18,18% ouviram dois especialistas. “O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés” (BUENO, 2007, p.36). Os dados percentuais analisados demonstram o desrespeito ao critério do jornalismo ambiental de abrir espaço para o debate, em que as matérias devem apresentar diferentes pontos de vista para que surjam as controvérsias e, conseqüentemente, desenvolva um fórum para a crítica e o comentário público.

TABELA 3 – CATEGORIA PLURALIDADE

CATEGORIA PLURALIDADE – ITEM 3		RESULTADOS (%)
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?	1	32,73
	2	18,18
	Mais de 2	1,82
	Nenhum	60

Fonte: Pesquisador/2016.

Portanto, após a verificação percentual percebeu-se que houve a busca por diversos atores tais como: poder público, pesquisadores, especialistas e pessoas afetadas pela seca. Entretanto, de forma mais concentrada a maioria 94,55% das matérias teve como fonte o poder público, já que retratavam consequências e medidas para conter a estiagem. Constatando-se aqui um olhar mais restrito do fenômeno, já que os jornalistas poderiam ter ouvido outras fontes importantes dentro do evento extremo. Diagnosticou-se que 60% das reportagens não apresentaram nenhuma opinião científica, o que dentro da temática abordada é considerado negativo, por não gerar um conhecimento embasado para a população. Do total de análises, 32,73% ouviu um especialista, demonstrando que os jornalistas desconsideraram o critério do jornalismo ambiental de abrir espaço o debate.

4.1.2 Categoria Contextualização

Nesta categoria, o critério do jornalismo de evitar a fragmentação da cobertura se faz presente, pois deve haver um entendimento completo sobre o tema abordado no texto. Desse modo, há o dever do jornalista de apresentar notícias significantes e relevantes e não resumir suas matérias a questões econômicas. A análise do conteúdo desta categoria demonstrou que em 92,73% a reportagem não resgatou as raízes históricas dos problemas das secas e 7,28% tiveram esta preocupação. A falha apresentada na maioria das matérias contraria o critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura, e segundo Scharf (2004), esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto dos problemas ambientais, ou seja, as pessoas acabam não sabendo o que aconteceu antes das notícias e suas prováveis consequências.

TABELA 4 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 1		RESULTADOS (%)
A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas das secas?	Sim	7,28
	Não	92,73

Fonte: Pesquisador/2016.

Ainda nesta categoria, 65,45% não apresentaram nas reportagens a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos, enquanto 34,55% apresentaram. Enquanto 94,55% das matérias não correlacionaram à estiagem com a questão ambiental global e apenas 5,45% se preocuparam em situar o leitor quanto à influência dos problemas ambientais na região sudeste do País.

Isto demonstra que os jornalistas desconsideraram o princípio de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, Wolf (2001) reitera que os jornalistas se baseiam muito mais na capacidade de um fato virar ou não notícia, intitulado de critério de noticiabilidade, que no instinto imponderável. O autor considera ainda, que os repórteres definem o grau de noticiabilidade de um fato considerando os valores-notícias.

Logo, trazer a opinião de especialistas e apresentar a questão global é importante para complementar à relevância da matéria e no jornal online O Globo faltou à contextualização dos problemas ambientais e, em alguns casos, os textos parecem incompletos.

TABELA 5 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 2		RESULTADOS (%)
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?	Sim	34,55
	Não	65,45

Fonte: Pesquisador/2016.

TABELA 6 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 3		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou o problema seca com a questão ambiental global?	Sim	5,45
	Não	94,55

Fonte: Pesquisador/2016.

O item, abaixo, analisou se a matéria correlacionou o problema/ questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais, 70,90% apresentaram essa preocupação, enquanto 29,09% não. Segundo o critério do jornalismo ambiental, aspectos econômicos e científicos não podem ser privilegiados em relação a outras vertentes como a social, cultural e política. Assim, o jornal online *O Globo* apresentou na maioria de suas notícias voltadas para outros interesses fora do âmbito financeiro que possuem relevância e função social.

Entretanto, 29,09% ainda ferem o conceito que afirma que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos.

TABELA 7 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 4		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?	Sim	70,90
	Não	29,09

Fonte: Pesquisador/2016.

No quinto item de análise, é questionado se a matéria buscou explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos e ilustrações), 80% fez uso de recursos gráficos, demonstrando a tendência da linguagem do jornalismo online. Por outro lado, 20% das matérias não contaram com esse recurso, apesar de estar disponível na internet.

TABELA 8 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 5		RESULTADOS (%)
A matéria busca explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos, ilustrações)?	Sim	80
	Não	20

Fonte: Pesquisador/2016.

No último item da categoria, 78,18% das reportagens fizeram uso de fotografias, 9,09% infográficos, 9,09% hiperlink e 3,64% outros recursos. A maioria das reportagens fez uso do recurso gráfico “foto” e não apresentou as reportagens de forma interessante e relevante, ou seja, descumprindo este princípio do jornalismo. Logo, demonstra uma falha do jornal em não fazer uso dos diversos recursos gráficos que permitem a interatividade e contribuem para a contextualização do problema ambiental.

TABELA 9 – CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO – ITEM 6		RESULTADOS (%)
Qual o(s) recurso(s) utilizado?	Foto	78,18
	Ilustração	0
	Infográfico	9,09
	Tabela	0
	Quadro	0
	Vídeo	0
	Animação	0
	Áudio	0
	Hiperlink	9,09
	Outros	3,64

Fonte: Pesquisador/2016.

Portanto, nesta análise as reportagens não buscaram contextualizar o fenômeno seca contribuindo para a fragmentação da cobertura e para que o leitor não tenha um entendimento completo sobre o tema abordado. Não trouxeram em suas matérias a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da estiagem e possíveis prognósticos, além de não correlacionar a seca com a questão ambiental global. Isso demonstrou a falta de preocupação dos jornalistas em apresentar as notícias de forma significativa e relevante.

CONCLUSÃO

Ao apresentar os dados do levantamento ao longo do artigo, é possível concluir que no corpus analisado houve um foco mais centrado nas fontes oficiais e pouco se priorizou a voz da sociedade nas matérias analisadas. Em resposta ao questionamento dessa pesquisa, esse indicador pode, de certa forma, comprometer a alta qualidade do texto jornalístico, que deveria estar envolvido com o meio ambiente de maneira sistêmica. Isso porque o jornalismo ambiental deve ter o compromisso com a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania, não devendo ser reduzido a sedução do progresso tecnológico, do esforço quase socialmente injusto do aumento do PIB ou mesmo da produção dos grãos, conforme aponta Bueno (2007a).

Quanto aos resultados, na verificação da categoria Pluralidade, observou-se que as vozes mantidas pelo poder público são priorizadas contrariando o princípio de diversidade das fontes. Nas matérias analisadas, poucos pesquisadores tiveram espaço nas reportagens, haja vista que 60% das reportagens não apresentaram nenhuma opinião científica, o que dentro da temática abordada é considerado negativo, por não gerar um conhecimento científico sobre o evento climático. Essa constatação contraria a máxima do jornalismo ambiental de que a responsabilidade, comprometimento com a sustentabilidade e a promoção da cidadania devem ser princípios presentes para o aumento da percepção pública sobre a urgência do problema. Por isso é fundamental que todos os atores sejam ouvidos numa reportagem sobre consequências trágicas em nível ambiental.

Já na categoria Contextualização, o número de notícias que resgatou as raízes históricas é minoria, o que precisa ser trabalhado para que haja harmonia com o critério do jornalismo ambiental que alerta para evitar a fragmentação da cobertura. As reportagens não buscaram diversificar os recursos gráficos, ou seja, não tornaram a notícia interessante aos olhos do leitor. O que demonstra o descumprimento ao princípio de apresentar o significativo de forma interessante e relevante.

Esse estudo preliminar sobre categorias de um veículo como o portal “O Globo” revela nuances de que o Jornalismo Ambiental tem, ainda nos dias atuais, imensos desafios a ultrapassar. Não é fácil superá-los. Por isso, é crucial que jornalistas e sociedade interajam e possam trabalhar para mudar esse cenário. Não se trata de publicar notícias com efeitos negativos, mas é indispensável repensar a abordagem dos fenômenos e impactos na sociedade de modo a chamar a atenção para o enfrentamento e conectar o jornalismo ambiental a raiz dos problemas e gerar mudanças.

Assim, a ideia desse artigo foi de contribuir para estudos futuros sobre a temática e promover o fortalecimento das discussões sobre a relação do jornalismo ambiental nesse cenário de eventos extremos e riscos climáticos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.
- BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007a.
- CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.
- FARIS, Stephan. **Mudança climática: as alterações do clima e as consequências diretas em questões morais, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GIDDENS, A. Risk and Responsibility. *The Modern Law Review Limited*. 62(1), 1-10, 1999. doi: 10.1111/1468 – 2230.00188.
- GIRARDI, Ilza Maria T.; SCHWAAB, Reges. MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. C&S.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HYMES, D.H. (1980). Functions of Speech. In: D.H. Hymes, **Languages in Education, Washington, D.C.:** Center for Applied Linguistics.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.
- LOOSE, Eloisa B.; GIRARDI, Ilza Maria T.; **O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. INTERIN, v. 22, n. 2, jul./dez. p. 154-172. 2017.

MARTIRANI, Laura Alves. PERES, Isabela Kojin. Crise hídrica em São Paulo: cobertura jornalística, percepção pública e o direito à informação. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 1 n p. 1-20, jan.-mar. 2016.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e a mudança climática**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mudanca-climatica>. Acesso em 22 abr. 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 2.

_____. **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa, Vega, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E PLURALIDADE NA COBERTURA DA MÍDIA ON-LINE SOBRE A ESTIAGEM DE 2014 NO ESPÍRITO SANTO

Karolyny Rodrigues da Silva⁹

Raphael Henrique Cortezão¹⁰

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues¹¹

A cada novo ano, a população capixaba testemunha preocupada inúmeros estragos e mortes causadas por fortes chuvas que atingem diversos municípios do estado. Para as mais de 330 mil pessoas que vivem nas áreas consideradas de risco em todo o Espírito Santo, conforme dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), os efeitos decorrentes das mudanças climáticas sequer dependem de complexos estudos ou de conferências internacionais para se mostrarem reais e se tornarem motivo de apreensão, já que vivenciam na prática os riscos e consequências de enxurradas, deslizamentos e inundações. Em janeiro de 2020, a curva ascendente que vem mostrando um aumento significativo no volume de chuvas intensas novamente se repetiu, respaldando as conclusões de estudo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden): o número de eventos extremos em Vitória, capital do Espírito Santo, saltou de 16 ocorrências, entre 1960

9 Jornalista. Pesquisadora Bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: contatokarolrodrigues@gmail.com

10 Jornalista e Assessor de Comunicação. Mestrando em Sociedade e Cultura da Amazônia. Especialista em Publicidade, Propaganda e Marketing. Professor convidado da Faculdade Boas Novas (FBN). Membro do Grupo de Pesquisa Trokano. E-mail: faelcortezao@gmail.com

11 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

e 1980, para 38 ocorrências entre 2000 e 2020 (MARENGO *apud* LOPES, 2020).

A ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos como os vivenciados no Espírito Santo não é uma situação isolada. O mais recente Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2019 do Programa das Nações Unidas para o Meio (Pnuma) reafirma os alertas de avanço desenfreado do aquecimento global em decorrência dos níveis de emissões globais de gases de efeito estufa e traz um novo apelo: é preciso reduzir em mais de 7% os níveis globais de emissões ao ano. Ainda que todos os compromissos atuais sob o Acordo de Paris sejam implementados, a previsão dos cientistas é de que as temperaturas deverão subir 3.2°C – acima dos 2°C estabelecidos como meta no acordo. A redução nas emissões não pode mais esperar muito: precisa ocorrer já na próxima década de 2020 a 2030, caso contrário, os impactos climáticos serão ainda maiores e mais destrutivos que os já vivenciados: novos furacões, grandes estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora e outros reflexos igualmente preocupantes (UNITED, 2019).

Seja pelo número de pessoas envolvidas ou pela gravidade das consequências nas mais diversas searas da vida em sociedade, a ocorrência desses fenômenos extremos tem ocupado com bastante frequência espaços de destaque na imprensa local das mais diversas regiões do mundo, pois se configuram, inegavelmente, acontecimentos. A visão dualista apresentada por Quéré (2005) ao abordar a participação da mídia na conformação daquilo que acontece, a qual decompõe em fato e sentido as dimensões do acontecimento, ocupa o cerne da questão sobre a qual se debruçou o projeto de pesquisa que deu origem aos dados ora discutidos: ao mesmo tempo em que contempla a explicação causal e edificação do passado e futuro de um acontecimento por meio de narrativas, ele próprio – o acontecimento – também constitui fonte de esclarecimento e de explicações potencialmente capazes de transformar.

Neste contexto, o papel do jornalismo, cujo princípio histórico justificador é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007), torna-se essencial para a tomada de decisões esclarecidas sobre o modelo de desenvolvimento e consumo a ser defendido e adotado. À medida em que o jornalista busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais e, para isso, ancora suas bases em princípios éticos e procedimentos pragmáticos capazes de cumprir com suas funções essenciais e manter padrões razoáveis de objetividade, amplia-se o potencial do acontecimento jornalístico como propulsor do esclarecimento e da educação por

meio da informação (SOUSA, 2000). Ao investigar o papel da mídia local no esforço global de conciliar progresso e meio ambiente, busca-se aqui contribuir para qualificar as abordagens jornalísticas em relação à questão ambiental e elevar o potencial esclarecedor e emancipador da informação consumida pelo público.

Como parte desse esforço, o presente capítulo apresenta reflexões produzidas a partir de um recorte dos resultados empíricos de pesquisa de iniciação científica integrante do projeto “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente na Amazônia”, cujo objetivo principal foi analisar a cobertura jornalística da seca ocorrida na Região Sudeste no Estado do Espírito Santo pelos jornais online A Tribuna (<http://www.tribunaonline.com.br/>), A Gazeta (<http://www.gazetaonline.com.br/>) e ES Hoje (<http://www.eshoje.jor.br/>), escolhidos com base no critério de maior representativa de acessos entre os veículos de mídia on-line daquele estado. O estudo quanti-qualitativo consistiu no levantamento e posterior análise de conteúdo de textos jornalísticos informativos publicados de julho a dezembro de 2014¹² sobre o fenômeno da estiagem no Espírito Santo, tendo também como critério de recorte a menção às palavras-chave: seca, estiagem ou vazante.

Em suma, as considerações produzidas a partir dos resultados do estudo apontam forte tendência dos veículos de mídia analisados a abordagens com enfoque factual acerca do fenômeno climático estudado, grande dependência de fontes oficiais do poder público e postura pouco crítica ou questionadora acerca das responsabilidades dessas fontes em relação às causas e consequências da estiagem.

O desinteresse por parte dos portais de notícia em aliar jornalismo e educação, critério relevante para a qualificação do jornalismo ambiental, também se revelou significativo na amostra estudada. Por outro lado, importante parcela das matérias analisadas trouxe opiniões de especialistas quanto ao diagnóstico da situação da seca e possíveis prognósticos e correlacionou o evento extremo a questões econômicas, políticas ou culturais, indicando preocupação com a contextualização e a pluralidade das abordagens, além de terem apresentado, em sua maioria, linguagem precisa e construções textuais que indicam compromisso com a averiguação das informações publicadas sobre a estiagem no Espírito Santo.

12 O período foi escolhido por coincidir com a ocorrência de uma drástica redução no volume de precipitação de chuvas na região, caracterizando um evento climático extremo. Estudo sobre o ano hidrológico 2014-2015 no Espírito Santo sustenta que choveu até 75% menos do que deveria em algumas regiões naquela primavera, considerada a estação mais chuvosa do ano (RAMOS et al, 2016)

JORNALISMO, MEIO AMBIENTE E INFORMAÇÃO DE QUALIDADE: MARCOS TEÓRICOS

Historiadores e cientistas sociais de todo o mundo reconhecem, em seus principais trabalhos, a relevância da comunicação humana no contexto das grandes transformações vivenciadas em nossa sociedade ao longo dos séculos. Com o advento da imprensa, no século XV, essa atividade ganhou protagonismo ímpar na formação da esfera pública e deslocou as noções de tempo e espaço até então conhecidas (BRIGGS & BURKE, 2006; THOMPSON, 2011). Desde então, vimos o mundo passar por profundas transformações estruturais que tiveram forte contribuição dos meios de comunicação de massa.

O jornalismo moderno surge nesse contexto, abraçado com o espírito da modernidade que busca suplantar o espírito obscurantista com a razão questionadora das autoridades políticas e eclesiais. Em sua pré-história, foi fortemente marcado por um perfil panfletário e engajado ideologicamente, só ganhando contornos mais próximos da expressão atual a partir de da Revolução Francesa de 1848, inaugurando o segundo jornalismo (MARCONDES FILHO, 2000). Ao passar pelo processo de industrialização, com a conseqüente profissionalização de sua prática e mercantilização da notícia, a atividade ganhou novos contornos e adotou uma série de procedimentos de tratamento da informação e princípios fundamentais para atribuir à objetividade o condão de dotar os relatos circunstanciados de credibilidade e, assim, assumir a função de ombudsman da sociedade (TRAQUINA, 2005).

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos absolutos consolidados formalmente. Sendo assim, os estudos aqui desenvolvidos optaram por adotar como principal referência a abordagem de Kovach e Rosenstiel (2003), acrescida de contribuições teóricas de pesquisadores luso-brasileiros como Chaparro (2001) e Penna (2005). Parte-se, segundo essa abordagem, do pressuposto de que a qualidade do jornalismo informativo e interpretativo, seja qual for a especialidade temática abordada, está intimamente ligada à incorporação de valores como compromisso com a verdade, lealdade ao interesse público, disciplina da verificação dos fatos e informações, independência das fontes. Ao profissional jornalista, os requisitos de qualificação incluem ainda o dever de atuar como uma espécie de monitor independente do poder, de propiciar em suas reportagens o espaço de fórum para a crítica e o comentário público, bem como de prezar pela abordagem interessante

e relevante dos fatos e circunstâncias noticiadas, sempre pautado por princípios éticos e por sua consciência.

Ao direcionar o olhar mais especificamente sobre a temática ambiental na mídia, as análises deste estudo apoiaram-se, sobretudo, nas noções de Bueno (2007a; 2007b) sobre o jornalismo ambiental como manifestação jornalística da comunicação ambiental¹³.

Simplificadamente, podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (BUENO, 2007b, p. 35).

O modelo de análise adotado também se baseou nas funções e características próprias dessa modalidade de jornalismo. A função informativa se volta para o preenchimento da necessidade de os cidadãos estarem em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas, processos e modelos de vida em sociedade têm sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida. Já a função pedagógica está ligada ao apontamento das causas e soluções para os problemas ambientais e à apresentação de possibilidades para mitigar ou superar os problemas ambientais. Por fim, entende-se também que o jornalismo ambiental também exerce a função política, que chama para si a responsabilidade de fomentar a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses diretamente ligados aos problemas ambientais abordados nas reportagens (BUENO, 2007a; 2007b).

Ao passo que admite a falta de interesse dos meios de comunicação por problematizar e discutir com profundidade a complexa relação entre os seres humanos e o meio em que vivem, Ziggiatti (2000) igualmente ressalta que a comunicação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável. O autor evidencia o papel mobilizador dos meios de comunicação e a necessidade de qualificar a informação para que ela funcione como instrumento de pressão, ao defender a afirmação de um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

Neste contexto, o papel do jornalismo, cujo princípio histórico justificador é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007),

13 A noção de comunicação ambiental incorpora todas as atividades voltadas para a divulgação/promoção da causa ambiental, inclusive o jornalismo ambiental. Este segundo, por sua vez, possui amplitude menor e se mantém vinculado ao trabalho realizado por um sistema de produção particular, o jornalístico, para qualificar a informação e incrementar o debate ambiental (BUENO, 2007b).

torna-se essencial para que a sociedade tome decisões esclarecidas sobre o melhor modelo de desenvolvimento e uso dos recursos naturais. Na medida em que o jornalismo busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais, ele tem potencial para voltar-se para um papel esclarecedor, educador e informacional (SOUSA, 2000). O discurso jornalístico, a partir disso, pode contribuir para o envolvimento da população na conservação dos recursos naturais, ampliando a compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental à saúde, ao trabalho, às condições de vida, ao lazer, à educação e à sociedade como um todo.

O papel do jornalismo nos regimes democráticos, seu potencial de difusão de informações científicas, o agendamento dos públicos e a importância das notícias sobre ciência e meio ambiente na vida das pessoas são os pontos de intercessão da pesquisa que embasou este capítulo. Os problemas ambientais da atualidade comprometem a continuidade da vida humana neste planeta e cada cidadão precisa ter acesso a informações qualificadas para agir conscientemente diante desta crise. Aliado à amplitude dos diversos meios de comunicação de massa, o jornalismo pode e deve desempenhar um papel importante como mediador do conhecimento científico produzido sobre os problemas ambientais no Sudeste e seus efeitos em nível local e global de que precisam os povos para tomar decisões sobre quais caminhos seguir para solucionar os problemas advindos uso insustentável dos recursos naturais.

TRILHAS METODOLÓGICAS

A coleta de dados para o estudo aqui revisitado resultou em uma amostra não probabilística de 12 reportagens publicadas pelos portais de notícia A Tribuna, A Gazeta e ES Hoje. A categorização adotada para a análise de conteúdo das reportagens tomou como base os princípios gerais do jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) e de seus subgêneros científico e ambiental (BUENO, 2007a; 2007b) e também adotou como premissas a exclusão mútua – um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias; a homogeneidade – um mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise; a pertinência – as categorias devem estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido; a objetividade e fidelidade – as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira; e a produtividade – um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis (BARDIN, 2010).

O recorte ora apresentado propõe-se a discutir mais detalhadamente os resultados obtidos a partir da análise nas categorias Contextualização e Pluralidade da cobertura jornalística produzida pelos veículos de mídia acima citados acerca da estiagem vivenciada no Espírito Santo em 2014. Antes de se debruçar sobre objeto principal desta abordagem, faz-se necessário apresentar os resultados do estudo nas demais categorias (Precisão, Independência e Sensibilização), de forma a possibilitar uma compreensão mais sistêmica e completa da pesquisa original e, com isso, debelar uma possível contradição em relação a valores e premissas aqui associados à informação qualificada, tais como a própria contextualização.

PRECISÃO, INDEPENDÊNCIA E SENSIBILIZAÇÃO

A análise realizada na categoria Precisão, associada à verificação da veracidade e a precisão das informações publicadas com base nos elementos dos princípios gerais do jornalismo do compromisso com a verdade, da lealdade ao interesse público, da disciplina da verificação e do dever jornalista com sua consciência, o estudo indicou a adoção de linguagem precisa nas matérias analisadas, bem como apontou para uma tendência predominante de enfoque nas consequências da seca, tendo apenas metade das reportagens analisadas associado o fenômeno de estiagem extrema com as mudanças climáticas.

A ausência de problematização acerca das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos da seca de 2014 chamou a atenção nos resultados da análise empreendida a partir da categoria Independência, já que 83,3% das matérias analisadas ouviu autoridades como fontes mas não trouxe qualquer questionamento que pusesse em xeque seus encargos diante dos acontecimentos noticiados, assim como também não questionou a efetiva execução e a eficiências das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca, deixando, com isso, de resguardar os princípios da lealdade ao interesse público e de ser um monitor independente do poder. A ausência de abordagem crítica em relação a políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas apresentou-se ainda mais latente. Conforme a análise, 91,7% das matérias sequer menciona a presença ou a ausência de políticas públicas nesse sentido.

Os resultados da análise com base no critério destinado a verificar se a utilização do espaço das reportagens foi além do simples relato de fatos e também buscou sensibilizar e promover a educação para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas indicaram que a preocupação

com essa função do jornalismo foi parcial, já que nenhuma reportagem analisada apresentou uma contextualização educativa mais abrangente em relação aos eventos climáticos abordados e sua relação com a questão ambiental global. Por outro lado, termos e expressões pouco conhecidas referentes à temática ambientais presentes em algumas reportagens da amostra trouxeram informações explicativas que pudessem tornar sua compreensão acessível. Na verificação sobre o uso de recursos gráficos e visuais para auxiliar no processo elucidativo referente ao fenômeno da seca, verificou-se que apenas um terço das reportagens da amostra traziam explicações de pesquisadores e meteorologistas com recursos gráficos como fotos, infográficos e quadros.

PLURALIDADE

O pressuposto segundo o qual o saber ambiental não se concentra em instâncias especializadas do conhecimento, e sim se trata de um composto decorrente da combinação de múltiplos saberes – inclusive o saber tradicional – impele o jornalismo ambiental a assumir como prática obrigatória a busca pela ampliação do debate que perpassa, necessariamente, pelo pluralismo e diversidade das vozes e visões reunidas em seus produtos. A pluralidade da cobertura é, portanto, um dos pilares da qualidade do jornalismo ambiental praticado por qualquer profissional e institucionalizado por veículos de mídia em qualquer lugar do mundo.

No estudo aqui explorado, buscou-se verificar se as matérias analisadas cumpriram com o referido papel de proporcionar uma discussão plural por meio de indagações a diferentes fontes e visões dentro das próprias reportagens, função diretamente ligada aos princípios gerais do jornalismo de promoção de fórum para a crítica e o comentário público e o princípio de independência das fontes. Mediante tensionamentos contemporâneos recentes, tais como questionamentos acerca da legitimidade da representação da mídia em relação à diversidade de opiniões de seus públicos, com acusações de enviesamento ideológico que tentam desqualificar a atividade jornalística, faz-se ainda mais necessário observar e estudar se e de que forma a pluralidade se materializa nas reportagens e notícias publicadas pela mídia. Sobretudo na cobertura de eventos climáticos extremos, cujas causas e consequências estão relacionadas a diversos fatores em áreas como economia, cultura e política, por exemplo, é possível afirmar que há pluralidade na produção jornalística local do Espírito Santo sobre a seca de 2014?

A essa pergunta, a pesquisa respondeu que 33,3% das matérias analisadas trouxeram fontes de natureza oficial, nenhuma delas utilizou fontes oficiosas e 66,7% deram espaço a fontes independentes, revelando curiosa dedicação menor de espaço ao poder público e a organizações por ele mantidas. Em algumas notícias havia mais de uma fonte, muitas vezes pesquisadores e pessoas afetadas pela seca, consideradas parte do grupo de fontes independentes. Ao passo que a baixa presença de fontes oficiais denota uma possível postura de desprendimento do discurso oficial em detrimento de fontes potencialmente menos comprometidas com interesses políticos e econômicos, essa ausência aponta direta ligação com a categoria de análise independência, visto que poucas reportagens questionaram o poder público sobre suas responsabilidades em relação às possíveis causas e consequências da estiagem naquele ano.

TABELA 1

CATEGORIA PLURALIDADE 1		RESULTADOS (%)
Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria?	Oficiais – mantidas pelo Poder Público	33,3
	Oficiosas – protegidas pelo anonimato	0
	Independentes – ONG´s, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.	66,7

Fonte: Pesquisador/2016

Partindo-se para um detalhamento mais claro sobre a tipologia das vozes que tiveram espaço nas reportagens analisadas, observou-se a materialização de uma das síndromes do jornalismo ambiental relacionadas por Bueno (2007b), a lattelização das fontes, em uma referência clara à preferência de jornalistas por fontes com currículos acadêmicos, produtoras de conhecimento especializado. Na mesma proporção que fontes do poder público, os pesquisadores ocuparam mais de um terço do espaço dedicado pelas reportagens a fontes, restando 25% desse espaço a pessoas afetadas pela seca, 8,4% a organizações não governamentais em 8,4% e 0% para outras vozes. Sobre essa constatação, é importante lembrar que o jornalismo ambiental

[...] deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve

estigmatizar a sabedoria dos pajés. As fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente (BUENO, 2007b, p. 36)

Pela natureza das reportagens, outro olhar sobre esses mesmos resultados é possível: os dois tipos de fontes que registraram maiores índices nesse item da categoria pluralidade ocupam função central no processo de descobertas e pesquisas científicas, seja por meio do financiamento ou seja pela execução direta desses estudos. Tal inferência não ignora, igualmente, que esses dois tipos de fontes são também os mais facilmente acessados por jornalistas, em função de manterem vinculação a instituições, em geral públicas, que possuem serviços especializados em comunicação com a sociedade ou, em alguma medida, contam com canais de intermediação entre a imprensa e essas fontes, realidade que se aplica também a organizações não governamentais.

Dar voz a pessoas diretamente afetadas pela seca, ou mesmo ir além disso – ouvir os povos da floresta sobre a gestão dos recursos naturais pela sociedade envolvente e os impactos disso sobre o corpo vivo que, na visão deles, é o planeta – requer um dispêndio muito maior de fatores instrumentais da mídia que estão cada vez mais escassos (tempo, recursos). Nessa disputa por espaço limitado em um cenário de recursos e de tempo igualmente limitados, o critério social de autoridade do ator em seu campo, conforme ilustra o resultado do estudo, acaba prevalecendo sobre os demais.

TABELA 2

CATEGORIA PLURALIDADE 2		RESULTADOS (%)
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	Poder Público	33,3
	Pesquisadores	33,3
	Pessoas afetadas pela seca	25
	Organizações não governamentais	8,4
	Outros	0

Fonte: Pesquisador/2016.

O terceiro item de verificação adotado pela pesquisa na categoria pluralidade observou se as reportagens se mostraram espaços de fórum plural para crítica, em lugar de simplesmente reproduzir a visão de apenas um especialista por assunto. A questão central a ser respondida, sobre a quantidade de especialistas na área de clima e meio ambiente foram ouvidos na reportagem, levou à preocupante conclusão de que apenas 8,3% das notícias analisadas trouxe como fontes dois diferentes pesquisadores. As demais notícias ou ouviram apenas um pesquisador (41,7%) ou simplesmente não ouviram fontes especializadas (50%). Esses mesmos percentuais se repetiram nos resultados obtidos a partir da verificação sobre a quantidade de opiniões científicas apresentadas por reportagens que abordaram as causas e consequências ambientais da seca.

A ausência de pluralidade entre as fontes científicas no jornalismo ambiental e, por consequência, a ausência do debate entre possibilidades diversas da ciência, reforça na sociedade a máxima de confiança cega no critério de autoridade no assunto. Sabe-se que, a despeito da enorme contribuição possibilitada pela ciência ao debate sobre as grandes questões da humanidade, há uma série de interesses e compromissos existentes por trás de pesquisas e pesquisadores que são fontes de matérias jornalísticas e a ausência de diversidade e pluralidade dessas fontes nas reportagens indica um descompromisso com a perspectiva crítica, ativa e pedagógica do jornalismo científico e ambiental.

TABELA 3

CATEGORIA PLURALIDADE 3		RESULTADOS (%)
Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos foram ouvidos na reportagem?	1	41,7
	2	8,3
	Mais de 2	0
	Nenhum	50

Fonte: Pesquisador/2016.

TABELA 4

CATEGORIA PLURALIDADE 4		RESULTADOS (%)
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?	1	41,7
	2	8,3
	Mais de 2	0
	Nenhuma	50

Fonte: Pesquisador/2016.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A categoria contextualização buscou analisar as causas e consequências da seca de 2014 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Já no primeiro item dessa categoria de análise, que questionou se as reportagens resgataram as raízes históricas do problema das secas e exploraram múltiplas conexões do fenômeno com aspectos variados da vida em sociedade, um resultado desanimador: em 100% das reportagens analisadas, as matérias não se preocuparam em contextualizar os fatos nesse sentido. Todas as matérias coletadas nos veículos de mídia online A Tribuna, A Gazeta e ES Hoje, no período estabelecido para amostragem, deixaram de cumprir o que é indicado nos pressupostos dessa categoria. A total dissociação desses eventos climáticos extremos dos aspectos culturais, socioeconômicos e políticos, inclusive sob a perspectiva histórica, na esteira do cartesianismo que Morin (2003) critica ao propor o pensamento complexo como paradigma para verdadeira reflexão sobre a ecologia, dissemina entre o público leitor de reportagens dessa natureza visões parciais e reducionistas sobre a natureza, as causas e os impactos de eventos como a estiagem, objeto principal das matérias analisadas. A dimensão econômica aparece supervalorizada, em detrimento das demais, deixando a falsa impressão de que se trata de um evento isolado.

TABELA 5

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 1		RESULTADOS (%)
A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas?	Sim	0
	Não	100

Fonte: Pesquisador/ 2016.

Os demais três itens desta categoria estão ancorados também no princípio jornalístico que prevê a necessidade de apresentação interessante e relevante da notícia, de forma a levar o espectador a compreender os fatos e circunstâncias daquilo que está sendo publicado como notícia e por que aquele assunto ou acontecimento merece sua atenção e esforço de compreensão. A relevância é, certamente, um dos principais valores-notícia que regem a hierarquização dos acontecimentos no trabalho jornalístico, devendo ser reforçada no processo de elaboração textual da notícia por meio do tratamento das informações e dados reunidos durante a apuração. Mas é na seleção das fontes e, principalmente, na busca por contribuições relevantes que possibilitem uma compreensão contextualizada e melhor circunstanciada do problema em discussão, que o jornalismo de qualidade finca suas raízes mais sólidas para a sustentação de narrativas interessantes, atrativas e pedagógicas. No contexto do jornalismo científico, que incorpora esta categoria, revelar o modo como as notícias são produzidas é fundamental para a compreensão de seu significado, contribuindo, com isso, para o aperfeiçoamento democrático da sociedade. “O fato é que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos” (PENA, 2005, p. 71).

Ao questionar se a matéria analisada trazia a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos, o segundo item da categoria de análise contextualização indicou a presença de fontes que cumpriram esse papel em 58,3% das publicações analisadas, evidenciando que mais da metade das matérias apresentou alguma opinião de especialistas relativa à seca no Espírito Santo, contribuindo assim para reduzir a fragmentação da cobertura e também para dar espaço a uma visão multifacetada dos problemas ambientais que extrapole os limites dos cadernos e das editoriais, evitando assim sua fragilização em virtude da fragmentação.

TABELA 6

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 2		RESULTADOS (%)
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?	Sim	58,3
	Não	41,7

Fonte: Pesquisador/ 2016.

O estudo mostrou também, a partir verificação sobre a presença de correlação entre o problema da seca e a questão ambiental global, total despreocupação das reportagens analisadas com a contextualização do problema vivenciado no Espírito Santo naquele ano de 2014 no bojo das preocupações mundiais com o meio ambiente e com o clima. Todas as matérias apresentavam apenas as consequências e possíveis soluções para conter os efeitos da seca, correlacionado apenas às questões econômicas, políticas e culturais de forma desconectada do contexto global. Cada vez mais, entidades internacionais como as Nações Unidas têm ressaltado, em suas publicações, alertas e conferências, a necessidade de olhar as cidades não somente como executoras de políticas de interesse nacional e estadual, mas também, e especialmente, como geradoras de soluções para problemas globais e locais partilhadas com seus cidadãos (HABITAT, 2017). Ao reduzir a cobertura ambiental de eventos climáticos extremos ao contexto local, as reportagens reproduzem mais uma das síndromes do jornalismo ambiental definidas por Bueno (2007b, p. 37), a “síndrome do zoom ou do olhar vesgo”, caracterizada pelo fechamento do foco da cobertura e pela retirada das matérias e reportagens de uma perspectiva inter e multidisciplinar capaz de conectar o local e o global.

TABELA 7

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 3		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global?	Sim	0
	Não	100

Fonte: Pesquisador/ 2016.

O quarto item analisado na categoria contextualização questionou se a matéria correlacionou o problema da seca às questões econômicas, políticas ou culturais. Os resultados indicam que houve essa efetiva correlação em 100% das publicações jornalísticas analisadas. Apresentar um panorama das áreas em que estas questões podem se inserir, escolher o que é significativo e interessante para elaborar os textos para serem publicados, explorar e estudar múltiplas conexões em relação ao meio ambiente é um modo de ganhar a atenção do espectador e não se limitar apenas a assuntos relacionados ao mercado. Ao adotarem essa postura nas reportagens analisadas, os jornais on-line permitiram que o leitor tivesse conhecimento das implicações acerca desde fenômeno climático extremo

nas diversas dimensões da sociedade, fugindo do risco de reducionismo a um único olhar. Facilitado pela compartimentalização da cobertura jornalística em cadernos específicos, o discurso sobre a questão ambiental limitado a apenas uma dessas searas contribui para leituras equivocadas e funciona como reforço à legitimação de conceitos e noções inadequadas que são vetores de desinformação.

TABELA 8

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 4		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?	Sim	100
	Não	0

Fonte: Pesquisador/2016.

O quinto e o sexto itens verificados no bojo da categoria contextualização estão interligados e apresentaram resultados complementares, uma vez que os três jornais online demonstraram utilizar os diversos recursos oferecidos pela internet para agregar à informação escrita conteúdos gráficos complementares, explicativos e exemplificativos. No quinto item, que identificou se a matéria buscou explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos, ilustrações), 75% dos conteúdos avaliados demonstrou utilizar ao menos um desses elementos. As imagens tinham como conteúdo principal fotografias dos locais afetados pela seca, pessoas afetadas por ela ou infográficos e quadros que explicam de maneira criativa e visual a anormalidade do evento climático extremo reportado. Diferentemente dos textos, em que o leitor precisa apreender as partes para entender o todo, nos infográficos, nas fotografias e nas ilustrações, o processo de compreensão parte do todo para as partes, tornando mais claras as inferências e conclusões apontadas pelo texto e atraindo a atenção do público pela criatividade, sobretudo na internet.

TABELA 9

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 5		RESULTADOS (%)
A matéria busca explicar o tema em foco utilizando recursos gráficos (infográficos, quadros, fotos, ilustrações)?	Sim	75
	Não	25

Fonte: Pesquisador/2016.

O detalhamento do tipo de recurso gráfico utilizado indicou que o promissor uso de infográficos, bastante explorado no jornalismo científico em todo o mundo, representou apenas 8,3% do total de recursos dessa natureza identificados nas matérias da amostra coletada. As fotografias ainda ocupam lugar de destaque como instrumentos de verossimilhança ou de complementação dos sentidos da informação textual, tendo sido utilizadas em 58,3% das matérias analisadas. Outro recurso tradicional para disposição visual de informações – os quadros – estiveram presentes em 8,3% das reportagens estudadas. Chamou a atenção, no entanto, a total ausência de vídeos, áudios e hiperlinks nessas matérias. No universo de possibilidades oferecidas pelas características multiplataformas da internet, empregar apenas as palavras não é mais suficientemente atrativo para entreter o leitor. Até mesmo o mero uso das fotografias associadas ao texto tem perdido força no jornalismo on-line. Se confrontadas com as principais características do jornalismo digital, quais sejam: interatividade, hipertextualidade, multimídia, personalização, memória e atualização contínua (PALACIOS 2002; MIELNICZUK 2001), tais reportagens dos portais de notícias do Espírito Santo sobre o fenômeno da estiagem no estado em 2014 demonstraram estar muito aquém das possibilidades de exploração multimídia oferecidas pela internet à prática jornalística.

TABELA 10

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 6		RESULTADOS (%)
Qual o(s) recurso(s) utilizado?	Foto	58,3
	Ilustração	0
	Infográfico	8,3
	Tabela	0
	Quadro	8,3
	Vídeo	0
	Animação	0
	Áudio	0
	Hiperlink	0
	Outro	0

Fonte: Pesquisador/2016

CONSIDERAÇÕES

Os principais resultados obtidos a partir das análises realizadas sobre a cobertura da seca de 2014 no Espírito Santo pelos portais de notícia A Tribuna, A Gazeta e ES Hoje revelam uma série de fragilidades e até contradições no que tange à adoção de importantes princípios e valores jornalísticos como a independência das fontes, a pluralidade das vozes repercutidas e a contextualização dos fatos abordados nas reportagens.

O recorte aqui apresentado mostrou significativa cessão de espaço a fontes independentes, em especial pessoas afetadas pela seca, e uma curiosa redução do espaço destinado ao poder público e a organizações por ele mantidas. Esse afastamento do poder público, que inicialmente poderia ser interpretado de maneira positiva como independência das fontes oficiais, revelou-se, na realidade, uma preocupante fuga do exercício político de cobrança das autoridades constituídas sobre suas responsabilidades diante das causas e consequências do fenômeno abordado, exercício este que está umbilicalmente ligado à prática qualificada do jornalismo ambiental.

Apesar de trazer notícias com mais de uma fonte, parte deles sendo pesquisadores especialistas em meio ambiente ou climatologia, o aprofundamento da investigação sobre a pluralidade das fontes apontou no sentido de haver pouca abertura ao diálogo de visões científicas diferentes sobre os eventos abordados, uma vez que, na maior parte das matérias que traziam especialistas como fontes, eles eram os únicos a apresentar uma visão da ciência sobre os fatos, sem qualquer confronto.

A maior contradição apontada pelos resultados das análises surgiu na categoria contextualização: em que pese terem ignorado a importância do resgate histórico em relação à questão ambiental motivadora das abordagens jornalísticas, as matérias demonstraram preocupação em dar espaço à opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos e pouco mais da metade dos conteúdos analisados. Além disso, ao passo que trouxeram fontes que cumpriram a função de contextualização do problema ambiental ante a questões econômicas, políticas e culturais, não houve qualquer preocupação em relacionar o evento climático extremo local com a questão ambiental global, resultando em uma visão míope e fragmentada das secas na região sudeste.

Por fim, o detalhamento acerca dos recursos explorados pelas reportagens na busca por tornar o conteúdo mais atrativo e explicativo e, assim, colaborar para o exercício da função pedagógica do jornalismo ambiental, demonstrou que os portais adotaram, na cobertura da seca de 2014 no Espírito Santo, uma abordagem ainda tradicional em detrimento das

possibilidades multimidiáticas do jornalismo na internet, ao apostarem mais em fotografias e, timidamente, em quadros e infográficos e abrirem mão de explorar recursos como vídeos, hiperlinks, áudios e ilustrações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007a.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007b.

CHAPARRO, Manuel. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LOPES, Raquel. **Chuvas fortes em curto espaço de tempo vão ser mais frequentes no ES**. Gazeta online, Espírito Santo. 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/chuvas-fortes-em-curto-espaco-de-tempo-vao-ser-mais-frequentes-no-es-0220>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo e comunicação**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. Trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em 04 mai. 2020.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória**: Apontamentos para debate. Apresentado nas Jornadas de Jornalismo Online, Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal. Jun. 2002. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/doc/covilha_palacios.doc. Acesso em: 05 mai. 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentidos**: a dualidade do acontecimento. Revista Trajectos, Lisboa, n.6, p. 59-76, 2005.

RAMOS, Hugo Ely dos Anjos *et al.* A estiagem no ano hidrológico 2014-2015 no Espírito Santo. **Incapere em Revista**. Vitória, v. 6 e 7, n. 4, p. 6-25, jan 2015/dez 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Emissions Gap Report 2019**. UNEP, Nairobi, 2019. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/30797/EGR2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mai. 2020.

HABITAT 3. **Nueva agenda urbana**. Naciones Unidas, 2017. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Spanish.pdf>; <http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 07 mai. 2020.

OS PRINCÍPIOS JORNALÍSTICOS COMO ALICERCE PARA ANÁLISE DA COBERTURA DE EVENTOS CLIMÁTICOS: O CASO DO JORNAL ONLINE “ESTADO DE MINAS”

Ana Karoliny Machado Macedo¹⁴

Inara Regina Batista da Costa¹⁵

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues¹⁶

A pesar de alguns problemas ambientais virem de um extenso processo de exploração insustentável de recursos naturais gerando mudanças climáticas globais, alguns veículos de comunicação têm tratado as enchentes, secas ou aumento de temperatura como algo pontual sem contemplar causas e consequências, dificultando o entendimento do público ao fornecer uma visão fragmentada sobre o assunto.

Nesse sentido, o presente capítulo tem a finalidade de analisar a qualidade da cobertura jornalística sobre a seca ocorrida em 2014 no Estado de Minas Gerais (Região Sudeste do Brasil) pelo jornal *online* Estado de Minas disponível em <http://www.em.com.br>. Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente na Amazônia” – aprovado no Edital 043/2013 do CNPq coordenado pelo Prof. Dr. Allan Soljenitsin Barreto Rodrigues.

A relevância do estudo é identificada a partir do momento em que a humanidade se depara com o cenário atual no qual suas ações, ao estarem

14 Jornalista. Pesquisadora Bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: anamachodomacedo@gmail.com

15 Profissional de Relações Públicas. Mestra em Engenharia de Produção e Doutora em Administração. Docente e Coordenadora Acadêmica da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Vice líder do grupo de pesquisa Trokano. E-mail: inaracosta@ufam.edu.br

16 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

longe do cuidado com o meio ambiente, podem acarretar na sua própria extinção. Neste contexto, o papel do jornalismo é esclarecer, educar e informar tendo como base a ciência que pode enriquecer o discurso e a prática a respeito dos temas ambientais (SOUSA, 2000). O texto jornalístico pode contribuir para compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental.

Para cumprir o objetivo proposto adotou-se o método da análise de conteúdo por sua eficiência em rastrear e de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). As matérias publicadas no jornal mencionado serão analisadas quanto ao conteúdo e formato enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. O propósito é estimar a qualidade da informação de modo, a saber, se a cobertura jornalística contribuiu ou não para tomada de decisão sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a sociedade.

Embora reconheça os limites dos efeitos do jornalismo, acredita-se na potencialidade da sua prática em razão da legitimidade e largo alcance (LOOSE; GIRARDI, 2017). A mídia tem sido um dos elementos importantes na integração entre ciência, poder público e o cotidiano das pessoas sobre a questão climática.

De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) a emissão de gases causadores do efeito estufa e a adoção de práticas não-sustentáveis ameaçam seriamente a continuidade da vida no planeta. O relatório destaca a importância de combater o desmatamento, promover recuperação florestal e frear a degradação das terras no mundo inteiro como medidas para combater a mudança do clima.

As conclusões são provenientes de dois anos de trabalho de 103 peritos oriundos de 52 países, que participaram voluntariamente do estudo, de acordo com Cabral (2019). Adicionalmente o relatório traz um alerta sobre a demora dos países em atacar a crise do clima, pois o aquecimento da Terra induz à degradação dos ecossistemas e à perda de produtividade agropecuária.

Uma dessas alterações climáticas aconteceu em 2014 quando o Sudeste do Brasil viu a maior seca dos últimos 100 anos na região, trazendo incêndios e desabastecimento nos maiores estados do Brasil. O Sistema Cantareira que possui 45% do potencial hidrográfico procedente do estado de Minas virou símbolo de escassez por atingir a cota de apenas 4% de água em seu reservatório. A falta d'água atingiu 13,7 milhões de pessoas

em 70 municípios de São Paulo, de acordo com o jornal “O Estado de S. Paulo” na edição de 16/10/2014.

A informação científica sobre o meio ambiente quase sempre é tratada de forma episódica. Com pouca frequência se discute as relações desses problemas em toda sua abrangência. No entanto, o jornalismo tem potencial para desenvolver um papel esclarecedor, educador e informativo (SOUSA, 2000).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do tempo, o jornalismo incorporou uma série de princípios que passaram a nortear o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade (TRAQUINA, 2005). Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria.

Em razão disso, adotou-se a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003), que após centenas de entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios fundamentais para a prática jornalística na sociedade.

Assumir compromisso com a verdade: a verdade almejada pelo jornalismo é, portanto, um processo contínuo na busca pela construção da realidade. As pessoas “carecem de síntese e verificação, ou seja, de informações claras, diretas e exatas, que conduzam a um entendimento do fato” (KOVACK; ROSENSTIEL, 2003, p.125).

Ser leal ao interesse público: os jornalistas são empregados de empresas privadas tendo como negócio a produção e circulação de informações. No entanto, é fundamental a independência jornalística para que se possa servir aos interesses públicos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Ter a disciplina da verificação: aproximar-se da verdade é servir ao interesse público e para isso faz-se necessária ter disciplina em verificar as informações. Isto separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte. Chaparro (2001) alerta que alguns repórteres têm renunciado à sua função investigativa e crítica.

Manter independência das fontes: a preocupação da influência das fontes na agenda jornalística se aplica também ao campo da opinião. Necessário separar o jornalismo do partidarismo. Kovach e Rosenstiel (2003) advertem que proibições rigorosas não garantem que um jornalista permaneça livre de engajamentos pessoais ou intelectuais.

Ser independente do poder: cabe aos jornalistas romperem com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos

do poder, pois há sempre um terceiro pólo que precisa ser levado em consideração e ganhar identidade: o povo.

Promover espaço para a crítica e o comentário público: segundo Kovach e Rosenstiel (2003) convém evitar abordar os lados extremos de um assunto, pois exclui a maioria dos cidadãos e dificilmente são conciliatórios. Quando este princípio não é observado, o espaço passa a ser ocupado pelo espetáculo e até pela ficção.

Apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante: refere-se à escolha das notícias (o que é significativo) e a produção do texto (tornar as histórias interessantes) para que desperte a atenção do leitor e facilite a compreensão dos fatos.

Apresentar as notícias de forma compreensível: utilizar uma linguagem clara e objetiva ao relatar os fatos. Não escrever um texto tendencioso em virtude de anunciantes fazendo com que a sociedade perca a confiança no que é noticiado.

Trabalhar de acordo com a sua consciência: o profissional da notícia deve perceber que tem responsabilidade de dar voz à sua consciência e permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa. A sociedade espera do jornalismo o relato verídico dos acontecimentos e a explicação isenta de fatos e contextos.

Além dos princípios do jornalismo, é importante compreender o gênero do jornalismo científico. Este promove a divulgação da ciência e tecnologia através dos meios de comunicação de massa, de acordo com os critérios e o sistema de produção jornalístico. Ao informar o público sobre a ciência, o jornalismo científico busca trazer reflexões, instigar discussões na sociedade e contribuir na formação da cultura da ciência. Há seis funções básicas que o jornalismo científico cumpre: informativa, educativa, social, cultural, econômica e político-ideológica (BUENO, 2007).

O jornalismo ambiental, por sua vez, compartilha diversos elementos oriundos do jornalismo científico. Apesar do conceito do jornalismo ambiental ainda está em fase de construção segundo Bueno (2007), há oito características ou procedimentos do jornalismo ambiental que a comunidade jornalística que atua neste campo vem adotando.

Diversidade de fontes: as reportagens ambientais precisam abrir espaço não somente para autoridades, pesquisadores, empresários e políticos, mas também àqueles comumente silenciados pela mídia – entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos problemas ambientais, entre outros.

Independência em relação às fontes: a independência do jornalismo ambiental em relação às suas fontes permite discutir livremente os rumos

de um desenvolvimento que leve em conta as variáveis ambientais. Para Tautz (2004) essa postura recupera valores éticos, humanos em que a agenda de interesses privados se sobrepõe às demandas sociais.

Abrir o espaço para o debate: na medida em que a escolha das fontes se dá sob a ótica da diversidade é natural a ocorrência do debate de opiniões entre elas. A reportagem deve contemplar as controvérsias e o embate de ideias a fim de fugir do formato apenas denunciante.

Evitar o sensacionalismo: Fonseca (2004, p.137) explica que tal comportamento sensacionalista da imprensa ocorre devido ao fato desta nem sempre se pautar pelo incentivo ao debate público. Pelo contrário, prefere destacar as catástrofes ambientais fazendo manchetes que beiram o terrorismo.

Nem tudo se resume às questões econômicas: uma cobertura criativa que enxergue, estude e explore as múltiplas conexões existentes entre as variáveis ambientais e o sistema financeiro ainda é rara na imprensa nacional. Parte do problema pode ser explicado, por um erro histórico de considerar que o meio ambiente é puramente estético, idealizado ou que só gera impacto na economia, desconsiderando a política e o social (SCHARF, 2004; GERAQUE, 2004).

Procurar aliar jornalismo e educação: o jornalismo ambiental deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências. Diante da crise ecológica das mudanças climáticas, a imprensa precisa assumir também a responsabilidade de educar e transformar, e não somente informar (BELMONTE, 2004).

Evitar a fragmentação da cobertura: a cobertura fragmentada leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências. As pessoas não sabem o que ocorreu antes da notícia e nem as suas prováveis consequências (SCHARF, 2004). O jornalismo ambiental precisa incorporar uma visão multifacetada que extrapole os limites das editoriais evitando a fragilização em virtude da fragmentação.

Caráter revolucionário e engajamento: Bueno (2007) e Geraque (2004) ressaltam que a revolução proposta deve ocorrer no comprometimento dos jornalistas com a mudança de paradigmas, uma visão além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriam da temática ambiental para formar ou reforçar suas imagens. Além disso, uma postura permanente de suspeita em relação aos discursos de governos e organizações com fins mercadológicos e propagandísticos.

De acordo com Lückman (2007), a importância da mídia para a educação ambiental é reconhecida pela lei federal 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei diz que todos têm direito à educação ambiental, cabendo aos meios de comunicação colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas, bem como incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

MÉTODO DA PESQUISA

Adotou-se a abordagem quantitativa e qualitativa por serem complementares e o uso da estatística descritiva e da análise de conteúdo respectivamente. A análise de conteúdo se apresentou como um dos métodos mais eficientes por contribuir para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos e comparar conteúdo em diferentes mídias e culturas (SANTOS, 1997).

O procedimento consistiu na coleta e análise de 121 textos jornalísticos publicados entre julho e dezembro de 2014 pelo jornal *online* “Estados de Minas” no site <http://www.em.com.br/> e acessados no período de 17/09 a 21/12/2015, conforme Quadro 1. O objetivo é realizar inferências sobre a qualidade dos conteúdos à luz dos princípios jornalísticos. Os critérios utilizados foram: (i) textos que envolvem a seca, estiagem e vazante; (ii) gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem.

QUADRO 1 – MATÉRIAS E REPORTAGENS DE EVENTOS CLIMÁTICOS PUBLICADOS NO JORNAL ONLINE ESTADO DE MINAS.

MANCHETE	SEÇÃO
Socorro aos atingidos pela seca em Minas está travado à espera de decreto	Política
Incêndios caem pela metade em Minas neste ano em comparação com 2014	Geral
Luz deve subir pelo menos 15% ao ano até 2019	Economia
Conta de luz vai ficar pelo menos 14% mais cara ainda este ano	Economia
Expomontes mostra potencial do Norte de Minas e superação da seca	Economia
Mesmo na época da seca, produzir leite compensa	Economia
Verba de R\$ 20 milhões vai amenizar seca em Minas	Economia
Sal em água de poços artesianos impede consumo e agrava situação no semiárido	Gerais

REGIÕES SUDESTE E SUL

MANCHETE	SEÇÃO
Estiagem e fim da Copa são obstáculos para a agricultura e setores de bebidas e alimentos	Economia
Prefeito cancela eventos em Pará de Minas por causa da seca	Gerais
Falta água para viver no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha	Economia
Seca na represa de Três Marias castiga moradores e prejudica negócios	Economia
Estiagem prejudica travessia de balsas e deixa municípios ilhados em Minas	Economia
Municípios localizados antes e depois da barragem de Três Marias travam disputa pela água	Economia
Capacitação toma conta das fazendas	Economia
Equipamento de dessalinização põe fim a drama da falta d'água em município alagoano	Gerais
Burocracia aumenta drama dos atingidos pela seca em Minas	Política
Governo federal libera gastos com infraestrutura	Política
Cidade sofre com seca e usa como alternativa a água salobra dos poços tubulares	Gerais
Copasa descarta racionamento em Minas	Economia
Discursos de candidatos estão distante das reais preocupações dos brasileiros	Política
No Norte de Minas, Dilma destaca ações para combater os efeitos da estiagem histórica	Política
Seca e cultura ganham destaque na campanha ao Governo de Minas	Política
Prefeitura de Pará de Minas lança edital para serviços de abastecimento de água	Gerais
Justiça autoriza Furnas a reduzir volume de represa no Sul de Minas	Economia
Mudanças climáticas, crescimento desordenado das cidades e poluição são coquetel mortífero para a saúde	Tecnologia
Brasil precisa se adaptar para ser menos vulnerável à mudança climática	Tecnologia
Mantega culpa seca e Copa e diz que país não está em recessão	Economia
Seca castiga Viçosa, prejudica abastecimento e muda rotina de moradores	Gerais
Queda nos investimentos, na indústria e nos gastos do governo derrubam economia	Economia
Água em baixa eleva em 100% preço do surubim em um ano	Economia
Pimentel diz que revitalizará o Rio São Francisco e reforça intenção de reduzir	Política
Pimenta diz que seca no Rio São Francisco é culpa do governo federal.	Política
Estiagem prejudica comércio e turismo nas cidades banhadas pelos rios Pará e das Velhas	Economia

MANCHETE	SEÇÃO
Governo federal reconhece emergência em nove municípios de Minas Gerais	Gerais
Preço de produtos vendidos no Mercado Central subiram até 100% em um ano	Economia
Liminar da Justiça obriga Pará de Minas a regularizar abastecimento de água	Gerais
Estiagem gera quebra de 30% na safra de café	Economia
Pimenta esquenta debate ao governo de Minas com falta d'água em BH	Política
Se não chover, Rio São Francisco corre risco de ficar seco em um mês	Economia
Falha no projeto da usina de Três Marias impede uso de volume morto durante a seca	Economia
Fogo continua na Serra da Moeda e no entorno do Inhotim	Gerais
Moradores de Lagoa Formosa enfrentam racionamento por conta do período de seca	Gerais
Avanço da seca em Minas Gerais vira estopim de batalha pela água	Gerais
Seca que engole nascente do São Francisco deixa comunidades ribeirinhas em alerta	Gerais
Chefe de parque em MG afirma que nascente do Rio São Francisco está secando	Gerais
Nascente resiste no Rio das Velhas apesar da estiagem	Gerais
Belo Horizonte não terá falta d'água, garante prefeito	Gerais
Estiagem, seca do São Francisco e incêndios prejudicam o turismo na Serra da Canastra	Gerais
Pimenta aponta abandono do Rio São Francisco pelo governo federal	Política
Agronegócio norte-americano ameaça produtores brasileiros	Economia
Nuvens trazem esperança de chuva para a Serra da Canastra	Gerais
Trecho entre Almenara a Salto da Divisa tem sol forte e poeira	Gerais
Minas Gerais deve ter chuva forte só em dezembro, diz meteorologia	Gerais
Seca faz nascentes na Serra da Canastra perder um quilômetro de extensão	Gerais
Estiagem prolongada aumenta lucro de empresas	Economia
Rompimento de nova barragem pode agravar ainda mais contaminação do Rio das Velhas	Gerais
Cultura do desperdício é comum em BH mesmo em tempos de crise da água	Gerais
Vazão de Usina Três Marias vai cair, mas medida pode não impedir seca do reservatório	Gerais
Falta de água em Itapeverica obriga prefeitura a decretar estado de emergência	Gerais
Seca e baixas temperaturas vão continuar na Grande BH esta semana	Gerais
Apesar de seca e incêndios, turismo resiste na Serra da Canastra	Gerais
Moradores sofrem com falta de água em Uberaba, Região do Triângulo Mineiro	Gerais
Viçosa começa a usar volume morto de reservatório de água na UFV	Gerais
Três Marias tem vazão reduzida para garantir o nível mínimo do Velho Chico	Gerais

REGIÕES SUDESTE E SUL

MANCHETE	SEÇÃO
Viçosa decreta situação de emergência por causa da seca e vai multar por desperdício de água	Gerais
Com ações de recuperação esquecidas, oportunistas dizem peixes no Rio São Francisco	Gerais
Recursos federais para revitalização do Rio São Francisco caem 70%.	Gerais
Região da Zona da Mata é responsável por 70% da piscicultura ornamental do país	Economia
Usina de Três Marias deve parar de gerar energia	Gerais
Rio São Francisco passou de atração a canal de esgoto	Gerais
Onda de calor vai se agravar em BH e outros municípios mineiros até segunda	Gerais
Fogo deixa herança sombria em Minas	Gerais
Abelhas ajudam a detectar contaminação do ar por metais pesados	Tecnologia
Inflação chega aos sacolões; tomate dispara 40%.	Economia
Carnes e cervejas pressionam preços no país e em BH	Economia
Moradores de Poço Fundo fazem procissão para pedir chuva	Gerais
Chuva começa a recuperar a vegetação da Serra da Canastra	Gerais
Chuva que começa a amenizar efeitos da estiagem deve durar até amanhã	Gerais
Apesar de chuva, represas do Sudeste e Centro-Oeste baixaram além da barreira	Economia
Prefeitura elabora campanha para evitar racionamento de água em São João Del Rei	Gerais
Sem políticas públicas e acuados pela seca, agricultores usam recursos próprios	Gerais
Prefeituras de Formiga e Caeté proíbem população de lavar carros para economizar água	Gerais
Prefeitura suspende aulas da rede municipal de Formiga por falta de água	Gerais
Prefeitura usa caminhão-pipa para limpar rodoviária e causa revolta em Conselheiro Lafaiete	Gerais
Em Minas, 160 municípios decretaram situação de emergência pelo tempo seco	Gerais
Névoa seca que cobre e sufoca BH pode piorar nos próximos dias	Gerais
Hidrelétrica de Três Marias está perto de parar turbinas	Economia
Sete Lagoas tenta salvar patrimônio natural que dá nome à cidade	Gerais
Estiagem faz preço de sacolão disparar em BH	Economia
Seca prejudica agricultores e pesa no bolso do consumidor	Economia
Seca atinge a indústria e ameaça empregos	Economia
TCU vai analisar medidas do governo federal para enfrentar seca	Economia
Cemig garante que fornecimento de energia em MG não será afetado pela seca do Sudeste	Economia
Moradores de Ubá enfrentam doze horas diárias de racionamento por causa da seca	Gerais
Vazão da represa de Três Marias pode ser reduzida para poupar água para 2015	Gerais

MANCHETE	SEÇÃO
Chuva não é suficiente e racionamento de água em Viçosa é ampliado	Gerais
Vazão da Usina de Três Marias é reduzida pela segunda vez no mês por causa da seca	Gerais
Chuva ajuda e principal nascente do Rio São Francisco volta a jorrar água	Gerais
Seca leva Cemig a desligar hidrelétrica no Sul de Minas	Economia
União reconhece situação de emergência em mais 10 cidades mineiras por causa da seca	Gerais
Nascentes dos Ribeirões Arrudas e do Onça são sugadas pela seca	Gerais
Seca prolongada deixa energia escassa em Minas	Economia
Rio Verde Grande, um dos afluentes do Rio São Francisco volta a correr	Gerais
Fiscal da água cobra mais planejamento para enfrentar estiagem e crítica desperdício	Gerais
Mineiros testam energia solar gerada em casa	Economia
Cidade tradicionalmente marcada pela seca no Vale do Mucuri é destruída pela chuva	Gerais
Jornalistas do Estado de Minas ganham Prêmio Esso por reportagem sobre a seca em Minas	Gerais
Depois da seca, chuva chega provocando estragos e prejuízos em cidades mineiras	Gerais
Franciscópolis sofre com a chuva um mês depois de decretar emergência pela seca	Gerais
Aplicativos ajudam a economizar água e energia: conheça alguns	Tecnologia
Mesmo com chuva, principal nascente do Rio São Francisco ainda está seca	Gerais
Pesquisa revela que itens da ceia de Natal sobem até 81% em BH	Economia
Chuva ajuda e principal nascente do Rio São Francisco volta a jorrar água	Gerais
Depois de seca, chuva traz alento e riscos para agricultores mineiros	Economia
Imagens mostram o Rio São Francisco antes e depois da chuva	Gerais
Com seca no campo e crise na indústria, Minas tem fatia menor no PIB	Economia
Chuva ainda é insuficiente para aplacar a seca do Rio São Francisco	Gerais
Minas ainda sofre com a herança da estiagem em plena estação considerada chuvosa	Gerais
Mineradora Anglo prepara expansão para 2016	Economia
Embarcações centenárias valorizam patrimônio arqueológico em Minas	Gerais
Empresas como Cemig e Localiza se preocupam com caixa para encarar 2015	Economia

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos e orientações previstas por Bardin (2010). As premissas para a categorização da análise de conteúdo das reportagens tiveram como base

teórica os princípios do jornalismo e dos gêneros científico e ambiental. O resultado foram as categorias de precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização.

Para análise dos textos foi elaborado um formulário cujas questões foram construídas conforme os fundamentos temáticos de cada categoria. Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes as categorias pluralidade e contextualização.

ANÁLISE E RESULTADOS DA CATEGORIA PLURALIDADE

A categoria pluralidade contém quatro questões, sendo que a primeira investiga qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria. O resultado foi de 76,03% fontes oficiais (autoridades públicas) e 23,97% fontes independentes sendo Organizações não-governamentais (ONGs), pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.

A segunda questão é sobre quais vozes tiveram espaço nas reportagens. O poder público está presente em 64,46%; pesquisadores 9,92%; pessoas afetadas pela seca 19,01%; 6,61% para outros e as organizações não governamentais não foram ouvidas.

O terceiro questionamento trata de quantos pesquisadores da área de clima e meio ambiente foram ouvidos na reportagem. Somente um pesquisador foi ouvido em 7,44% das matérias, dois pesquisadores foram ouvidos em 0,83%; mais de dois pesquisadores em 3,3% e em 88,43% das matérias, pesquisadores não foram ouvidos.

A quarta questão é sobre quantas opiniões científicas são expostas sobre as causas e consequências ambientais da seca. Apenas uma opinião científica foi apresentada em 4,13% das matérias; duas opiniões em 1,65% e não há registro de opinião científica em 92,57% das matérias.

Ao analisar os resultados, verifica-se que a maioria das matérias e reportagens reproduz o discurso das fontes oficiais e evidencia que não há diversidade de visões, vozes, experiências e conhecimentos sobre a temática que os elementos do jornalismo ambiental orienta e que contribui para uma melhor relação entre o ser humano e o meio ambiente. Este resultado ratifica o que as autoras Loose e Girardi (2017, p. 166) destacam “a visibilidade dada somente para determinados atores sociais acaba por formatar a questão climática sob uma única perspectiva, que costuma reforçar o pensamento já dominante”. É importante ouvir inclusive, aqueles que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política.

Um estudo realizado por Silva (2005) citada por Lückman (2007) destacou que entre os jornalistas entrevistados sobre quais as melhores

fontes de consulta para a produção de matéria e reportagens com enfoque ambiental, obteve as seguintes respostas: em primeiro lugar as ONGs ambientalistas, em seguida as universidades (fontes de pesquisa científica) e por último os órgãos públicos (fontes de dados oficiais). No entanto, na hora de usar as informações são os dados oficiais que recebem maior ênfase.

Ao fechar o espaço para o debate, o jornalismo fortalece o aspecto de denunciador, o leitor não participa emitindo comentários e o público desconhece ideias e opiniões qualificadas de cientistas, organizações não-governamentais e de outras fontes sobre as implicações da seca de forma esclarecida. Desta maneira, a função social do jornalismo científico fica comprometida, pois a informação científica e tecnológica está ausente de um contexto mais amplo na sociedade, sem cobrança de soluções do governo e sem contemplar as necessidades e anseios da população.

A qualificação da informação ambiental deve ser um compromisso dos jornalistas, “pois esta atividade requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo” (BUENO, 2007, p.28). Loose e Girardi (2017) complementam que a militância é vista como um engajamento ou atitude crítica em defesa da sustentabilidade e de uma relação menos agressiva entre sociedade e natureza. Ressalta-se que o rigor para apuração dos fatos continua como um pilar jornalístico.

ANÁLISE E RESULTADOS DA CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

A categoria contextualização contém seis perguntas, sendo que a primeira questiona se a matéria apresenta o resgate das raízes históricas do problema das secas. O resultado mostra que somente 1,65% das matérias apresentam o resgate histórico enquanto 98,35% não apresentaram. A segunda pergunta é para saber se a matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos. Apenas 9,1% das matérias constam opiniões de especialistas e 90,9% das matérias não.

A terceira pergunta indaga se a matéria contempla a relação entre o problema da seca com a questão ambiental global. O resultado mostra que 0,83% apresentam correlação enquanto a maioria, 99,17% não contemplou esta relação. A quarta pergunta é verificar se a matéria correlacionou o problema da seca com questões econômicas, políticas ou culturais. O resultado foi unânime com 100% das matérias relacionando a seca, predominantemente, com a questão econômica.

A quinta pergunta verifica se a matéria busca explicar o tema utilizando recursos gráficos como infográficos, quadros ou ilustrações. De todas as matérias 88% apresentam fotos como recursos e 33% não utilizam recursos. A última pergunta indaga qual recurso foi usado e qual a frequência de utilização nas matérias. O resultado aponta que 88% usaram fotos, em 2% delas havia ilustrações, em 0,83% quadros e 2,48% vídeos. Do total de 121 matérias que foram analisadas, nenhuma usou infográficos, tabelas, animações, áudios, hiperlinks ou outros recursos oferecidos na internet.

Ao analisar os resultados, constata-se que a característica do jornalismo ambiental em evitar a fragmentação da cobertura não foi atendida. Ao não realizar o resgate histórico sobre o problema das secas gera uma perspectiva desestruturada, impedindo que o público visualize a continuidade das ocorrências de estiagem e a ausência de atitudes efetivas por parte do governo para remediar suas consequências.

O mesmo desequilíbrio se encontra na ausência de opiniões de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos na maioria das reportagens. Esta lacuna contribui para que o assunto fique fragmentado sem saber como se pode agir futuramente diante dele.

Em quase toda sua totalidade, as matérias não correlacionaram o problema da seca com as mudanças climáticas em todo o planeta, provocando uma falsa percepção no leitor de que a seca é um problema local. Faz-se necessário relacionar que o clima seja percebido como um aspecto que altera o mundo em que vivemos e, portanto, algo fundamental para planejarmos o futuro (LOOSE; GIRARDI, 2017).

A contextualização do jornalismo ambiental deve contemplar circunstâncias passadas, presentes e futuras do assunto em questão e, desta maneira, esclarecer a situação para as pessoas que estão mais próximas do acontecimento do mesmo modo que àquelas que observam o fato à distância.

Outra característica do jornalismo ambiental que não foi contemplada é “nem tudo se resume às questões econômicas”. Constatou-se que as matérias e reportagens possuem demasiado enfoque nas consequências econômicas em detrimento das implicações sociais, culturais, ambientais e políticas. Esse resultado corrobora com os estudos de Moraes (2015) que concluiu sobre a dominância do aspecto econômico na cobertura sobre mudanças climáticas durante o evento Rio+20 pelas revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*.

Por fim, considerando o princípio do jornalismo em apresentar o significativo de forma interessante e relevante, foi observada a carência

de diferentes recursos visuais que permitissem ao leitor ter mais interesse e melhor compreensão do assunto. A maioria das matérias limitou-se ao uso de fotografias, inclusive repetidas em algumas situações. Painter (2013) recomenda o uso de infográficos e ilustrações nas matérias a fim de melhorar a comunicação sobre as mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a análise dos resultados nas categorias pluralidade e contextualização e comparar com os princípios do jornalismo e elementos do jornalismo científico e ambiental verificou-se a necessidade de complementaridade, de integração e consistência. O saber ambiental deve estar provido de contexto e de conexões, apesar do sistema de produção jornalística ser marcado pela forma fragmentada de comunicar (SCHARF, 2004).

Um dos requisitos necessários ao jornalismo ambiental para que possa cumprir sua função social é enxergar os problemas ambientais com todas as suas nuances e transversalidades. Dessa maneira servirá ao interesse da coletividade ao proporcionar a cobrança de soluções junto aos responsáveis sejam pessoas físicas ou jurídicas, do poder público ou da iniciativa privada.

Ainda que tenham sido identificadas lacunas na cobertura realizada pelo jornal *online* Estado de Minas sobre a seca de 2014, o trabalho dos profissionais da imprensa é importante para que a contextualização, as conexões entre os diversos atores e as decisões sócio-políticas tornem-se públicas e a população tenha informações claras e suficientes para enfrentar a situação que se apresenta.

Enfim, com o objetivo de contribuir para a qualidade das informações de cunho científico e ambiental que chega à população, torna-se evidente a necessidade de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, tornando as matérias mais atrativas aos olhos dos leitores. A tecnologia pode ser uma grande aliada ao jornalismo no formato digital, pois oferece algumas ferramentas que contribuem para aprimorar a qualidade da reportagem, entre as quais vídeos, animações e infográfico dinâmico.

Ressalta-se a importância de não somente cumprir o princípio do significativo de forma interessante, mas também de todos os demais princípios do jornalismo, bem como das funções e características do jornalismo científico e ambiental. Observar esses aspectos contribuirá para a conscientização dos leitores quanto à importância do meio ambiente para

a vida humana. Mais ainda, a sociedade se sentirá valorizada ao ver seus interesses e necessidades serem pautados e atendidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BUENO, W. C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

CABRAL, K. **IPCC divulga relatório sobre mudança climática e terra**. 08/08/2019. Disponível em <https://cebds.org/ipcc-relatorio-mudanca-climatica-e-terra> Acesso 02/05/2020.

CHAPARRO, M. C. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

FONSECA, A. A. Água de fonte só: a magnitude do problema em uma experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

GERAQUE, E. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **INTERIN**, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez 2017.

LÜCKMAN, A. P. **Educação, Jornalismo e Meio Ambiente: leituras sobre a crise ecológica no contexto do aquecimento global**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MORAES, C. H. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. 2015. 206 f. Tese. (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

PAINTER, James. **Climate Change in the Media: Reporting Risk and Uncertainty**. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2013.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SCHARF, R. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

SILVA, M. S. **Mídia e Meio Ambiente**: uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais do Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

TAUTZ, C. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 2. ed. v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.

O PAPEL DO JORNALISMO NA COBERTURA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO “DIÁRIO CATARINENSE”

Natascha Almeida Dantas¹⁷

Carlos Fábio Morais Guimarães¹⁸

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues¹⁹

Um dos papéis do jornalismo na sociedade é interpretar os fatos e levar o maior número de informações que colaborem para que indivíduo forme sua opinião sobre determinado tema. Tal papel é também conhecido como função social do jornalismo, pois implica no compromisso subjetivo do profissional para com o público a qual se destina a informação.

Esse compromisso tem como pilares a verdade, a independência e a transparência com o público. Medina (1982) concebe como responsabilidade social do jornalista este compromisso e define que a função social implica em fornecer informações de modo exato e completo, para que todos possam compreender os acontecimentos, além do conhecimento para tomar decisões de forma livre e acertada.

De uma forma geral, a responsabilidade social exercida no jornalismo se dá por meio da linguagem, mais conhecida como linguagem jornalística²⁰. Do jornalismo tradicional ao especializado, o compromisso

17 Jornalista. Pesquisadora Bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: natydantas_13@hotmail.com

18 Jornalista, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, professor da Faculdade Martha Falcão.

19 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

20 Um conjunto de preceitos e de técnicas que visam facilitar a comunicação entre o jornalista e seu público.

com o público é praticado por meio das notícias informativas, social e educativa, afinal é nos meios de comunicação que o indivíduo se informa. Logo, a necessidade dessa informação ser de qualidade e repassada com responsabilidade é imprescindível na atividade.

O acesso à informação de qualidade, realizado pelos meios de comunicação, contribui para que o indivíduo sinta-se em condições de exercer a cidadania, sendo inclusive garantido pela Constituição do Brasil. Girardi, Loose e Neuls (2009, p.99) contribui ao afirmar que “o cidadão bem informado e preparado podem pressionar os gestores públicos para a elaboração de políticas que atendam os interesses da cidadania com um mínimo de autonomia e criticidade.

No que tange a área ambiental, esse contexto esses preceitos parecem encaixar-se plenamente. Nas últimas décadas, a humanidade se deparou com a viabilidade real de suas escolhas, cada vez mais, serem a causa a sua própria extinção. O modelo de desenvolvimento econômico apoiado nos princípios do capitalismo coloca em risco a sobrevivência humana, ao impulsionar exploração insustentável dos recursos naturais e poluição do meio ambiente. Os resultados já se apresentam por meio de problemas ambientais como furacões, estiagens, enchentes, aumento da temperatura, desertificação, extinção de tipos da fauna e da flora e as mudanças climáticas globais.

Nesta conjuntura, o papel do jornalismo, que tem como preceito histórico justificador o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN,2007). O jornalismo se torna fundamental para que a sociedade tome decisões sobre o melhor desenvolvimento para o país, tendo em vista que a área procura na ciência os argumentos que podem enriquecer a concepção de seu discurso sobre temas ambientais.

Sendo assim, a imprensa cumpre um papel esclarecer, educador e informacional (SOUSA,2000), ou seja, a linguagem jornalística pode contribuir para entendimento dos cidadãos a respeito dos impactos da degradação ambiental. Por isso, neste artigo, buscamos trazer os preceitos básicos do jornalismo, do jornalismo científico e ambiental com a finalidade de conhecer mais as funções que esse tipo de jornalismo pode oferecer a sociedade.

O objeto deste trabalho é o jornal online Diário Catarinense, de Santa Catarina. A pergunta norteadora constitui-se em saber se a imprensa catarinense foi apta a ajudar a sociedade a captar as causas e as consequências dos problemas ambientais e, como resultado, tomar decisões diante das questões de fundo do problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, políticas públicas e etc.).

O objetivo deste artigo foi analisar a cobertura do jornal online Diário Catarinense sobre problemas ambientais. Aspiramos como resultados a qualidade da informação e se a cobertura jornalística colaborou ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores de Florianópolis – SC.

Para a análise das reportagens envolvendo a questão ambiental no Sul do país, lançamos mão do estudo de conteúdo, baseado em Bardin. Além da revisão de literatura dos autores da área da Comunicação.

PRECEITOS BÁSICOS DO JORNALISMO

A função do Jornalismo é oferecer informações de qualidade para que o indivíduo forme sua opinião sobre os acontecimentos do cotidiano. É sabido que o modo de produção não ocorre de forma desorganizada, mas sim por meio de códigos, linguagens e práticas que caracterizam a profissão

Kovach e Rosenstiel (2003) sistematizaram um lista composta por nove princípios para que o jornalismo alcance seu propósito. São eles:

Compromisso com a verdade: a verdade almejada pelo jornalismo é um processo contínuo na busca pela construção da realidade. A era da informação gera um fluxo cada vez maior de fontes disponíveis aos cidadãos. Isso faz com que eles precisem cada vez mais de fontes inidentificáveis para poderem verificar a veracidade dos fatos e escolherem o que é importante.

Lealdade ao interesse público: apesar da produção jornalística estar calcada no modo capitalista de produção, o jornalismo deve ter o compromisso com o interesse público, pois é essa característica que torna a atividade útil para público.

A disciplina da verificação: A eficácia do jornalismo passa pelo aperfeiçoamento de como discurso elucidativo independente se cumpra em conjunto com os compromissos éticos a interpretação correta da realidade.

Independência das fontes: Kovach e Rosenstiel (2003) adverte para uma questão de bom senso e princípio da lealdade com a população, a independência das fontes, separando o jornalismo do partidarismo.

Ser um monitor independente do poder: Uma imprensa deve ser independente de qualquer interesse a não ser o do consumidor de notícia.

Promover um fórum para a crítica e o comentário público: Pena (2005) aponta, nesses casos, uma substituição das discussões de causas públicas e valores éticos por outro em que as representações da realidade interagem com o espetáculo, a simulação e a imagem virtual. Bucci (2000)

classifica esse processo de culto as falsas imagens onde o jornalismo se confunde com a literatura de ficção ou com a arte, apesar de sempre ter se beneficiado de seus recursos.

Apresentar o significativo de forma interessante e relevante: esse princípio refere-se a dois aspectos do trabalho jornalístico: a escolha das notícias (o que significativo) e a produção do texto (tornar as histórias interessantes). A despeito desses critérios, Wolf (2001) afirma que os jornalistas se baseiam muito mais na capacidade de um fato virar ou não notícia, a qual denomina de noticiabilidade, do que num instinto imponderável.

O jornalista tem um dever como sua consciência: O último, porém não menos importante princípio, preconiza que todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). O profissional da notícia deve perceber que tem uma responsabilidade de dar voz, bem alta, a sua consciência e permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa.

É perceptível aos que transitam na área o conflito existente entre os princípios do jornalismo e o interesse capitalista existente desde a consolidação da profissão, no século XIX. Esses conflitos ajudam a definir o papel do jornalismo na sociedade. Nas coberturas ambientais, variados interesses econômicos e políticos são evidenciados com o intuito dos argumentos chegarem à população na esperança de guiarem suas percepções/ações por meio do que foi anunciado por meio dos veículos de comunicação. Observemos:

Ao lado de Geraldo Alckmin, o ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil) disse que o governo federal vai ajudar os estados em ações para garantir o fornecimento de água nos estados da região Sudeste. Mercadante afirmou que a reunião desta tarde avaliou o cenário da “pior série histórica” de chuvas em São Paulo, com impacto “muito grande” para a segurança hídrica do estado. Segundo o ministro, o governo buscará “parcerias” para aumentar a oferta de água. “Nós estamos sempre buscando construir essa agenda, onde o governo federal possa participar de projetos que possam ser desenhados, estruturados pelos governos estaduais. [...] Nós vamos buscar uma boa coordenação entre a ANA e os governos estaduais para construir parcerias que melhorem essa situação difícil que o Sudeste – e hoje, especialmente, São Paulo – enfrenta”, disse. “Tudo o que estiver ao nosso alcance, nós faremos” completou (Alckmin detalha para Dilma edital de obra de interligação do Cantareira. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 30 de jan. de 2015).

Para Perdomo (2015), o problema da notícia transformada em mercadoria não traz consequência apenas ao jornalismo, mas também a sociedade como um todo, pois fica dividida entre uma parte contemplada e outra silenciada. A autora explica que em busca de mais leitores, objetivando o lucro, as notícias ficam cada vez mais superficiais, menos apuradas. Logo, o jornalismo perde sua função social. (PERDOMO, 2015, p.27)

Jornalismo científico e ambiental – conceitos e funções

Bueno (2009) afirma que a expressão jornalismo científico tem sido empregada no Brasil de maneira genérica e o uso da expressão tem contribuído para legitimar algumas ambiguidades conceituais. Isso se deve as confusões conceituais existentes com expressões como comunicação científica e divulgação científica. As duas expressões ensejam difusão, entretanto, a primeira é direcionada aos especialistas e o segunda, no qual está inserido o jornalismo científico, é direcionada ao público leigo. O autor traz a definição baseada em Melo.

Jornalismo científico é um processo social que se articula a partir da relação (periódica e oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e a coletividade (público/receptores) por meios de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que assegurem a transmissão de informações (atuais) de natureza científica, tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais e ideológicos). MELO apud Bueno (2009, p. 164)

O autor admite (1984), que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas: Informativa; educativa; social; cultural; econômica e político-ideológica, conforme tabela a seguir:

TABELA 1

FUNÇÃO INFORMATIVA	Está na essência da própria conceituação de jornalismo científico: a divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica, permitindo ao cidadão comum inteirar-se das novas descobertas das ciências e das suas implicações políticas, econômicas e socioculturais
FUNÇÃO EDUCATIVA	Que tem mais merecido atenção dos estudiosos. O jornalismo científico deve estar atento ao fato de que em muitos casos ele é a única fonte popular de informação sobre ciência e tecnologia
FUNÇÃO SOCIAL	Manifesta-se pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Está associado ao processo de humanização da ciência e responde pela intermediação da Ciência, o cientista/pesquisador e a sociedade

FUNÇÃO CULTURAL	O jornalismo científico deve trabalhar em prol da preservação e valorização da cultura nacional e repelir qualquer tentativa de agressão aos nossos valores culturais
FUNÇÃO ECONÔMICA	Diz respeito a relação entre o desenvolvimento da ciência (e sua divulgação) e o setor produtivo.
FUNÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA	Muitas das vezes o jornalismo científico é financiado pelas grandes empresas multinacionais que, através dele informam a opinião pública de suas realizações no campo científico e tecnológico, ele deve evitar funcionar apenas como mero reproduzidor destes interesses.

Bueno (1984), adaptado.

Ao questionar o ofício do jornalismo científico, Ivanissevich (2005) acredita que compete a ele proporcionar discussões sobre questões polêmicas como alimentos transgênicos, clonagem de embriões e mudanças climáticas globais. Essa colocação seria apoiada pelo rogo popular assegurando audiência e venda do produto, neste caso a notícia, além das incumbências éticas midiáticas.

Ivanissevich ainda salienta que “nesse sentido, a mídia tem um papel fundamental: o de manter as pessoas informadas sobre as novas conquistas científicas para que possam se posicionar diante delas” (IVANISSEVICH, 2005, p.25).

Bueno (2007) afirma que o Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo e se caracteriza por produtos decorrentes do trabalho realizado por profissionais que atuam, de maneira geral, na imprensa. Para o autor:

Simplificadamente, podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado.[...] O Jornalismo Ambiental contempla várias mídias ou ambientes (jornais, revistas, rádio, televisão, sites, newsletters) e, como as demais manifestações jornalísticas, caracteriza-se pelos atributos da atualidade e periodicidade.(BUENO, 2007, p. 35)

Assim como no Jornalismo Científico, o autor afirma três funções para o Jornalismo Ambiental: informativa; pedagógica e a política.

TABELA 2

FUNÇÃO INFORMATIVA	Necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo).
---------------------------	---

FUNÇÃO PEDAGÓGICA	Diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais.
FUNÇÃO POLÍTICA	Tem a ver com a mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental. Incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou de grupos privilegiados da sociedade, não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental.

Fonte: Bueno (2007)

Ainda conforme Bueno (2007), para dar conta é necessário dessas funções é necessário o Jornalismo ambiental assumir certas características, como diversidade e independência em relação as fontes. Tautz (2004), afirma que a independência do jornalismo ambiental permite a ele discutir livremente os rumos de um desenvolvimento que leve em conta as variáveis ambientais. Para o autor, essa postura recupera valores éticos, humanos e sociais do jornalismo estritamente comercial dos conglomerados de informação. “Algo que difira radicalmente do tipo hegemônico de jornalismo que se pratica neste país, em que a agenda de interesses, privados se sobrepõe às demandas sociais” (TAUTZ, 2004).

Outras características são a abertura de espaços para debates e o distanciamento do sensacionalismo. “Alimentar a neurose coletiva com previsões atemorizantes, além de promover a desinformação, pode de fato levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes” (FONSECA, 2004). Importante frisar que não se trata de amenizar questões urgentes ou assumir postura ingênua perante as evidências da degradação ambiental e seus impactos, mas sim estar atento aos sofismas dos discursos, por exemplo, tanto dos ativistas quanto das empresas poluidoras.

A questão econômica não deve ser sempre o foco principal. Geraque (2004), considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos. Por último, deve-se evitar a fragmentação da cobertura, que segundo Bueno (2007) fragiliza a cobertura das questões ambientais, pois leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre o meio ambiente, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas prováveis consequências (SCHARF, 2004). Isso acaba reduzindo a abrangência de algumas matérias

ao ponto de transformá-las em notícias típicas das seções de variedades, que dentro do jornalismo são pouco valorizadas.

Meios de Comunicação, Educação e Meio Ambiente

Apesar de admitir que os meios de comunicação de massa não tenham explorado, ao longo dos anos, interpretar a associação do homem com o meio ambiente em que vive, Ziggiatti (2000) salienta que a comunicação é essencial para a conscientização pública de segmentos da sociedade sobre como agir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O autor ressalta o papel mobilizador dos meios de comunicação e da indispensabilidade de qualificar a informação para que ela atue como instrumento de pressão e favorece a afirmação de um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não dividida.

Verifica-se ser inabitual que os meios de comunicação sigam por esse caminho. Geralmente, os temas ambientais são tratados de forma secundária, muitas das vezes, somente no formato das catástrofes, acidentes de grandes dimensões e com pouca periodicidade se discute as relações desses problemas em toda sua extensão com a sociedade.

Contudo, essa mobilização para maior esclarecimento por parte da imprensa na divulgação sobre a questão ambiental se faz necessário cada vez mais por aliar as práticas jornalísticas aos encadeamentos relacionados à educação básica. O comprometimento associa-se ao método de construção de uma vivência sustentável e impõe a responsabilidade social também aos jornalistas ambientais, visando os deveres com o profissionalismo e a ética.

Segundo Figueiredo (2001), a mídia que se expressa por meio de veículos massivos (televisão, rádio, jornal, revista e internet) pode ser considerada uma aliada poderosa junto à educação por ter importante papel a cumprir na sociedade, dado que com a implantação das novas tecnologias, a sociedade contemporânea adaptou-se a adquirir informações e conhecimentos por meio destes veículos. A leitura de vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela mídia eletrônica e impressa permite ao público aprender e alterar a qualidade de vida do cidadão na sociedade.

Somado as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96), a educação ambiental foi inserida nos intitulados temas transversais e encaixada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio. Para a ONU, em um documento preparatório

a Conferência sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve conceder a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, entender a interdependência entre os diversos aspectos que constituem o ambiente, com vistas a usar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

Nesse sentido a imprensa desempenha um papel esclarecedor sobre o Meio Ambiente junto a sociedade. Bortolozzi (1999) revela que boa parte das informações que os professores de instituições públicas recebem sobre o meio ambiente são provenientes da mídia, principalmente da televisão. A mídia pode ser usada como fonte, mas é preciso prestar atenção em como o processo irá funcionar. A propensão mais comum é ser repassada como verdade absoluta.

JORNAL ONLINE DIÁRIO CATARINENSE: COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE O MEIO AMBIENTE

Pesquisa realizada em 2017 com objetivo de analisar a cobertura jornalística sobre os problemas ambientais no jornal online Diário Catarinense (<https://www.nsctotal.com.br/dc>), do município de Florianópolis, consistiu em saber se a imprensa conseguiu levar informação de qualidade ao seu público, tendo como princípios as funções básicas do jornalismo, conjugadas com as características do jornalismo científico e ambiental.

O estudo foi parte integrante do projeto de pesquisa coordenado pelo prof. Dr. Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues. A pesquisa, dividida em três fases, teve por finalidade comparar o trabalho feito pela imprensa das regiões Norte, Sudeste e Sul sobre o meio ambiente e averiguar se há diferenças qualitativas entre as regiões, além de apontar carências e buscar caminhos para melhor cobertura dos problemas ambientais na Amazônia.

Na primeira fase do projeto, a pesquisa tratou sobre a cobertura de eventos climáticos extremos pelos principais jornais online da Região Norte. Na segunda fase, analisou-se a cobertura de eventos climáticos extremos realizada pelos principais jornais online da Região Sudeste. A terceira etapa, a análise se concentrou na cobertura de problemas ambientais pelos jornais online da Região Sul.

O meio de comunicação selecionado foi o jornal online Diário Catarinense, considerado de grande audiência no estado de Santa Catarina. Os textos jornalísticos coletados tiveram como parâmetro o fato de possuírem correspondência aos problemas ambientais e pertencerem ao gênero

informativo em seus modelos de notícia e reportagem, descritos por Melo (2010)²¹. No total, foram selecionadas 17 publicações, entre os meses de setembro de 2016 a março de 2017.

A pesquisa lançou mão do estudo de conteúdo pelo fato da metodologia ser empregada para localizar tendências e modelos de análise de fatores de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Atua também para detalhar e identificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para estimar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discordâncias e para equiparar conteúdo jornalístico de mídias distintas em diferentes culturas. Cinco categorias foram delimitadas. Foram elas: precisão; independência; pluralidade; contextualização e sensibilização.

TABELA 3

PRECISÃO	<p>analisou a genuinidade e a exatidão das informações publicadas. compõe os elementos dos princípios gerais do jornalismo no comprometimento com a verdade, da lealdade ao interesse público, da disciplina da verificação, assim como uma das qualidades do jornalismo ambiental de esquivar-se do sensacionalismo.</p>
INDEPENDÊNCIA	<p>analisou se aconteceu problematização das responsabilidades do poder público perante as causas e consequências dos problemas ambientais. Acrescenta o princípio do jornalismo de ser um fiscal, independente do poder.</p>
PLURALIDADE	<p>analisou o espaço concedido no âmbito das reportagens para as manifestações dos diversos fatores envolvidos na questão ambiental. Engloba os princípios gerais do jornalismo de promover fóruns para a crítica e o comentário público e da independência das fontes Soma ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria inserem-se as competências da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o atributo revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental</p>
CONTEXTUALIZAÇÃO	<p>analisou a contextualização das causas e consequências das questões ambientais e seus encadeamentos sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades distintas ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir somente às questões econômicas</p>

21 Notícia é o relato da realidade. A reprodução do real que eclodiu no seio social. Reportagem é o aprofundamento do fato no seio social.

SENSIBILIZAÇÃO	aplicação do espaço das reportagens não somente para noticiar fatos ligados à questão ambiental, mas também estimular a população para a necessidade de tomada de decisões. Congrega o princípio do jornalismo de apresentar o significativo de forma intrigante, a função educativa do jornalismo e qualidade de procurar agrupar jornalismo e educação do jornalismo ambiental.
-----------------------	---

Fonte: autor (2017)

Após as delimitações, foi criado um formulário com o propósito de verificar se as reportagens possuíam os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental.

Para fins deste artigo, optou-se por trabalhar apenas as categorias contextualização e pluralidade. O jornal Diário Catarinense, caracterizado por ter editorias de nomes próprios, fez-se necessário o uso de palavras chaves como meio ambiente e problemas ambientais para que as matérias extraídas.

TABELA 3: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS.

CATEGORIA DE ANÁLISE	PRINCÍPIOS GERAIS DO JORNALISMO (PGJ)/ CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO CIENTÍFICO (CJC) E AMBIENTAL (CJA)	ELEMENTOS ANALISADOS NAS REPORTAGENS DE CADA CATEGORIA	QUESTÕES FECHADAS DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS
PLURALIDADE	<p>PGJ Promove fórum para debate</p> <p>CJC Função social</p> <p>CJA Diversidade das fontes Abrir o espaço para o debate</p>	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vezes envolvidas nos problemas/questões ambientais.	<p>Que vozes tiveram espaço na reportagem?</p> <p>Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem?</p> <p>Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?</p>

CONTEXTUALIZAÇÃO	<p>PGJ Apresentar o significativo de forma interessante e relevante</p> <p>CJA Evitar a fragmentação da cobertura</p> <p>Nem tudo se resume às questões econômicas</p>	<p>A contextualização das causas e consequências dos problemas/questões ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.</p>	<p>A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas/questões ambientais tratados?</p> <p>A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado?</p> <p>A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?</p> <p>A matéria correlacionou problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais?</p>
-------------------------	--	---	---

Fonte: Roteiro feito pelo pesquisador/2016.

Análise das categorias: pluralidade

Na categoria pluralidade, o poder público teve espaço em 80% das matérias, 25% foram de pesquisadores, 15% de pessoas afetadas pelos problemas ambientais e 45% se destinaram a outros, como estudantes e líderes de comunidades. A baixa porcentagem das pessoas afetadas é crítica, pois são essenciais para que sejam promovidos envolvimento maiores com o público.

TABELA 8

CATEGORIA PLURALIDADE 1		RESULTADOS (%)
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	Poder Público	80
	Pesquisadores	25
	Pessoas afetadas pelos problemas ou questões ambientais	15
	Outros	45

Fonte: Pesquisador/2017.

Na segunda chamada da pluralidade, 25% de pesquisadores foram ouvidos e 75% não foram ouvidos. Esse alto índice de pesquisadores não ouvidos vai contra o princípio geral do jornalismo de promover, fóruns de

debates para formação da opinião pública., sendo também característica do jornalismo ambiental.

TABELA 9

CATEGORIA PLURALIDADE 2		RESULTADOS (%)
Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem?	Sim	25
	Não	75

Fonte: Pesquisador/2016.

Na terceira tabela, 70% não mostraram nenhuma opinião científica. 20% foi mostrada somente 1 opinião e 10% abordaram duas opiniões. Os resultados se mostram negativos, pois não se abre espaço para o debate. Tuffani (2005) afirma ser preciso ter discernimento e critério para aumentar o campo das fontes, pois não se pode comparar qualquer alarmista ambiental com críticos consistentes.

TABELA 10

CATEGORIA PLURALIDADE 3		RESULTADOS (%)
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas?	1	20
	2	10
	Mais de 2	0
	Nenhuma	70

Fonte: Pesquisador/2017.

Análise da categoria: contextualização

Na primeira chamada, os números apontaram que 25% das matérias resgataram as raízes históricas dos problemas/questões ambientais e 75% não resgataram. O critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se faz presente porque conforme Scharf (2004), esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, a população acaba não sabendo o que levou a aquele problema e suas prováveis consequências.

Bueno (2007) considera que o jornalismo ambiental precisa abranger uma percepção multifacetada, onde fronteiras excedam as bordas dos cadernos e editorias, evitando a sua inconsistência em virtude da fragmentação.

TABELA 11

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 1		RESULTADOS (%)
A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas/questões ambientais tratados?	Sim	25
	Não	75

Fonte: Pesquisador/ 2017.

No segundo questionamento, 35% mostraram a opinião e 65% não mostraram. É possível observar que as matérias não apresentam o assunto de modo interessante e relevante ao optar por não colocar a opinião de um especialista. Bueno (2007) atenta para a conflagração que deve ocorrer no dever dos jornalistas com a modificação de arquétipos, evidenciando uma percepção adiante as aparências, como maneira de não ser condescendente com aqueles que se apoderam da temática ambiental para criar ou intensificar suas imagens.

TABELA 12

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 2		RESULTADOS (%)
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado?	Sim	35
	Não	65

Fonte: Pesquisador/ 2017.

O terceiro questionamento da categoria procura identificar se a matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global. 5% correlacionaram e 95% não correlacionaram.

TABELA 13

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 3		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?	Sim	5
	Não	95

Fonte: Pesquisador/ 2017.

A quarta pergunta da categoria indica que 50% das matérias correlacionaram os problemas ou questões ambientais a questões econômicas, políticas ou culturais e 50% não correlacionaram. Geraque (2004) considera que modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos. Pode-se perceber que o questionamento busca atender a este princípio.

TABELA 14

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO 4		RESULTADOS (%)
A matéria correlacionou o problema/ questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais?	Sim	50
	Não	50

Fonte: Pesquisador/2017.

Situar o leitor na situação local é procurar evidenciar as medidas que podem ser tomadas para ajudar solucionar essas dificuldades. Além disso, o conceito de descobrir o mundo compreendendo de que forma aquele problema pode afetar todo um ecossistema existente traduz muito bem o peso da função jornalística como modificadora da sociedade. A carência de captação de notícias que apresentem essa questão global acaba causando a aceitação de constantes vinculações das causas ambientais a fatores econômicos e políticos

CONSIDERAÇÕES

As questões ambientais contemporâneas comprometem a vida humana no planeta e os indivíduos precisam estar bem informados para decidir os rumos da vida em sociedade. A imprensa é um dos lugares onde se pode buscar informações com qualidade, por isso, é dever do jornalista sempre fornecer um conteúdo de qualidade que possa ser utilizado pelos cidadãos para exercer plenamente a cidadania.

No tocante a causa ambiental, a imprensa pode auxiliar a sociedade no esclarecimento das causas e as consequências dos problemas ambientais, servindo como auxiliar nas tomadas de decisões diante das questões de fundo do problema (mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, políticas públicas entre outros). O jornalismo exercer um papel importante como interventor do conhecimento científico produzido sobre os problemas ecossistêmicos e suas implicações em nível local e global de precisa se engajar de forma a ser um monitor do poder e defensor do interesse público.

O balanço, de uma forma geral, das categorias estabelecidas na pesquisa foi negativo. Os principais pontos a serem observados é que os textos deveriam ser construídos de forma a abranger mais assuntos sobre o meio ambiente, ciência e tecnologia; ser mais independente das fontes; utilizar informações educativas para a população.

Ficou evidenciado que ainda é preciso averiguar mais profundamente as ocorrências que são divulgadas para os leitores, visto que o jornal online Diário Catarinense não trouxe as informações de maneira a esclarecer ao público os pormenores das situações, por exemplo, os percentuais mostraram insuficiência de dados no que se refere a diversificação de vozes apontando assiduidade do poder público.

Os números apontados também indicaram que os jornalistas ainda são carentes de uma demanda maior de fontes de informação, em razão da maior parte das reportagens terem propagado os posicionamentos somente do poder público, o que levou a questionarmo-nos o porquê de os pesquisadores e, principalmente, a população não terem participado mais evidentemente dessas matérias, assim como o dever do jornalista com a sua própria consciência de trabalhar para o povo, ajudando – a tomar decisões esclarecidas e abrindo espaço para a discussão pública

Os profissionais não se preocuparam em salientar as origens dessas circunstâncias, deixando de proporcionar aos leitores uma visão mais objetiva e clara dos incidentes que resultaram nos problemas abordados. Portanto, apesar de toda complexidade existente no cotidiano jornalístico, como pouco tempo de produção, redações pequenas, é necessário sempre

manter aguçado a responsabilidade social do jornalismo, para que os profissionais estejam atentos e a sociedade apoie, a importante função social que a profissão exerce.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BORTOLOZZI, A. **Comunicação, ensino e temática ambiental**. Comunicação & Educação, n 14, jan./abr., pág. 42-48, 1999.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.

_____. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. Editora UFPR, 2007. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>.

_____. **Jornalismo Ambiental e Científico na Construção da cidadania**. In: **Jornalismo Científico e desenvolvimento sustentável**. Organizadores: Cilene Vitor, Graça Caldas e Simone Bartoliero. São Paulo: All print editora, 2009

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; NASCIMENTO, Ana Claudeise; NILSONETTE, Marco Lopes. **Comunicação Comunitária**. In: Seminário Anual de Pesquisa (SAP), 2, Tefé. Anais. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001.

GERAQUE, Eduardo. **Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos**. In: BOAS, Sérgio Vilas. Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa; NEULS, Gisele. **Jornalismo Ambiental e Científico na Construção da cidadania**. In: **Jornalismo Científico e desenvolvimento sustentável**. Organizadores: Cilene Vitor, Graça Caldas e Simone Bartoliero. São Paulo: All print editora, 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Profissão Jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PERDOMO, Nildiane Santana. **A Função Social do Jornalismo e o Mercado de Notícias**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Monografia de Graduação, 2015.

SCHARF, Regina. **Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo?** In: BOAS, Sérgio Vilas. *Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

TUFFANI, Maurício. **As regras do jogo acima do método e da razão**. In: BOAS, Sérgio Vilas. *Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2005.

ZIGGIATTI, Barbie. **Journalism as Interpretive Community**. *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 10. 2000.

Material Jornalístico coletado

ALMEIDA, Jacson. Crime sem castigo: sete em cada 10 multas ambientais em Santa Catarina ficam sem pagamento. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 26 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2016/09/crime-sem-castigo-sete-em-cada-10-multas-ambientais-em-santa-catarina-ficam-sem-pagamento-7556803.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

BASTOS, Ângela. 1,1 mil crianças de zero a 14 anos morreram em SC em 2016. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 07 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/1-1-mil-criancas-de-zero-a-14-anos-morreram-em-sc-em-2016-9742252.html>>. Acesso em 21 de julho de 2017.

CAGNINI, Lariane. Ação do Ministério Público requer que prefeitura de Laguna e Casan paguem multa por danos ambientais. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 21 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/01/acao-do-ministerio-publico-requer-que-prefeitura-de-laguna-e-casan-paguem-multa-por-danos-ambientais-9476343.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

CAGNINI, Lariane. Projeto com protetores ambientais difunde preservação em Laguna, no Sul do Estado. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 10 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/11/projeto-com-protetores-ambientais-difunde-preservacao-em-laguna-no-sul-do-estado-8237408.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

DUARTE, Gabriele. Santa Catarina é referência na procura, construção e certificação de condomínios sustentáveis. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 29 de

janeiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/01/santa-atarina-e-referencia-na-procura-construcao-e-certificacao-de-condominios-sustentaveis-9634859.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

DUARTE, Gabriele. Responsável pelo abastecimento da Grande Florianópolis, rio Cubatão do Sul é o retrato da poluição. Diário Catarinense, Santa Catarina, 25 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/03/responsavel-pelo-abastecimento-da-grande-florianopolis-rio-cubatao-do-sul-e-o-retrato-da-poluicao-9756037.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

EMPRESA que construiu condomínio na praia do Santinho é condenada por danos ambientais. Diário Catarinense, Santa Catarina, 16 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/empresa-queconstruiu-condominio-na-praia-do-santinho-e-condenada-por-danos-ambientais-7480669.html>>. Acesso em 21 de julho de 2017.

FELDMANN, Simone. Proteger a Mata Atlântica e as florestas é o foco da Campanha da Fraternidade 2017. Diário Catarinense, Santa Catarina, 01 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/03/proteger-a-mata-atlantica-e-as-florestas-e-o-foco-da-campanha-da-fraternidade-2017-9732555.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

FIORINI, Yasmine Holanda. Praia de Palmas perde Bandeira Azul, maior certificação de qualidade das praias do mundo. Diário Catarinense, Santa Catarina, 05 de maio de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/05/praiade-palmas-perdebandeira-azul-maior-certificacao-de-qualidade-das-praias-do-mundo-9787138.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

IBAMA apreende nove toneladas de pescado ilegal no Litoral Norte de SC. Diário Catarinense, Santa Catarina, 23 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/ibama-apreende-nove-toneladas-de-pescado-ilegal-no-litoral-norte-de-sc-9755097.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

MACIEL, Roelton. Santa Catarina é o terceiro Estado do país que mais sofreu com desastres naturais em 20 anos. Diário Catarinense, Santa Catarina, 04 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/santa-atarina-e-o-terceiro-estado-do-pais-que-mais-sofreu-com-desastres-naturais-em-20-anos-9713248.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

NEUMANN, Larissa. Protesto contra poluição do Rio Papaquara, no norte da Ilha de SC, reúne cerca de 150 pessoas. Diário Catarinense, Santa Catarina, 05 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/protesto-contrapoluicao-do-rio-papaquara-no-norte-da-ilha-de-sc-reune-cerca-de-150-pessoas-9713776.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

PEREIRA, Victor. Moradores protestam contra poluição da bacia do rio Ratoles, no Norte da Ilha. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 26 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/moradores-protestam-contrapoluicao-da-bacia-do-rio-ratoles-no-norte-da-ilha-9756999.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

QUEDA de granizo provoca danos a casas em Fraiburgo, no Meio-Oeste. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/10/queda-de-granizo-provoca-danos-a-casas-em-fraiburgo-no-meio-oeste-7834346.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

SECRETARIA do Meio Ambiente de Joinville realiza mutirão para limpeza de praças e parques. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 08 de fevereiro. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/secretaria-do-meio-ambiente-de-joinville-realiza-mutirao-para-limpeza-de-pracas-e-parques-9716362.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

SILVA, Anderson. Casan e Fatma garantem que saneamento básico evoluiu e prometem um cenário melhor. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/12/casan-e-fatma-garantem-que-saneamento-basico-evoluiu-e-prometem-um-cenario-melhor-8774765.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

SPAUTZ, Dagmara. Ibama apreende peixes ameaçados de extinção em barco de Itajaí. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 14 de março de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/ibama-apreende-peixes-ameacados-de-extincao-em-barco-de-itajai-9748146.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

SPAUTZ, Dagmara. Ibama apreende mais de 8 toneladas de pescado ilegal em Itajaí. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 03 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/ibama-apreende-mais-de-8-toneladas-de-pescado-ilegal-em-itajai-9712544.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

SPAUTZ, Dagmara. Críticas ao zoo do Beto Carrero World provocam polêmica na internet. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 07 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/01/criticas-ao-zoo-do-beto-carrero-world-provocam-polemica-na-internet-9179747.html>>. Acesso em 21 de julho de 2017.

WOLFF, Gabriela. Mais de 3 mil animais silvestres foram tratados no Parque do Rio Vermelho em 2016. *Diário Catarinense*, Santa Catarina, 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/01/mais-de-3-mil-animais-silvestres-foram-tratados-no-parque-do-rio-vermelho-em-2016-9394438.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

ANÁLISE DA COBERTURA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS PELO JORNAL ONLINE “GAZETA DO POVO”

Patrícia Vaz Borges²²

Carlos Barros Monteiro²³

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues²⁴

Este texto é resultado do projeto de pesquisa que teve como principal objetivo fazer uma análise da cobertura jornalística sobre a temática ambiental e desenvolvimento sustentável realizada pelo jornal online “Gazeta do Povo” de Curitiba (PR). A questão que orientou a investigação foi a busca por saber se o meio de comunicação pesquisado teve eficiência ao informar seu público leitor sobre problemas ambientais e seus desdobramentos. Analisar como essas questões são reportadas em uma das capitais considerada referência em cuidados com meio ambiente e políticas sustentáveis no Brasil.

Para encontrar respostas à questão exposta utilizamos ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos das áreas de Comunicação, Sociologia e Ciência Política. Nosso propósito foi verificar, durante um período de seis meses (setembro de 2016 a março de 2017), se houve qualidade nas informações de temática ambiental publicadas por um dos portais de notícia mais relevantes do Sul do Brasil. Investigar o papel do jornalismo como elemento conciliador entre progresso e consumo

22 Jornalista. Pesquisadora Bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: patvazborges@gmail.com.

23 Jornalista. Docente e vice-coordenador do Curso de Jornalismo do ICSEZ/Ufam. Doutor em Inovações Tecnológicas na Comunicação Contemporânea pela UMESP – Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: cbmonteiro@email.com.br.

24 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br.

sustentável, com o objetivo de contribuir na qualificação da abordagem de questões ambientais nos veículos de comunicação e melhorar o nível de informação dos cidadãos.

A relevância desta pesquisa surge ao se constatar que a humanidade enfrenta – sob a dicotomia “progresso x consumo sustentável” – severos e avassaladores impactos ambientais, os quais, em larga escala, podem se tornar irreversíveis. Países que investem e estimulam cada vez mais o modelo de desenvolvimento econômico baseado em princípios capitalistas, arriscam a sobrevivência humana com a poluição ambiental causada pela exploração insustentável dos recursos naturais. Grandes estiagens, enchentes, aumento de temperatura, desertificação e extinção de espécies da fauna e flora são catastróficas consequências dessa exploração insustentável.

Dentre as razões que levam os governos a não fecharem acordos sobre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico estão a apatia e a falta de cobrança da opinião pública por medidas que desacelerem os processos produtivos e as relações de consumo atuais. Nesse contexto, pode-se correlacionar a melhora no nível de informação científica sobre questões ambientais à tomada de decisão esclarecida sobre a adoção de medidas preventivas e postura sustentável com a efetiva participação governamental e com o estímulo à implementação de políticas públicas ambientais.

Na contramão dessa realidade, a cidade de Curitiba é referência em cuidados ao meio ambiente e sustentabilidade não só no Brasil, mas em toda América Latina. Em 2012, a cidade recebeu, durante a Rio+20²⁵, o prêmio Global Green City Award (Cidade Verde), título concedido pelo Fórum Global sobre Assentamentos Humanos – GFHS. Na ocasião, a prefeitura de Curitiba apresentou ao fórum o Hibribus, um ônibus de transporte coletivo que opera com dois motores (um elétrico e outro movido a biodiesel) que se espera a redução na emissão de poluentes na cidade de Curitiba e região metropolitana. Desenvolvida pela empresa Volvo, desde 2012, a nova tecnologia permite economia de combustível de até 35%, além de reduzir em 90% as emissões de gases poluentes em relação aos ônibus com tecnologia utilizada anteriormente.

Em 2016, Curitiba foi apontada como a cidade mais verde do País e da América Latina, segundo o relatório Green City Index (Índice Verde

25 Foi uma conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de debaterem sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. O evento aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, com a presença de chefes de estados de diversos países.

de Cidades), realizado pela multinacional Siemens, com a Economist Intelligence Unit. Segundo as informações do documento, o principal motivo para o desempenho excepcional de Curitiba é a sua longa história de preocupação com o meio ambiente. Na década de 1960, diante de um rápido crescimento populacional, foram implementadas soluções como criar áreas de pedestres e fornecer baixo custo de trânsito eficaz. A cidade do BRT (Bus Rapid Transit) desde então se tornou um modelo para uma série de cidades latino-americanas. Já na década de 1980, foram abordadas questões como a criação de áreas verdes, reciclagem, gestão de resíduos e saneamento.

O debate de problemas ambientais e a implementação de políticas públicas precisam ter a seu dispor uma atuante cobertura jornalística embasada em informações científicas para que, deste modo, as medidas sejam repercutidas de forma aprofundada e os impactos causados pelo consumo insustentável possam ser contidos. Porém, o que se percebe no atual formato de cobertura jornalística é a divulgação, por vezes sensacionalista, de catástrofes ou acidentes de grandes proporções, com a finalidade clara de atrair engajamento de acesso e audiência.

Em 05 novembro de 2015, ocorreu o **maior acidente ambiental no setor da mineração brasileira**, no município de Mariana, em Minas Gerais. A tragédia aconteceu após o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é controlada pela venture entre a Vale S.A. e uma anglo-australiana BHP Billiton. Além de reportar sobre a situação das vítimas, a imprensa também expôs os principais impactos ambientais causados pelo desastre e a fragilidade na prevenção.

O consumo insustentável em larga escala pode gerar impactos ambientais tão graves quanto os gerados pela tragédia de Mariana. Não tem sido costumeiro a mídia tratar a questão do consumo insustentável como fato noticioso. Não repercute e nem analisa com profundidade a relação entre progresso econômico e sustentabilidade, tão pouco as consequências do consumo insustentável com o mesmo interesse e urgência com os quais repercute desastres ambientais. À medida em que o jornalismo busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais, ele tem potencial para voltar-se para um papel esclarecedor, pedagógico e informacional (SOUSA, 2000). O trabalho do jornalista pode contribuir na compreensão dos cidadãos sobre os impactos que a exploração ambiental pode causar na humanidade.

Considerada um dos mais eficientes métodos de pesquisa por sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997), faremos uso da análise de conteúdo

para avaliar as publicações de temática ambiental no portal Gazeta do Povo, de Curitiba. As reportagens serão analisadas com objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas

O objetivo será a aferição da qualidade da informação oferecida aos leitores e, conseqüentemente, avaliar se a cobertura jornalística contribuiu ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores das principais capitais das regiões pesquisadas e, assim, evidenciar o jornalismo como ferramenta científica de alerta ambiental, que leva o cidadão à reflexão e à cobrança de mudanças governamentais e melhores políticas públicas. Através dessa análise é possível também identificar possíveis falhas na cobertura e apontar caminhos para qualificar o conteúdo informativo de temática ambiental.

Segundo Girardi (2012), o jornalismo ambiental sugere uma prática engajada, “diferente” do que se convencionou em algumas especializações. O conceito e a prática do jornalismo ambiental passam pela elevação de sua potencialidade “geradora”, na qual há uma atitude de alteridade, marcadamente, como elemento primordial para fazê-lo. Entende-se por jornalismo ambiental a especialização na cobertura dos fatos relacionados ao meio ambiente, à natureza, à ecologia, à fauna e flora enfatizando a sustentabilidade e a biodiversidade. Para Bueno (2005) o jornalismo ambiental passa por um processo de amadurecimento. O autor acredita que o conceito dessa vertente jornalística tem que ter seu próprio significado, extrapolando o significado de jornalismo científico tradicional, e que não se confunda, hipótese alguma com o jornalismo econômico (impregnado pelo modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (BUENO, 2005).

A influência da comunicação é essencial para a sensibilização e estímulo da população para tomada de um comportamento sustentável. Segundo Zaggiatti, os meios de comunicação possuem mobilizador, por isso há a necessidade de que a informação seja qualificada. O autor também destaca um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada. Figueiredo (2001), mostra que o conteúdo distribuído pelos veículos de comunicação de massa pode ser um forte aliada junto à educação, uma vez que, com o advento das novas tecnologias e a vinculação entre jornal impresso e mídias eletrônicas, a sociedade passou a absorver muito mais informações

com maior agilidade trazendo informações de qualidade pode se transformar em qualidade de vida em sociedade.

O papel da imprensa na transmissão de conhecimento científico pode servir como ferramenta de estudo utilizada na educação básica. Quase duas décadas atrás Bortolozzi (1999) apontava que parte das informações sobre meio ambiente que o corpo docente das escolas públicas recebe vêm da mídia, principalmente da televisão. Para a ONU, num documento preparatório a Conferencia sobre Meio Ambiente, citado por Dias (1993), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro. Pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio.

É urgente a necessidade de que a sociedade, incluindo indivíduos em formação escolar, esteja bem informada para tomar decisões sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o país. O discurso jornalístico é capaz de contribuir para o envolvimento da população na conservação dos recursos naturais, ampliando a compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental à sociedade, como um todo. Vale ressaltar que o papel do jornalismo, cujo princípio histórico é o ideal iluminista, é de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007).

A presente pesquisa buscou compreender a função social do jornalismo nos regimes democráticos, seu potencial de difusão de informações científicas e a importância das notícias sobre ciência e meio ambiente na transformação social. A escolha da análise das publicações do portal Gazeta do Povo de Curitiba (PR) se deu em função de sua relevância no cenário jornalístico, sendo este, o portal²⁶ mais acessado no estado e que diz ter como objetivo, a busca constante pela identificação e aproximação com o público.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise da cobertura jornalística sobre ciência e meio ambiente realizada pelo jornal online Gazeta do Povo foi desenvolvida sobre

26 Fundado por Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva em 3 de fevereiro de 1913 o portal gestado no ano de 2000 com o título de “**Tudo Paraná**” e evoluindo até chegar ao formato atual, com sede em Curitiba e atualmente oferece versão impressa no formato revista e que circula apenas uma vez na semana já foi diário. É o mais antigo jornal em circulação no estado do Paraná sendo publicado pela Editora Gazeta do Povo S.A. e pertence ao Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM).

parâmetros quantitativo e qualitativo. Faremos uso do método de análise de conteúdo por meio de critérios objetivos, construídos com base no aporte teórico da função jornalística e de seus princípios gerais, além de usarmos elementos específicos dos gêneros científico e ambiental.

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria. Apesar disso, ao longo do tempo e com o intuito de garantir uma qualidade padrão na informação transmitida, o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a nortear o exercício da profissão (TRAQUINA, 2005a).

A referência teórica adotada na pesquisa é a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas listaram oito princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Para complementar as considerações dos autores utilizamos também contribuições teóricas de pesquisadores em comunicação do Brasil.

Compromisso com a verdade – Segundo Pena, (2005) o compromisso com a verdade é o primeiro princípio a ser adotado pelo jornalismo. Para conceituar *verdade* usaremos a abordagem de Kovack e Rosenstiel (2003) que descreve verdade jornalística diferente da verdade filosófica, pois a primeira é construída paulatinamente, matéria a matéria, visando o entendimento do fato no todo. A verdade almejada pelo jornalismo é, portanto, um processo contínuo na busca pela construção da realidade. “As pessoas carecem de síntese e verificação, ou seja, de informações claras, diretas e exatas (verdadeiras), que conduzam a um entendimento do fato” (Kovack; Rosenstiel, 2003, p.125).

Lealdade ao interesse público – Esse princípio enfatiza a obrigação social do jornalista, profissional que deve atuar para além dos interesses imediatos de seus patrões e essa mesma obrigação pode ser alavancadora do sucesso financeiro desses mesmos patrões. Chamamos de independência jornalística o fato de o jornalismo ser financiado pelo setor privado, mas servir aos interesses públicos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

A disciplina da verificação – Compromisso com a verdade e lealdade ao interesse público são princípios que requerem um outro ponto fundamental no fazer jornalístico: a verificação. Para que se constitua da verdade e sirva ao interesse público é necessário que o conteúdo jornalístico passe por uma disciplina de verificação das informações. Para Kovach e Rosenstiel (2003), essa disciplina da verificação separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte. “Os repórteres

devem ser obstinados em sua missão, além de disciplinados na luta para ir além de sua própria perspectiva dos fatos” (p.142).

Independência das fontes – Chaparro (2001), entende que a organização e a capacitação discursiva das fontes são as mais importantes modificações ocorridas nos processos jornalísticos nos últimos quarenta anos. A preocupação da influência das fontes na agenda jornalística se aplica também ao campo da opinião. Kovach e Rosenstiel (2003) advertem que proibições rigorosas não garantirão que um jornalista permaneça livre de engajamentos pessoais ou intelectuais. Trata-se de uma questão de bom senso e de um compromisso inabalável com o princípio da lealdade com a população, em primeiro lugar, que vai evitar a dependência das fontes e, portanto, separar o jornalismo do partidarismo.

Ser um monitor independente do poder – Cabe aos jornalistas romperem com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos do poder, pois há sempre um terceiro polo que precisa ser levado em consideração e ganhar identidade: o povo. Na dialética do poder, o terceiro polo está no povo, que oscila entre situação e oposição atraído ora para um, ora para outro dos polos dominantes, por habilidades de sedução ou por imposição de medos. Chaparro (2001, p.38) assinala que “apesar de quase não entrar na pauta jornalística, o povo produz acontecimentos, e com eles conflitos, cultura – fatos, falas, artes e saberes que precisam ser captados, compreendidos, narrados”.

Promover um fórum para a crítica e o comentário público – Kovach e Rosenstiel (2003), pontuam a importância de evitar abordar os lados extremos de um assunto, pois exclui a maioria dos cidadãos e dificilmente são conciliatórios. Quando este princípio não é observado o espaço para o fórum de discussões passa a ser ocupado pelo espetáculo e até mesmo pela ficção, Bucci (2000) classifica esse processo de culto as falsas imagens onde o jornalismo se confunde com a literatura de ficção ou com a arte, apesar de sempre ter se beneficiado de seus recursos.

Pautar o significativo em formato interessante e relevante – Esse princípio refere-se a dois aspectos do trabalho jornalístico: a escolha das notícias (o que é significativo) e a produção do texto (tornar as histórias interessantes). Segundo Pena (2005) o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade. “O fato é que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ou seja, têm critérios próprios, que consideram óbvios, quase instintivos” (PENNA, 2005, p. 71). Já segundo a abordagem de Wolf (2001) os jornalistas baseiam-se muito mais na capacidade de um fato virar

ou não notícia, a qual denomina de noticiabilidade, do que num instinto imponderável. O autor considera ainda, que os jornalistas definem o grau de noticiabilidade de um fato levando em conta outro elemento por ele denominado como valor-notícia.

O dever com sua consciência – Todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). A sociedade espera do conteúdo jornalístico uma descrição verídica dos acontecimentos e a explicação isenta dos fatos e contextos. Para isso, o comportamento dos jornalistas precisa estar vinculado, não a algum interesse particular em jogo, mas ao interesse público. De acordo com Chaparro (2001, p.73), isso “além de exigir lucidez, coragem e sabedoria, só se resolve no plano da consciência, diante da responsabilidade de tomar decisões que produzem efeitos imediatos e irreversíveis”.

Analisar o jornalismo como elemento conciliador entre progresso e meio ambiente contribui para qualificar o papel dos veículos de comunicação na abordagem da temática ambiental, além de melhorar o nível de informação dos cidadãos. Isto nos remete ao jornalismo científico, na medida em que este promove a divulgação da ciência e tecnologia por meio dos meios de comunicação de massa, segundo os critérios e o sistema de produção jornalístico. Cabe ao jornalismo científico informar o público sobre a ciência e trazer reflexões, instigar discussões na sociedade e também contribuir de maneira efetiva na formação de uma cultura científica.

Ivanissevich (2005) considera que cabe ao jornalismo científico possibilitar debates sobre questões polêmicas como a alimentos transgênicos, clonagem de embriões e mudanças climáticas globais. Essa função teria amparo não somente nas responsabilidades éticas da mídia, mas também pelo apelo popular e por assegurar a audiência e a venda do produto (notícia).

A referência teórica de Bueno (1984) considera que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas, a saber:

Função informativa: está implícita na própria conceituação de jornalismo científico, ou seja, a divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica, permitindo ao cidadão comum inteirar-se das novas descobertas das ciências e das suas implicações políticas, econômicas e socioculturais;

Função educativa: o jornalismo científico é, em muitos casos, a única fonte popular e de amplo acesso às informações sobre ciência e tecnologia, nesse sentido é um gênero com responsabilidade educativa;

Função social: manifesta-se pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Ela prevê o debate dos temas e da tecnologia à luz das aspirações da sociedade e faz coincidir os interesses com os objetivos da produção e da divulgação científica;

Função cultural: o jornalismo científico deve trabalhar em prol da preservação e valorização da cultura nacional e repelir qualquer tentativa de agressão aos nossos valores culturais;

Função econômica: cabe ao jornalismo científico exercer o papel de contribuir para aumentar o intercâmbio entre os institutos, universidades e centros de pesquisa nacionais e o setor produtivo;

Função político-ideológica: levando em conta que muitas vezes o jornalismo científico é financiado pelas grandes empresas multinacionais que, através dele informam a opinião pública de suas realizações no campo científico e tecnológico, ele deve evitar funcionar apenas como mero reprodutor destes interesses e apenas legitimá-los junto à sociedade.

O jornalismo ambiental precisa estar política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses” (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, supõe a observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos.

Quanto aos critérios do jornalismo ambiental, nota-se que este gênero compartilha de diversos elementos oriundos do jornalismo científico, porém, a cobertura dos fatos relacionados à questão ambiental necessita de outras abordagens além da científica por envolver o debate de problemas com implicações científicas, sociais, econômicas e políticas (OLIVEIRA, 1990). Em razão disso, abordaremos as peculiaridades do jornalismo ambiental em relação ao científico e problematizar as aplicações dos princípios enunciados nos demais tópicos anteriores.

Com o objetivo de analisar a cobertura jornalística sobre ciência e meio ambiente feita pelo jornal online Gazeta do Povo (Curitiba/PR), objeto desta pesquisa, procedemos uma revisão da bibliografia produzida a este respeito e destacamos os oito pontos convergentes apontados por diversas referências e autores consultados.

Diversidade de fontes: A escolha das fontes deve ter como fator norteador compatibilizar visões, experiências e conhecimentos contribuindo para uma relação melhor entre homem e meio ambiente. As

reportagens ambientais, bem como nos demais gêneros, precisam “ouvir todas as interpretações” de um mesmo fato, abrir espaço não somente para os que já possuem espaço de fala nos veículos de comunicação (autoridades, pesquisadores, empresários e políticos), mas também àqueles comumente silenciados pela mídia (entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos problemas ambientais, etc.). “O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés” (BUENO, 2007, p. 14).

Independência em relação às fontes: Tautz (2004), afirma que a independência do jornalismo ambiental em relação às suas fontes permite a ele discutir livremente os rumos de um desenvolvimento que leve em conta as variáveis ambientais. Para o autor, essa postura recupera valores éticos, humanos e sociais do jornalismo estritamente comercial dos conglomerados de informação. “Algo que difere radicalmente do tipo hegemônico de jornalismo que se pratica neste país, em que a agenda de interesses privados se sobrepõe às demandas sociais” (TAUTZ, 2004, p. 150). No dia a dia da cobertura ambiental o jornalista não deve escolher os assuntos que vai cobrir com base em sugestões encaminhadas por agências de comunicação, assessorias de imprensa, pesquisadores, ONG’s dentre outros, sem antes buscar entender as razões e os interesses que estão por trás delas. Do contrário, como tem acontecido com relativa frequência, terminam tornando-se vendedores de produtos, serviços e ideias às vezes antagônicos ao desenvolvimento sustentável (BUENO, 2007).

Abrir o espaço para o debate: Este ponto mostra-se associado ao anterior, pois na medida em que a escolha das fontes se dá sob a ótica da diversidade é natural a ocorrência do debate de opiniões entre elas. Quando privilegia fontes do âmbito acadêmico, do universo político (as autoridades) e da comunidade empresarial o jornalista ambiental incorre em uma atitude elitista, autoritária e não democrática ao retirar o espaço das falas e experiências dos cidadãos comuns (BUENO, 2007). Ao contrário, diz o autor, a reportagem deve contemplar as controvérsias, o debate, o embate de ideias e opiniões, a fim de fugir do formato apenas denunciante marcado pela fragilidade que não agrega valor à cobertura ambiental.

Evitar o sensacionalismo: Não se trata de amenizar questões urgentes ou assumir postura ingênua perante as evidências da degradação ambiental e seus impactos, mas sim estar atento aos sofismas dos discursos, por exemplo, tanto dos ativistas quanto das empresas poluidoras (FONSECA, 2004). De acordo com Tautz (2004), o atual momento histórico pede a feitura de um tipo de jornalismo que vá além da mera

constatação das agressões ambientais ao planeta e incorpore novos paradigmas civilizatórios na cobertura das questões ambientais, como as mudanças climáticas globais. “Um tipo de jornalismo que surja desse momento de crise da água e do ar (os dois elementos essenciais à vida) e deixe de tratar informação ambiental como simples espetáculo” (TAUTZ, 2004, p.149). Fazer jornalismo ambiental não significa aderir à histeria. Fonseca (2004, p. 137) considera que,

alimentar a neurose coletiva com previsões aterradoras, além de promover a desinformação, pode de fato levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes. O entusiasmo retórico muitas vezes tende a ficar cego diante do evidente – argumentos e fatos são duas coisas diferentes.

As maiores críticas feitas às coberturas da questão ambiental estão relacionadas a forma como a grande imprensa e os sistemas monopolísticos de comunicação do Brasil têm se utilizado do meio ambiente “com forma de aumentar a audiência, restringindo-se aos acidentes ambientais que integram o circuito viciado da chamada notícia-espetáculo” (BUENO, 2007, p. 27). O autor explica que o sensacionalismo na imprensa ocorre devido ao fato desta nem sempre se pautar pelo incentivo ao debate público. Pelo contrário, prefere destacar as catástrofes ambientais fazendo manchetes que beiram o terrorismo relacionando a ecologia ao medo. Com isso, esperam conquistar audiência por meio de um enfoque superficial, apressado e distorcido.

Nem tudo se resume a questões econômicas

Uma cobertura criativa e consequente que enxergue, estude e explore as múltiplas conexões existentes entre as variáveis ambientais e o mundo do dinheiro, do comércio exterior e do sistema financeiro ainda é rara na imprensa nacional (SCHARF, 2004). Parte do problema pode ser explicado, segundo ainda Scharf, por um erro histórico de considerar que o meio ambiente interessa somente a jovens românticos e idealistas. Para este autor,

Por tradição ou preconceito, boa parte da imprensa trata a questão ambiental como algo superficial, espetacular, que atrai pelo que tem de belo ou destrutivo, e não por seu impacto concreto: político, econômico ou social. O valor da natureza é puramente estético, idealizado. Nada mais. (SCHARF, 2004, p. 51).

Por outro lado, alerta Bueno (2007), os aspectos econômicos e científicos relacionados à questão ambiental não podem ser privilegiados em detrimento de outras vertentes como a social, cultural e política. Geraque (2004), considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos. Para implementar tal proposta, o autor sugere resgatar as grandes reportagens literárias em estilo dinâmico e refinado como forma de oxigenar as formas de expressão das narrativas jornalísticas.

Procurar aliar jornalismo e educação

O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem que estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico social e deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências.

Diante da crise ecológica das mudanças climáticas, a imprensa precisa assumir também a responsabilidade de educar e transformar, e não somente informar. A ligação desejável entre o jornalismo e a educação ambiental está contemplado na legislação brasileira. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, define como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental a garantia da democratização das informações ambientais (artigo 5º, inciso II).

Evitar a fragmentação da cobertura

O jornalismo ambiental precisa incorporar uma visão multifacetada que extrapole os limites dos cadernos e das editorias evitando a sua fragilização em virtude da fragmentação decorrente muitas vezes do sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura das questões ambientais (BUENO, 2007). Esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas prováveis consequências (SCHARF, 2004). Isso acaba reduzindo a abrangência de algumas matérias ao ponto de transformá-las em notícias típicas das seções de variedades, que dentro do jornalismo são pouco valorizadas.

Um dos requisitos necessários para que o jornalismo ambiental possa cumprir sua função social é enxergar os problemas ambientais com todas as suas nuances e transversalidades. Somente assim ele poderá servir ao interesse público no sentido de proporcionar a cobrança de soluções junto aos responsáveis. Para que as reportagens se aprofundem no assunto é necessário muito mais que uma troca e informações via e-mails ou mensagens. É preciso “mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários” (GERAQUE, 2004, p.80).

Essa premissa exige do jornalista ambiental, ao definir suas pautas, buscar ter uma visão abrangente do tema. Caso contrário, ele fecha o seu foco, restringe as fontes e fica mercê de informações ou dados que servem a interesses as vezes contrários ao do público. Para Bueno (2007, p. 41):

A pauta ambiental deve enxergar as questões sobre as quais ela se debruça a partir de uma lente grande angular e não, de uma teleobjetiva. Não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente. A pauta deve encaminhar o debate da questão ambiental para soluções não mágicas, portanto não fantasiosas, já que, na verdade, os problemas quase sempre, são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos.

Caráter revolucionário e engajamento

A proximidade com as causas e a busca por mudanças no atual modelo de desenvolvimento e sua conseqüente necessidade de alterações profundas nas sociedades fazem com que os jornalistas ambientais se vejam como partícipes de um processo revolucionário e apregoam o engajamento de seus pares. Autores como Bueno (2007) e Geraque (2004), fazem a ressalva de que cumprir esse papel revolucionário não significa ser panfletário (parcial) ou “verde” (ativista ambiental). A revolução proposta deve ocorrer no comprometimento dos jornalistas com a mudança de paradigmas, uma visão além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriam da temática ambiental para formar ou reforçar suas imagens.

Além disso, uma postura permanente de suspeita em relação aos discursos pretensamente conservacionistas de governos e organizações com fins mercadológicos e propagandísticos. Para Bueno (2007), a militância em jornalismo ambiental implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate. Ela requer conhecimento e respeito pela

trajetória dos jornalistas ambientais brasileiros que, ao longo do tempo, têm dedicado, muitas vezes de maneira isolada e solitária, o seu trabalho e também a vida para a defesa dos interesses dos cidadãos.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos qualiquantitativos através da análise de conteúdo, por ser este, um dos métodos mais eficientes para levantar informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). Com essa metodologia será possível aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias. Buscaremos dar conta do que preconiza Melo (2009) ao ressaltar a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo.

A análise de conteúdo será aplicada pelo fato de detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discrepâncias e para comparar conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. Conforme Santos (1997, p. 125),

A análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens, consagrou-se na segunda metade do século XX com trabalhos seminais de Klaus Krippendorff e de Robert Weber.

Amparada nos pressupostos descritos acima, procederemos à análise do conteúdo jornalístico publicado no jornal online “Gazeta do Povo (Curitiba/PR), o mais relevante e acessado portal de notícias do Estado. O método consistirá no recolhimento e análise de textos jornalísticos publicados de setembro de 2016 a março de 2017 sobre problemas ambientais do Paraná com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios que adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de conterem referências a problemas ambientais e pertencerem ao gênero

informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por (MELO 2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). Uma vez definido o objetivo da análise é pertinente definir o corpus da pesquisa (exposto no parágrafo anterior) e a escolha das categorias de análise baseadas nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental. A escolha das categorias teve também como base as seguintes premissas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

A escolha das categorias teve também como base as seguintes premissas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

As premissas para a categorização da análise de conteúdo das reportagens tiveram como base os princípios gerais do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) e dos seus subgêneros científico e ambiental (BUENO, 1984). Foram definidas cinco categorias: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização.

A categoria **precisão** analisa a veracidade e a precisão das informações publicadas. Engloba os elementos dos princípios gerais do jornalismo do compromisso com a verdade, da lealdade ao interesse público, da disciplina da verificação e do dever jornalista com sua consciência, bem como uma das qualidades do jornalismo ambiental de evitar o sensacionalismo. A categoria **independência** analisa se houve problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos dos problemas ambientais. Agrega o princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder.

Para se encaixar na categoria **pluralidade** é necessário englobar as manifestações de diversas vozes envolvidas na questão ambiental. Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental.

Para ser **contextualizada** a matéria precisa expor causas e consequências das questões ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas. Já a categoria **sensibilização** analisa a utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar fatos ligados à questão ambiental, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas. Congrega o princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, a função educativa do jornalismo e qualidade de procurar aliar jornalismo e educação do jornalismo ambiental.

Com as categorias já estabelecidas foi elaborado um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuem, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e seu subgênero ambiental, sendo assim, possível traçar um quadro sobre a cobertura frente aos princípios do jornalismo bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (jornalistas).

A partir desses dados, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores de um dos principais mais relevantes do Sul do País, pontuando se a cobertura jornalística contribuiu, ou não, para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos leitores.

QUADRO 1: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS.

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
PRECISÃO	Compromisso com a verdade Disciplina da verificação Função informativa Evitar o sensacionalismo	Verificar se a cobertura foi precisa em relação aos fatos noticiados e se houve ou não sensacionalismo	A que se refere a matéria? O texto das matérias possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?
INDEPENDÊNCIA	Independência das fontes Ser um monitor do poder Lealdade ao interesse público Função político-ideológica Independência em relação às fontes Dever com a sua consciência	Analisar se as matérias atenderam aos interesses públicos e se prestaram ao papel de monitorar o poder	A reportagem questiona o poder público a respeito da questão ambiental e/ou científica? Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público? A matéria se limita a apenas uma fonte?
CONTEXTO	Apresentar o significativo de forma interessante e relevante Evitar a fragmentação da cobertura Nem tudo se resume a questões econômicas	Analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público	A reportagem apresenta as causas históricas do problema ambiental? As matérias de cunho científico têm os termos traduzidos para o entendimento do público? A matéria correlaciona o problema ambiental e as questões econômicas, políticas ou culturais?
SENSIBILIZAÇÃO	Função educativa Função cultural Caráter revolucionário e engajamento Procurar aliar jornalismo e educação	Verificar se o conteúdo das reportagens busca desenvolver um caráter social procurando conscientizar o público da importância da cultura nacional	A matéria procura educar o leitor a respeito das questões ambientais e descobertas científicas? A matéria mostra ao leitor como se deve agir diante dos problemas citados e quais os seus efeitos? A matéria consegue mostrar para o leitor como a questão ambiental ou conhecimento científico afeta o seu cotidiano?
PLURALIDADE	Promover fórum de debates Função social Diversidade das fontes Abrir espaço para debate	Verificar se as matérias cumprem com o papel de proporcionar uma discussão através de indagações dentro das próprias reportagens fazendo com que o público questione o que está acompanhando	Qual a natureza das fontes? Caso sejam pesquisadores, quantos pesquisadores da área ambiental e científica foram questionados para a produção da matéria? Quantas opiniões científicas são apresentadas? Quais vozes tiveram espaço na construção da reportagem?

Fonte: Roteiro feito pelo pesquisador/2017.

Acreditamos que através desta análise, possamos traçar um panorama sobre a cobertura ambiental na região do Sul do país, em frente aos princípios do jornalismo e sobre o papel do jornalismo ambiental. Os resultados da pesquisa foram analisados tendo como foco o grau de esclarecimento das reportagens coletadas durante seis meses, usando como parâmetro os princípios do jornalismo ambiental. Com base nesses resultados buscamos obter informações sobre a qualidade da cobertura jornalística ambiental no portal “Gazeta do Povo”.

RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Por meio da análise de conteúdo das reportagens que abordaram questões ambientais publicadas no jornal online Gazeta do Povo traçamos um quadro sobre a cobertura ambiental frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental. Com base nos dados obtidos é possível fazer inferências sobre a qualidade da cobertura de problemas ambientais pelo referido jornal online.

Os resultados da pesquisa obtidos a partir da análise de conteúdo das reportagens tiveram como base o grau de esclarecimento das narrativas jornalísticas sobre ciência e meio ambiente e a observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental, agrupados em cada uma das cinco categorias de análise. A partir desses dados, buscamos fazer inferências sobre a qualidade da informação recebida pelos leitores do jornal online mais acessado de Curitiba e, conseqüentemente, se a cobertura jornalística contribuiu ou não para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital desta região sobre as questões relacionadas à questão ambiental e suas conseqüências. A tabela completa com toda a análise de dados está nos apêndices do relatório.

Categoria Precisão

Segundo Kovack e Rosenstiel (2003) a categoria precisão no jornalismo indica que o profissional precisa se aproximar da verdade e estar engajado na lealdade ao interesse público. A disciplina da verificação e a busca pela precisão dos fatos separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte. O jornalista tem um dever com sua consciência.

TABELA 1

CATEGORIA – PRECISÃO 1		RESULTADOS
Qual o enfoque principal da matéria?	Problemas ambientais	41,67%
	Outros	25%

Fonte: Pesquisadora/2017.

Nesta categoria avaliou-se o conteúdo coletado quanto à veracidade e a precisão das informações publicadas sobre a temática ambiental. O primeiro item da categoria questiona qual o enfoque principal da matéria. Das 12 matérias colhidas 41,67% tiveram enfoque em problemas ambientais. Experiências quanto ao uso de recursos naturais, ou a economia dos mesmos apareceram em 33,33% do material coletado, enquanto 25% abordam temática como apreensões de animais e alteração de temperatura.

TABELA 2

CATEGORIA – PRECISÃO 2		RESULTADOS
O texto das matérias referentes a problemas ambientais possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?	Sim	0%
	Não	100%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O segundo item da categoria questiona se os textos das matérias referentes a problemas ambientais trazem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.). Nenhuma matéria coletada fez uso de verbos ou expressões imprecisas, logo demonstraram o interesse do jornalista em apurar a veracidade dos fatos abordados. O resultado foi satisfatório porque as matérias mostraram precisão e fatos verdadeiros. Isso está ligado à disciplina da verificação. O jornalista não deve fazer suposições nas matérias que escreve.

Categoria Independência

Conforme Kovack e Rosenstiel (2003), os jornalistas devem romper com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos do poder, pois há sempre um terceiro polo que precisa ser levado em

consideração e ganhar identidade: o povo. Nesta categoria é avaliada a problematização das responsabilidades do poder público, frente às questões ambientais expostas na reportagem e a participação da sociedade como fonte nas matérias.

O primeiro item da categoria questiona a natureza das fontes ouvidas. Em 58,33% das matérias analisadas as fontes são mantidas pelo poder público, enquanto 41,67% das fontes são pesquisadores, membros da sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.

TABELA 3

CATEGORIA - INDEPENDÊNCIA 1		RESULTADOS
Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria?	Oficiais – mantidas pelo Poder Público	58,33%
	Oficiosas – protegidas pelo anonimato	0,0%
	Independentes – ONG's, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado.	41,67%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O segundo item desta categoria indaga quantas matérias mostraram quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada, 50% mostram as responsabilidades públicas diante do tema e a outra metade não.

TABELA 4

CATEGORIA - INDEPENDÊNCIA 2		RESULTADOS
Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada?	Sim	50 %
	Não	50 %

Fonte: Pesquisadora/2017.

O terceiro item consiste em analisar se a matéria questionou o poder público sobre seu papel na questão ambiental tratada na matéria. A maioria do material coletado, 66,67% das matérias, não indagaram o poder público sobre a problemática abordada, enquanto o restante, 33,33% expuseram depoimentos do poder público perante a questão abordada.

TABELA 5

CATEGORIA – INDEPENDÊNCIA 3		RESULTADOS
Questionou o poder público sobre o seu papel na questão ambiental tratada na matéria?	Sim	33,33 %
	Não	66,67% %

Fonte: Pesquisadora/2017.

O item seguinte questiona se a reportagem aborda a efetiva execução e a eficiência de medidas do poder público para evitar/remediar os efeitos da problemática ambiental tratada. Das 12 matérias analisadas 75% são negativas neste item e 25% abordam execução e medidas tomadas pelo poder público diante da questão exposta.

TABELA 6

CATEGORIA – INDEPENDÊNCIA 4		RESULTADOS
A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiência de medidas do poder público para evitar/remediar os efeitos da problemática ambiental tratada?	Sim	25%
	Não	75%

Fonte: Pesquisadora/2017.

A quinta pergunta da categoria Independência busca saber se a reportagem abordou a questão da presença ou da falta de políticas públicas voltadas para a problemática abordada. Em 50% dos casos a resposta foi negativa, mostrando que, na metade do material analisado, não existiu uma preocupação em abordar medidas de prevenção ou mesmo de diminuição de problemas ambientais.

TABELA 7

CATEGORIA – INDEPENDÊNCIA 5		RESULTADOS
A reportagem abordou a questão da presença ou da falta de políticas públicas voltadas para a problemática abordada?	Sim	50 %
	Não	50 %

Fonte: Pesquisadora/2017.

O critério do jornalismo ambiental de independência em relação às fontes alerta que a cobertura jornalística sobre meio ambiente não deve ser feita com base em sugestões de agências de comunicação sem antes atender aos interesses do povo. O fato da maioria das matérias não ter discutido as medidas que deveriam ser tomadas pelo governo demonstra que parte dos textos se limitou a expor os fatos e não colocou os interesses dos cidadãos sobre a temática, trazendo um resultado limitado.

Categoria Pluralidade

A categoria pluralidade visa analisar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas. O primeiro item da categoria procura saber quais vozes tiveram espaço na reportagem. Metade delas, 50%, teve fala de pesquisadores, enquanto 41,67% ouviu o poder público e 8,33% outras vozes como de empresários.

TABELA 8

CATEGORIA - PLURALIDADE 1		RESULTADOS
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	Poder público	41,67%
	Pesquisadores	50%
	Pessoas afetadas pelos problemas ambientais	0%
	Outros	8,33%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O segundo item indaga sobre a presença de pesquisadores ambientais nas reportagens. 50% delas traziam essas fontes, já a outra metade não, ou seja, ainda não é uma porcentagem ideal tratando-se de jornalismo ambiental, pois a voz de especialistas é imprescindível para o entendimento das causas e consequências dos problemas ambientais.

TABELA 9

CATEGORIA - PLURALIDADE 2		RESULTADOS
Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem?	Sim	50 %
	Não	50 %

Fonte: Pesquisadora/2017.

O terceiro item indaga, nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas. Em 50% das matérias nenhuma opinião científica foi posta, enquanto 33,33% das matérias trouxe uma opinião científica e 16,67 trouxe 2 opiniões científicas nos textos.

TABELA 10

CATEGORIA - PLURALIDADE 3		RESULTADOS
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas?	1	33,33%
	2	16,67%
	Mais de 2	0%
	Nenhum	50 %

Fonte: Pesquisadora/2017.

As reportagens ambientais precisam abrir espaço não somente para aqueles que já possuem espaços de fala nos veículos de comunicação (oficiais), mas também aqueles comumente silenciados pela mídia (entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos problemas ambientais, etc). Conforme Tuffani (2005) é preciso discernimento e critério para aumentar o campo das fontes, pois não se pode comparar qualquer alarmista ambiental a críticos consistentes, as opiniões condizentes devem possuir fontes que atuam na mesma área para que o debate promovido pelo jornalista não perca o foco. Percebeu-se que a metade do material analisado foi contextualizado com falas de pesquisadores. Apesar da pluralidade de vozes ouvidas, elas se dividem em pesquisadores e poder público, em poucas matérias a sociedade é ouvida, o que mostra uma cobertura que migra entre regular e fraca.

Categoria Contextualização

Nesta categoria analisamos a contextualização das causas e consequências da problemática ambiental abordada nos textos e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. O primeiro item do questionário verifica se a reportagem resgatou as raízes históricas do problema abordado. Os números mostram que apenas 16,67% das matérias resgataram as raízes históricas do problema abordado, enquanto 83,33% das matérias não traz essa contextualização. O critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se faz presente,

pois conforme Scharf (2004) esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas consequências.

TABELA 11

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 1		RESULTADOS
A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas ambientais tratados?	Sim	16,67%
	Não	83,33%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O segundo item da categoria contextualização indaga se a matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado. 41,67% das matérias contou com especialistas e a maioria, 58,33%, não. A opinião de um especialista se faz indispensável para que as pessoas se sintam inclinadas a ler a matéria. Apesar da porcentagem aproximada, a maioria das matérias não atendem ao princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante.

TABELA 12

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 2		RESULTADOS
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado?	Sim	41,67%
	Não	58,33%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O terceiro questionamento da categoria contextualização visa saber se a matéria correlacionou o problema ambiental local tratado com a questão ambiental global. 66,67% das matérias não fez essa correlação enquanto uma pequena parcela, 33,33% delas fez essa abordagem nos textos.

TABELA 13

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 3		RESULTADOS
A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?	Sim	33,33%
	Não	66,67%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O último item indaga se há correlação entre o problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais. A maioria delas, 58,33% faz essa correlação, enquanto 41,67%, não. Uma característica fundamental do jornalismo ambiental é a de que nem tudo se resume às questões econômicas. Geraque (2004) considera que modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos.

TABELA 14

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 4		RESULTADOS
A matéria correlacionou o problema ambiental às questões econômicas, políticas ou culturais?	Sim	58,33%
	Não	41,67%

Fonte: Pesquisadora/2017.

Essa categoria visa mostrar significativo de forma interessante e relevante, evitar a fragmentação da cobertura e analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público. Apenas em um dos itens colocados obtivemos a maioria positiva, todos os outros itens mostram a falha na contextualização na maioria das matérias analisadas, o que torna a cobertura insatisfatória.

Categoria Sensibilização

A categoria sensibilização analisa a utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Essa foi a categoria que mais apresentou resultados negativos.

O primeiro item indaga se a matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão da questão ambiental global. 66,67% não trouxe essa contextualização. Os 33,33% confirma que é possível fazer associação das informações mesmo que sejam notícias em âmbito local, que estão de acordo com o critério do jornalismo ambiental de possuir caráter revolucionário e engajamento.

TABELA 15

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 1		RESULTADOS
A matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão da questão global?	Sim	33,33%
	Não	66,67%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O segundo item questiona se a matéria buscou traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos. A maioria, 83,33% das matérias não traz esse cuidado com o leitor. Não traduzir os termos apresentados, sejam eles siglas ou nomes científicos podem muitas vezes fazer com que o leitor não entenda a matéria. Durante a pesquisa, tivemos que recorrer aos sites de buscas algumas vezes para entender sobre qual a função de instituições citadas apenas pelas siglas. O jornalismo ambiental precisa e deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências.

TABELA 16

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 2		RESULTADOS
A matéria buscou traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?	Sim	16,67%
	Não	83,33%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O terceiro item da categoria busca saber se matéria transmitiu conteúdos ambientais educativos aos leitores. 58,33% não trouxeram conteúdos educativos. A porcentagem alta das matérias que não transmitem esse tipo de conteúdo ambiental não segue a função básica do jornalismo ambiental de educar, de desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências. Conforme o autor Belmonte (2004), o jornalismo no meio urbano é também uma ferramenta de educação ambiental, fundamental para a sociedade moderna, pois é também função da imprensa contribuir para melhoria da qualidade de vida nas cidades, as informações sobre meio ambiente devem ser democratizadas.

TABELA 17

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 3		RESULTADOS
A matéria buscou transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?	Sim	41,67 %
	Não	58,33%

Fonte: Pesquisadora/2017.

O último tópico da categoria sensibilização busca saber se a matéria além de noticiar buscou mostrar ao leitor como as questões tratadas os afetam ou como eles podem agir diante deles. 33,33% sim e 66,67% não. A relevância da pesquisa se ancora na constatação de que pela primeira vez em sua história a humanidade se depara com a possibilidade real de suas decisões causarem a sua extinção. Neste contexto o papel, do jornalismo, cujo princípio histórico justificador é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007), torna-se essencial que a sociedade saiba como agir diante de problemas ambientais que os afetam. O alto índice de matérias que não mostraram de que maneiras as pessoas poderiam agir diante desses problemas prova que não estão novamente ligados ao critério do jornalismo ambiental de aliá-lo com a educação, de informar novos etilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas e cobrar soluções criativas do poder público.

TABELA 18

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 4		RESULTADOS
A matéria buscou mostrar ao leitor como as questões ambientais tratadas os afetam ou como eles podem agir diante deles?	Sim	33,33%
	Não	66,67%

Fonte: Pesquisadora/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a cobertura jornalística de problemas ambientais feita pelo jornal online Gazeta do Povo. De setembro de 2016 a março de 2017 atingimos os objetivos propostos. Primeiro, caracterizamos a questão ambiental e seus impactos, estabelecemos os

princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental na fundamentação teórica.

No terceiro ponto apresentamos a descrição metodológica, o objeto, o corpus e o método da pesquisa e de que maneiras foram definidas as categorias analisadas e a construção do formulário que foi usada nas categorias observadas das qualidades das matérias do jornal *Gazeta do Povo*. A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois, segundo Santos (1997), se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias. A partir desses passos já estabelecidos, iniciamos a análise das matérias coletadas.

O jornal *Gazeta do Povo* publicou, durante o período analisado, muitas matérias de agência de notícias. Estadão Conteúdo, AFP e até *The New York Times* tiveram suas matérias reproduzidas no jornal online analisado. Isso fez com que o número de matérias coletadas para a análise diminuísse drasticamente pois, só interessa à pesquisa a análise de reportagens produzidas pelo próprio veículo. A pouca quantidade de material coletado nos surpreendeu negativamente. No início do período da pesquisa, o site possuía uma editoria intitulada *Meio Ambiente*. Já na fase final da pesquisa, a análise das matérias, o site passou por uma reestruturação gráfica, uma mudança do layout na qual a editoria foi extinta e as subeditorias intituladas *Futuro das Cidades* e *Vida e Cidadania* comportaram as matérias de temática ambiental.

Apesar de a maioria do material coletado expor deficiência nas categorias definidas, o jornal também trabalha com textos muito bem escritos, que não ficam presos a apenas noticiar os fatos e, apesar de ser em pouca quantidade, apresenta sim, um conteúdo jornalístico ambiental significativo.

Na categoria precisão, que busca analisar a veracidade e a precisão das informações, a maioria das matérias enfoca em problemas ambientais, outra parcela significativa em uso de recursos ambientais e nenhuma delas usa termos imprecisos no texto como “seria”, “deveria”, entre outros. Logo, nesta categoria, o resultado se mostra satisfatório e expõe a precisão das matérias analisadas.

Em independência, que busca analisar a problematização das responsabilidades do poder público, mostrou uma grande ligação entre as temáticas abordadas e o poder público, isso porque a maioria das matérias

fala sobre a relação entre transporte público e emissão de gases e o malefício dessa questão junto à sociedade. O poder público foi ouvido no maior percentual de matérias analisadas, apesar disso, apenas a metade delas pontuou a responsabilidade do poder público, frente às questões expostas e indagou sobre a presença ou falta de políticas públicas voltadas às questões expostas. A maioria das matérias não questionou o poder público sobre seu papel diante da questão expostas e nem aferiu a execução e eficiência de medidas públicas diante da questão. Os grandes números de matérias que não questionaram o poder público não priorizam o princípio do jornalismo de ser um monitor independente do poder. Quando perguntado sobre mostrar quais seriam as responsabilidades do poder público, os jornais apenas reportaram o fato sem se aprofundar no assunto. Portanto não abordar a questão da presença ou faltas de políticas públicas demonstram que os jornalistas se limitaram a apenas expor os fatos em parte das notícias e não sobrepôs o interesse do cidadão sobre a mídia.

A avaliação das matérias na categoria pluralidade que busca analisar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes. A pesquisa mostrou que as reportagens trazem pluralidade nas fontes envolvidas. Em todos os itens analisados os dados empatam ou possuem pouca diferença de percentual. Logo, nessa categoria, as matérias analisadas se mostraram regulares. De acordo com o critério do jornalismo ambiental deve-se abrir espaço para o debate, trazendo para as matérias diferentes pontos de vista para que haja diferentes questões onde surgem as controvérsias.

A categoria contextualização busca averiguar a contextualização das causas e consequências das questões ambientais abordadas e suas implicações sociais, culturais, econômicas ambientais e políticas. Os números das matérias que resgataram as raízes históricas do problema é minoria, portanto o critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se faz presente. Os números também provam que as reportagens não estão aliadas ao princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante. Ao mesmo tempo em que apresentar a questão global é importante para que a matéria se torne relevante e interessante para o consumo da sociedade. O único ponto positivo dessa categoria foi em relação ao item que correlaciona o problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais, onde a maioria das matérias preencheu esse item. Apesar disso, a análise dos resultados mostrou uma cobertura ainda pouco contextualizada pois, mesmo reconhecendo a qualidade de alguns textos analisados, a maioria deixou ficou aquém do se esperava para uma publicação desse porte.

A categoria sensibilização analisa a utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os fatos, mas também para sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Entretanto essa foi a categoria que mais apresentou resultados negativos. O índice de mais da metade das matérias que não buscaram apresentar conteúdos educativos, verifica também que houve desinteresse em aliar jornalismo e educação, critério do jornalismo ambiental para que o objetivo dessa categoria seja atingido.

De modo geral, apresentamos os resultados da análise problematizando a luz dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental. Levando em consideração a pouca quantidade de material coletado e o percentual das análises das matérias, o balanço geral das categorias estabelecidas no formulário de análise foi negativo. Vale ressaltar que, alguns textos mostram uma abordagem relevante ao tema proposto e atendem aos critérios e categorias estabelecidas, porém a análise é feita em cima da maioria.

Houve uma dificuldade em realizar este tipo de análise pois, nem todas as questões expostas são passíveis de análise dentro do texto. No caso da matéria relacionada à apreensão de macacos-prego, por exemplo, foi feita uma abordagem factual, que noticiou o fato, mas não abordou as questões expostas na tabela. Isso implica qualidade questionável da informação publicada.

Os pontos claros a serem observados são que os textos deveriam segundo os critérios, princípios e funções instituídos na fundamentação teórica, abranger mais assuntos relacionados a meio ambiente, ciência e tecnologia, ser mais independente das fontes, usar de outros recursos disponíveis na rede de internet e usar de informações educativas para a sociedade, partindo da justificativa de que o jornalismo ambiental necessita se engajar para ser um monitor do poder.

Vale ressaltar que estamos analisando uma empresa cujo principal objetivo é o lucro. Matérias relacionadas a questões ambientais rendem pouco acessos e visualizações, logo não têm tanta atenção e engajamento quanto merecem, nas redações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: The Athlone Press, 1970.

BORTOLOZZI, Arlêude. Comunicação, ensino e temática ambiental. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 14, p. 42-48, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36842/39564>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

CAMARA, Eric Brücher. Aquecimento global pode afetar Brasil até 20% mais que a média, diz Inpe. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091211_c15_ebc_rc.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2010.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

FARIS, Stephan. **Mudança climática: as alterações do clima e as consequências diretas em questões morais, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa *et al.* Comunicação Comunitária. In: SEMINÁRIO ANUAL DE PESQUISA, 2., 2001, Tefé. **Anais**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001. p. 35-38.

FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FLANNERY, Tim F. **Os senhores do clima: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

IVANISSEVICH, Alícia. Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

ÓRGÃO da ONU admite erro em previsão sobre aquecimento global. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100119_geleira_himalaia_ipcc_np.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2010.

PACHAURI, R. K.; REISINGER, R. (Ed.). **Climate change 2007: syntheses report**. Genebra: IPCC, 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html>. Acesso em: 17 fev. 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Paris: Librairie General Française, 1996.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

SOUSA, Filipa Ambrósio de. ONU arrasa previsões dos cientistas sobre Amazônia. **Diário de Notícias**, Portugal, 1 fev. 2010. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1483539&seccao=Biosfera>. Acesso em: 17 fev. 2010.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 2.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa, Vega, 1997.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

VERÍSSIMO, José. **A instrução e a imprensa: livro de Centenário**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084/1825>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

Portal G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/01/curitiba-e-cidade-mais-sustentavel-da-america-latina-diz-relatorio.html>> Acesso em: 02/12/2016.

Gazeta do Povo. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/meio-ambiente/especiais/rio-20/curitiba-leva-hibribus-a-rio20-como-modelo-de-onibus-menos-poluente-2u05pzyn4hi97aywgpbxqu89a>> Acesso em 02/12/2016.

Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-recebe-premio-internacional-da-rio20/27108>> Acesso em 10/12/2016.

PIVA, Naiady. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/com-mais-carros-e-menos-onibus-transporte-aumenta-emissao-de-gases-do-efeito-estufa-2otvkhyp6w1nc43patbekx2og> Acesso em: 28/10/2016.

BREMBATTI, Katia. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/com-mais-carros-e-menos-onibus-transporte-aumenta-emissao-de-gases-do-efeito-estufa-2otvkhyp6w1nc43patbekx2og> Acesso em: 28/10/2016.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/em-testes-em-curitiba-onibus-eletrico-hibrido-emite-55-menos-poluentes-5m32bb4t6yk37tynrjq69triq> Acesso em: 28/10/2016

PIVA, Naiady. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/curitiba-recebe-premio-por-projeto-de-carro-eletrico-ci331l447td2f8umq4ei1l9hb> Acesso em: 17/11/16.

PIVA, Naiady. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/cidades-brasileiras-engatinham-na-preparacao-para-enfrentar-desastres-maritimos-7xaltghuivfpiw6i2ltzuw20v> Acesso em: 27/11/16.

MAROS, Angiele. Gazeta do Povo. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/calor-chuva-e-frio-tempo-promete-confundir-o-curitibano-nesta-semana-b86ahzrfyih0g53afn3pc9gp9> Acesso em: 27/11/16.

DENK, Eriksson. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maior-vendaval-da-decada-cao-estragos-em-florianopolis-que-decreta-situacao-de-emergencia-7xps0o05alcjukaardkj0urow> Acesso em: 03/01/2017.

MAROS, Angieli. NASCIMENTO, Antoniele. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/verao/chuva-com-ventos-acima-de-60-kmh-interrompe-descanso-pre-reveillon-no-litoral-dw8vr67j4frtnf7lrxuqjvs1s>. Acesso em: 05/01/2017.

JUNGES, Cíntia. <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/energia-solar-tende-a-ser-a-maior-fonte-de-eletricidade-do-mundo-em-pouco-mais-de-duas-decadas-18av8lho68yenyxjpp85eynb?ref=aba-mais-lidas>. Acesso em: 03/01/2017.

MENEZES, Fabiane. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/estudo-de-fruet-apontou-ppp-como-solucao-para-o-lixo-de-curitiba-e-regiao-2xpgvxy4dnobslgkx677x2wtv>. Acesso em 07/02/2017.

REDAÇÃO. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/macacos-pregosao-encontrados-em-onibus-de-linha-no-parana-4lm96crd9zr5uefqm5oblb2mk>. Acesso em 07/02/2017.

REDAÇÃO. <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/energia-e-sustentabilidade/parana-vai-exigir-licenciamento-para-energia-solar-veja-as-regras-5d90z79weza5o14yc2xmpcwx3> Acesso em: 15/03/2017.

APÊNDICES

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS MATÉRIAS AMBIENTAIS		
NÚMERO DE MATÉRIAS ANALISADAS		12
EDITORIA ONDE A MATÉRIA FOI PUBLICADA	RESPOSTAS	%
Cidades		0,00
Economia	1	8,33
Política		0,00
Meio Ambiente		0,00
Futuro das Cidades	6	50,00
Vida e Cidadania	5	41,67
CATEGORIA PRECISÃO		
1. Qual o enfoque principal da matéria?	QTY	%
Problemas ambientais	5	41,67
Experiências bem sucedidas de uso dos recursos ambientais	4	33,33
Mudanças na legislação ambiental		0,00
Eventos		0,00
Outros	3	25,00
2. O texto das matérias referentes a problemas ambientais possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?	QTY	%
Sim		0,00
Não		100,00
CATEGORIA INDEPENDÊNCIA		
3. Qual a natureza das fontes ouvidas na matéria?	QTY	%
Oficiais – mantidas pelo Poder Público	7	58,33
Oficiosas – protegidas pelo anonimato		0,00
Independentes – ONG´s, pesquisadores, sociedade civil e outras sem vínculo com o Estado	5	41,67
4. Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades/papel do poder público na questão abordada?	QTY	%
Sim	6	50,00
Não	6	50,00

5. Questionou o poder público sobre seu papel na questão ambiental tratada na matéria?	QTY	%
Sim	4	33,33
Não	8	66,67
6. A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiências de medidas do poder público para evitar/remediar os efeitos da problemática ambiental tratada?	QTY	%
Sim	3	25,00
Não	9	75,00
7. A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para a problemática abordada?	QTY	%
Sim	6	50,00
Não	6	50,00

CATEGORIA PLURALIDADE

8. Que vozes tiveram espaço na reportagem?	QTY	%
Poder Público	5	41,67
Pesquisadores	6	50,00
Pessoas afetadas pela problemática ambiental		0,00
Outros	1	8,33
9. Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem?	QTY	%
Sim	6	50,00
Não	6	50,00
10. Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas?	QTY	%
1	4	33,33
2	2	16,67
Mais de 2	6	0,00
Nenhum		50,00

CATEGORIA CONTEXTUALIZAÇÃO

11. A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas/ questões ambientais tratados?	QTY	%
Sim	2	16,67
Não	10	83,33
12. A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado?	QTY	%
Sim	5	41,67
Não	7	58,33

REGIÕES SUDESTE E SUL

13. A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?	QTY	%
Sim	4	33,33
Não	8	66,67
14. A matéria correlacionou o problema/questão ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais?	QTY	%
Sim	7	58,33
Não	5	41,67
CATEGORIA SENSIBILIZAÇÃO		
15. A matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão da questão ambiental global?	QTY	%
Sim	4	33,33
Não	8	66,67
16. A matéria buscou traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?	QTY	%
Sim	2	16,67
Não	10	83,33
17. A matéria buscou transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?	QTY	%
Sim	5	41,67
Não	7	58,33
18. A matéria buscou mostrar ao leitor como as questões tratadas os afetam ou como eles podem agir diante deles?	QTY	%
Sim	4	33,33
Não	8	66,67

A QUALIDADE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE MEIO AMBIENTE NO PORTAL “CORREIO DO POVO”

Maysa Fernanda da Silva Saraiva Leão²⁷

Marcelo Rodrigo da Silva²⁸

Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues²⁹

Este estudo tem como objetivo analisar a qualidade da cobertura jornalística sobre problemas ambientais no portal “Correio do Povo”, de Porto Alegre (RS). Buscamos avaliar se a imprensa consegue informar de forma satisfatória seus leitores sobre os problemas ambientais e seus desdobramentos para uma das principais capitais da região Sul do país, Porto Alegre – RS. Para obter essas respostas utilizamos ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de áreas como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia e a Ciência Política. O intento é verificar se houve qualidade nas informações ambientais passadas por um dos principais portais do Sul do Brasil no período de seis meses, de setembro de 2016 a março de 2017. Nesse sentido, entendemos que investigar o papel da mídia no esforço de conciliar progresso e meio ambiente significa contribuir para qualificar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação dos cidadãos.

A contribuição dessa investigação se consolida ainda mais quando percebemos que, entre as razões que levam os governos a não fecharem

27 Jornalista. Pesquisadora Bolsista do Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: maysaleao@gmail.com.

28 Jornalista. Doutor em Estudos da Mídia. Docente do curso de Jornalismo ICSEZ/UFAM, em Parintins. Membro do Grupo de Pesquisa Trokano (UFAM), do Grupo Pragma (UFRN) e da Rede AMLAT. E-mail: prof.marcelorodrigo@gmail.com.

29 Jornalista. Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia. Docente e diretor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam). Líder do Grupo de Pesquisa Trokano. Coordenador Projeto de Pesquisa Comunicação, Ciência e Meio Ambiente: análise da cobertura jornalística de problemas ambientais nas regiões Sudeste e Sul. E-mail: allans@ufam.edu.br

acordos sobre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social capaz de conciliar o progresso e o uso sustentável dos recursos naturais, está a falta de apoio da opinião pública em seus respectivos países, estados e municípios. Isso quer dizer que a falta de conhecimento e, por conseguinte, de consciência sobre a urgência de soluções para problemas ambientais limita o apoio da opinião pública a medidas que podem ocasionar mudanças positivas e desacelerar processos produtivos nocivos ao meio ambiente, bem como relações de consumo danosas que são estimuladas hoje. Dessa forma, é possível correlacionar o aumento no nível de informação científica sobre a questão ambiental, à tomada de decisão esclarecida sobre a adoção ou não das medidas necessárias para diminuir o aquecimento global com a efetiva ação governamental.

Isto posto, compreendemos que o papel do jornalista no sentido de esclarecer os cidadãos torna-se essencial para que a sociedade tome decisões acertadas sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o país. Na medida em que o jornalismo busca na ciência os enunciados que podem enriquecer a formulação de seu discurso a respeito dos temas ambientais, ele tem potencial para cumprir um papel esclarecedor, pedagógico e informacional (SOUSA, 2000). O trabalho do jornalista pode contribuir para a compreensão dos cidadãos sobre os impactos que a exploração ambiental desenfreada pode causar na humanidade.

Para o desenvolvimento das análises aqui propostas sobre as notícias envolvendo o conhecimento científico a respeito da questão ambiental no país, utilizaremos a análise de conteúdo. Este método apresenta-se como um dos mais eficientes para pesquisa por sua capacidade de fazer interferências sobre as informações que ficaram impressas ou gravadas (SANTOS, 1997). Serão analisadas as reportagens publicadas no portal Correio do Povo, jornal online, com objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e enquadrando-os em categorias previamente testadas.

O objetivo será a aferição da qualidade da informação recebida pelos leitores. Além disso, pretendemos identificar possíveis falhas na cobertura e apontar caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos.

A relevância desta pesquisa se apresenta pela urgência de reflexão a respeito da possibilidade concreta de o modo de produção baseado no capitalismo – adotado pela maioria dos países hoje – pôr em risco a sobrevivência da humanidade ao promover a exploração indiscriminada dos recursos naturais. A consequência dessa exploração são as mudanças climáticas globais, que já se apresentam por meio de catástrofes ambientais

como grandes enchentes, estiagens, aumento da temperatura, extinção de espécies da fauna e da flora e outros igualmente preocupantes.

O escopo dessa pesquisa consiste em avaliar se a imprensa brasileira executa o trabalho de informar a sociedade, no sentido de fazê-la entender as causas e as consequências dos problemas ambientais e, conseqüentemente, a tomar decisões de forma consciente e responsável diante das causas destes problemas. Para alcançar esse objetivo, apresentamos uma análise de coberturas jornalísticas sobre questões ambientais na Região Sul do país, tendo como base os princípios gerais do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental.

As informações científicas sobre o meio ambiente precisam estar presentes em torno de todos os debates de políticas públicas e dos empreendimentos privados pois, deste modo, os impactos podem ser compreendidos previamente e eliminados, minimizados e ter suas consequências atribuídas apenas a quem os causa, e não a toda a sociedade. Contudo, poucas vezes a comunicação cumpre esse papel. Quase sempre, tratam-se de forma isolada esses problemas. Comumente, notícias de caráter ambiental se limitam a temáticas como catástrofes, acidentes de grandes proporções e, com pouca frequência, discute-se as relações desses problemas focando nos causadores dos impactos.

O jornalismo ambiental desempenha funções políticas e pedagógicas, além da informativa. Esta última está relacionada ao sentido de esclarecer os cidadãos sobre questões ambientais e a necessidade de assumir determinadas posturas. A função pedagógica, ocorre quando se informa as causas e possíveis soluções para problemas ambientais, uma proposta de superação do problema. Já a função política se traduz como a mobilização dos cidadãos para que possam pontuar e estabelecer suas próprias demandas em defesa da causa ambiental.

A comunicação é essencial para a sensibilização da população sobre como podemos agir para o estímulo ao desenvolvimento sustentável. BUENO (2007) destaca o papel mobilizador dos meios de comunicação e a necessidade de que a informação seja qualificada, para que funcione como ferramenta de mobilização. O autor destaca, ainda, um direito inalienável do homem, que é o de ter/receber informações de natureza plural e não fragmentada.

Em Figueiredo (2001), vimos que a mídia e os veículos de comunicação de massa podem ser fortes aliadas junto à educação, pois têm importante papel a cumprir na sociedade, uma vez que, com o advento das novas tecnologias, a sociedade passou a absorver informações e conhecimentos por meio destes veículos. Ao absorver informações de qualidade

a população se torna capaz de se mobilizar, no sentido de transformar a qualidade de vida na sociedade.

O papel da imprensa na transmissão do conhecimento científico sobre o meio ambiente também inclui questões relacionadas à educação básica. De acordo com uma pesquisa realizada por Bortolozzi (1999), vimos que boa parte das informações que os professores das escolas públicas recebem sobre meio ambiente vem da mídia, especialmente da televisão. O problema não é que a mídia não possa ser usada como fonte, mas como esse material é trabalhado em sala de aula e se a tendência é que seja repassado como verdade absoluta. Pela LDB 9.394/96, a educação ambiental foi incluída nos chamados temas transversais e incorporada aos currículos de escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1993).

Deste modo, o papel do jornalismo, cujo princípio histórico é o ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (MORETZSOHN, 2007), torna-se urgente para que a sociedade tome decisões acertadas ao estar bem informada sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o país. O discurso jornalístico poderia, então, contribuir para o envolvimento da população na conservação dos recursos naturais, aumentando a compreensão dos cidadãos sobre os impactos da degradação ambiental à saúde, ao trabalho, às condições de vida, ao lar, ao lazer, à escola e à sociedade como um todo.

A função social do jornalismo nos regimes democráticos, seu potencial de difusão de informações científicas e a importância das notícias sobre ciência e meio ambiente na vida das pessoas são os pontos de compreensão buscados nesta pesquisa. As questões ambientais da atualidade ameaçam a continuidade da vida humana e cada cidadão precisa estar bem informado para agir diante deste problema. Aliado aos meios de comunicação de massa, o jornalismo pode e deve desempenhar um papel importante como mediador do conhecimento científico produzido a respeito dos problemas ambientais e seus efeitos em nível local e global. Conhecimento essencial de que precisam os povos para tomar decisões sobre quais caminhos seguir para solucionar os problemas advindos da exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Esta pesquisa teve, ainda, o intuito de contribuir para qualificar o papel da imprensa na cobertura da questão ambiental no Brasil e ajudar

na qualidade da informação prestada aos cidadãos a fim de que possam tomar decisões esclarecidas e conscientes.

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE QUALIDADE

Ao longo do tempo, o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a nortear o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade (TRAQUINA, 2005a). Essa aglutinação de princípios e valores tornou o jornalismo o que Hymes (1980) define como comunidade interpretativa. O conceito de comunidade interpretativa é definido como um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade.

Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos construídos formalmente entre a categoria. Em razão disso, iniciaremos nossas reflexões teóricas adotando a proposta de Kovach e Rosenstiel (2003) que, após 300 entrevistas com jornalistas, organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Ao trabalho dos autores acrescentamos outras contribuições teóricas de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação.

De forma resumida, em função do espaço deste artigo, nos limitamos a enumerar os princípios defendidos pelos autores, quais sejam: compromisso com a verdade; lealdade ao interesse público; disciplina da verificação; independência das fontes; ser um monitor independente do poder; promover um fórum para a crítica e o comentário público; apresentar o significativo de forma interessante e relevante; apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional; e ter o dever com sua consciência.

Investigar o papel do jornalismo no esforço global de conciliar progresso e meio ambiente significa contribuir para qualificar o papel dos veículos de comunicação na questão ambiental e melhorar o nível de informação dos cidadãos. Isto nos remete também ao jornalismo científico, na medida em que este promove a divulgação da ciência e tecnologia através dos meios de comunicação de massa, segundo os critérios e o sistema de produção jornalístico. Entretanto, dizer que o papel do jornalismo científico é apenas divulgar ciência é lugar comum, mesmo sendo essa uma de suas principais metas. Ao informar o público sobre a ciência, ele busca trazer reflexões, instigar discussões na sociedade e também contribuir de maneira efetiva na formação de uma cultura científica.

Se o jornalismo ainda busca o reconhecimento acadêmico enquanto objeto e campo de pesquisa, não poderia ser diferente com seu gênero

voltado para as informações científicas. Por isso, cabe aqui estabelecer mais alguns contextos e conceitos sobre o jornalismo científico que serviram de alicerce para a definição das categorias de análise propostas.

Problematicando o papel do jornalismo científico, Ivanissevich (2005) considera que cabe a esse gênero possibilitar debates sobre questões polêmicas como a clonagem de embriões, alimentos transgênicos e mudanças climáticas globais. Essa função teria amparo não somente nas responsabilidades éticas da mídia, mas também porque têm apelo popular e asseguram a audiência e a venda do produto (notícia). “Nesse sentido, a mídia tem um papel fundamental: o de manter as pessoas informadas sobre as novas conquistas científicas para que possam se posicionar diante delas” (IVANISSEVICH, 2005, p. 25).

Bueno (1984) considera que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas, que também servirão de base para a elaboração das categorias de análise que desenvolvemos: função informativa; função educativa; função social; função cultural; função econômica; e função político-ideológica.

Apesar de o jornalismo ambiental compartilhar diversos elementos oriundos do jornalismo científico, a cobertura dos fatos relacionados à questão ambiental necessita de outras abordagens além da científica por envolver o debate de problemas com implicações científicas, sociais, econômicas e políticas (OLIVEIRA, 1990). Em razão disso, abordamos as peculiaridades do jornalismo ambiental em relação ao científico e problematizamos as aplicações dos princípios enunciados anteriormente.

Bueno (2007), chama a atenção para o fato de que o jornalismo ambiental está em fase de construção de um conceito para além dos limites do jornalismo científico tradicional, do econômico e do cultural. O autor considera que o jornalismo científico tradicional muitas vezes está comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica, preocupada apenas com a continuidade de suas pesquisas. No campo do jornalismo econômico, a crítica se direciona à sedução exercida pelo modelo agroexportador, pela revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro sobre as editoriais da área econômica. Por fim, repudia a ligação com um jornalismo cultural tipificado pelo domínio das elites e o pouco espaço para o diálogo com os setores populares. De acordo com este autor

Jornalismo Ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa, ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos/ sobre meio ambiente

publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (BUENO, 2007, p.31).

A função social deste jornalismo ambiental é estar política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses” (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, supõe a observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos.

A partir da reflexão sobre as contribuições dos autores consultados até então, destacamos os oito pontos convergentes apontados nas discussões apresentadas enquanto referencial teórico e bibliográfico: diversidade de fontes; independência em relação às fontes; abrir o espaço para o debate; evitar o sensacionalismo; não resumir a abordagem às questões econômicas; procurar aliar jornalismo e educação; evitar a fragmentação da cobertura; e caráter revolucionário e engajamento.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo (SANTOS, 1997). Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias. Buscamos dar conta do que preconiza Melo (2009) ao ressaltar a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo.

Nesta pesquisa aplicamos a análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. A técnica também é útil para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, discrepâncias e para comparar conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. Conforme Santos (1997, p. 125),

A análise de conteúdo é um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens, consagrou-se na segunda metade do século XX com trabalhos seminais de Klaus Krippendorff e de Robert Weber.

Amparados nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado no jornal online “Correio do Povo”. A escolha deste periódico diário deu-se pelo fato de sua grande audiência em seu Estado. O método consistiu no recolhimento e análise de 28 textos jornalísticos publicados de setembro de 2016 a março de 2017. Adotamos, basicamente, dois critérios para a seleção dos textos: conterem referências a problemas ambientais e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010). A partir de então, o estabelecimento das categorias de análise teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010) e relacionados aos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental.

A escolha das categorias também teve como base as seguintes premissas metodológicas: a exclusão mútua (um elemento não pode ser classificado em duas ou mais categorias), a homogeneidade (num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com uma dimensão de análise), a pertinência (as categorias deveriam estar adaptadas ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico escolhido), a objetividade e fidelidade (as diferentes partes de um mesmo material analisado devem ser codificadas da mesma maneira) e a produtividade (um conjunto de categorias é considerado produtivo quando oferece resultados férteis) (BARDIN, 2010).

As premissas para a categorização da análise de conteúdo das reportagens tiveram como base os princípios gerais do jornalismo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) e dos seus subgêneros científico e ambiental (BUENO, 2007). A pesquisa inicial, que deu origem ao presente estudo, levou em consideração a definição de cinco categorias: Precisão, Independência, Pluralidade, Contextualização e Sensibilização. Contudo, são discutidas aqui apenas as três últimas, conforme discutidas a seguir.

Categoria Pluralidade

Analisa o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão ambiental. Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções:

social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental.

Categoria Contextualização

Analisa a contextualização das causas e consequências das questões ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas.

Categoria Sensibilização

Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar fatos ligados à questão ambiental, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas. Congrega o princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, a função educativa do jornalismo e qualidade de procurar aliar jornalismo e educação do jornalismo ambiental.

Uma vez estabelecidas as categorias de análise, foi elaborado um formulário contendo questões com o objetivo de analisar se as reportagens possuem, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria.

Por meio da análise de conteúdo das reportagens foi possível traçar um panorama sobre a cobertura frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental e fazer inferências e verificações sobre sua qualidade. Os resultados da pesquisa obtidos a partir das análises levaram em consideração o grau de esclarecimento apresentado pelas narrativas jornalísticas em suas abordagens sobre ciência e meio ambiente, a partir da observância dos princípios norteadores do jornalismo científico e ambiental, agrupados em cada uma das cinco categorias de análise.

TABELA 1: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES DO FORMULÁRIO DE ANÁLISE DAS REPORTAGENS

CATEGORIAS	PRINCÍPIOS	CONTEÚDO	PERGUNTAS
CONTEXTUALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o significativo de forma interessante e relevante; • Evitar a fragmentação da cobertura; • Nem tudo se resume a questões econômicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar se as matérias cumpriram com o objetivo de oferecer conteúdo de qualidade voltado aos interesses do público. 	<ul style="list-style-type: none"> • A reportagem apresenta as causas históricas do problema ambiental? • As matérias de cunho científico têm os termos traduzidos para o entendimento do público? • A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?
SENSIBILIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Função educativa • Função cultural • Caráter revolucionário e engajamento • Procurar aliar jornalismo e educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se o conteúdo das reportagens busca desenvolver um caráter social procurando conscientizar o público da importância da cultura nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • A matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão da questão ambiental global? • A matéria buscou traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos? • A matéria buscou transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores? • A matéria buscou mostrar ao leitor como as questões tratadas os afetam ou como eles podem agir diante deles?
PLURALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Promover fórum de debates • Função social • Diversidade das fontes • Abrir espaço para debate 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se as matérias cumprem com o papel de proporcionar uma discussão através de indagações dentro das próprias reportagens fazendo com que o público questione o que está acompanhando 	<ul style="list-style-type: none"> • Que vezes tiveram espaço na reportagem? • Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem? • Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas?

Fonte: Roteiro feito pelos pesquisadores/2014.

ANÁLISES

Categoria Pluralidade

Nesta categoria buscamos analisar se as reportagens deram voz aos diversos espaços sociais envolvidos nas causas e consequências dos problemas ambientais. A primeira pergunta foi sobre as vozes que tiveram espaço na reportagem, se em sua maioria eram vindas do poder público, pesquisadores, pessoas afetadas pelos problemas ambientais. Como resultados, observamos que em 57,14% dos casos foram ouvidas fontes oficiais mantidas pelo poder público, em 25% foram ouvidos pesquisadores da área ambiental, ONG's e outras entidades sem vínculo com o Estado e em apenas 7,14% das matérias as pessoas afetadas pelos problemas ambientais foram ouvidas.

Esses dados nos levam de encontro aos princípios do jornalismo ambiental que têm como característica a diversidade de fontes. As reportagens ambientais precisam abrir espaço para aqueles que não possuem voz, neste caso, as pessoas afetadas pelos impactos ambientais. O jornalismo ambiental precisa estabelecer o diálogo entre o docente e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo, ou seja, incentivar a discussão social.

TABELA 2

CATEGORIA - PLURALIDADE 1		RESULTADOS
Que vozes tiveram espaço na reportagem?	Poder público	57,14%
	Pesquisadores	25,00%
	Pessoas afetadas pelos problemas ambientais	7,14%
	Outros	10,71%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O item seguinte da categoria questionou se pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem e, em 46,43% dos casos, eles foram ouvidos. A porcentagem, contudo, ainda não é ideal quando se trata de jornalismo ambiental, tendo em vista que a voz de especialistas é imprescindível para o entendimento das causas e consequências dos problemas ambientais.

TABELA 3

CATEGORIA – PLURALIDADE 2		RESULTADOS
Pesquisadores da área ambiental foram ouvidos na reportagem?	Sim	46,43%
	Não	53,57%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O terceiro item questionou sobre pesquisadores da área de meio ambiente e quantos foram ouvidos na reportagem. Os dados apontam que em 60,71% dos casos um pesquisador foi ouvido, em 10,71% dois foram ouvidos e em 7,14% mais de dois foram ouvidos. Contudo, em 21,43% das matérias nenhum pesquisador foi ouvido, o que é um número considerável e preocupante para matérias que tratam de problemas ambientais, tendo em vista que é preciso ter vozes de vários pesquisadores e o conteúdo precisa ser rico de informações e contrapontos para que o leitor possa compreender a questão de forma satisfatória e com contribuições significativas.

TABELA 4

CATEGORIA – PLURALIDADE 3		RESULTADOS
Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências dos problemas ambientais, quantas opiniões científicas são apresentadas?	1	60,71%
	2	10,71%
	Mais de 2	7,14%
	Nenhum	21,43%

Fonte: Pesquisadores/2017.

Categoria Contextualização

Nesta categoria buscamos analisar as causas e consequências dos problemas ambientais e suas implicações na vida da população, sejam elas sociais, culturais, econômicas, ambientais e/ou políticas. Para isso, questionamos primeiramente se a reportagem resgatou raízes históricas dos problemas ambientais tratados. De acordo com os dados analisados na coleta, em 78% das reportagens não houve esse resgate que possibilitaria

a compreensão geral da questão tratada ao invés da visão pontual de um problema isolado. Apenas 21,43% das matérias resgataram essas raízes históricas. O critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se fez presente, acarretando, conforme Scharf (2004) que os jornalistas tenham um olhar míope sobre a questão ambiental, a partir do qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia, nem suas consequências.

TABELA 5

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 1		RESULTADOS
A reportagem resgatou as raízes históricas dos problemas ambientais tratados?	Sim	21,43%
	Não	78,57%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O segundo item da categoria contextualização questionou se a matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado. Em 46,53% dos textos, constatou-se que essas opiniões estavam presentes e em outros 53,57% não haviam opiniões dos especialistas, comprometendo não somente a qualidade das informações passadas como o interesse da população em compreender o ocorrido.

TABELA 6

CATEGORIA - CONTEXTUALIZAÇÃO 2		RESULTADOS
A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao tema abordado?	Sim	46,53%
	Não	53,57%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O terceiro questionamento da categoria contextualização visou saber se a matéria correlacionou a questão ambiental local com a global e, em 85,71% dos casos observados não houve correlação. Mais uma vez as matérias foram apresentadas de forma fragmentada, tratando determinados problemas ambientais, cujas raízes são questões econômicas, sociais e políticas, como meros fatos isolados. Isso prejudica o entendimento do leitor. Não obstante, Wolf (2001) chama a atenção que os jornalistas definem o grau de noticiabilidade de um fato levando em conta elementos por

ele denominados como valores-notícia. Com base nessas contribuições do autor, torna-se ainda mais evidente que a questão ambiental global se trata de um assunto com importância social e, portanto, com alto valor de noticiabilidade para que a matéria se torne relevante e interessante para o consumo da sociedade.

TABELA 7

CATEGORIA – CONTEXTUALIZAÇÃO 3		RESULTADOS
A matéria correlacionou a questão ambiental local tratada com a questão ambiental global?	Sim	14,29%
	Não	85,71%

Fonte: Pesquisadores/2017.

A quarta pergunta da categoria mostrou que 92,86% das matérias analisadas não correlacionaram os problemas ambientais a questões econômicas, políticas ou culturais e apenas em 7,14% delas houve essa associação. Uma característica fundamental do jornalismo ambiental, entretanto, é que nem tudo se resume às questões econômicas. Geraque (2004) considera que o modelo a ser buscado na cobertura jornalística de meio ambiente é aquele que abre espaço para os aspectos sociais e culturais do cotidiano das pessoas, e não apenas os políticos e econômicos.

TABELA 8

CATEGORIA – CONTEXTUALIZAÇÃO 4		RESULTADOS
A matéria correlacionou o problema ambiental a questões econômicas, políticas ou culturais?	Sim	7,14%
	Não	92,86%

Fonte: Pesquisadores/2017.

Categoria Sensibilização

A categoria sensibilização analisou a utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os problemas ambientais, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Essa foi a categoria que mais apresentou resultados negativos.

O primeiro questionamento foi se a matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão global da questão. Em 89,29% das amostras analisadas não existiu esta abordagem e apenas em 10,71% dos casos ocorreu a apresentação dessas informações. Esse baixo número é expressivo para despertar a percepção de que é possível incluir na cobertura jornalística informações que façam com que o jornalismo ambiental preserve seu caráter transformador e até mesmo revolucionário.

TABELA 9

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 1		RESULTADOS
A matéria buscou, além de noticiar a questão ambiental tratada, apresentar ao leitor informações para a compreensão da questão global?	Sim	10,71%
	Não	89,29%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O segundo item perguntou se a matéria buscou, para além de noticiar apenas os problemas ambientais, traduzir para o leitor termos e expressões referentes à temática ambiental pouco conhecidos. Como resultados, vimos que em 46,43% dos casos a linguagem foi acessível à população, sem o uso de termos técnicos pouco conhecidos por leigos. Em contrapartida, em 53,57% das matérias analisadas não havia termos complexos traduzidos de maneira mais acessível à população.

Compreendemos que não traduzir os termos apresentados, sejam eles siglas ou nomes científicos pode, muitas vezes, fazer com que o leitor não entenda a matéria. O jornalismo ambiental precisa e deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências.

TABELA 10

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 2		RESULTADOS
A matéria buscou traduzir para o leitor termos e expressões referentes a temática ambiental pouco conhecidos?	Sim	46,43%
	Não	53,57%

Fonte: Pesquisadores/2017.

O terceiro item da categoria buscou desvendar se as matérias, além de noticiar apenas os problemas ambientais de forma isolada, transmitiu conteúdos ambientais educativos aos leitores. E como resultados vimos que em 71,43% dos casos analisados, as matérias não abordaram conteúdos educativos. A porcentagem alta não segue a função básica do jornalismo ambiental de educar, desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências.

TABELA 11

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 3		RESULTADOS
A matéria buscou transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?	Sim	28,57%
	Não	71,43%

Fonte: Pesquisadores/2017.

Por fim, a quarta questão da categoria Sensibilização buscou desvendar se as matérias, além de apenas noticiar os efeitos dos problemas ambientais, buscaram mostrar ao leitor como as questões ambientais tratadas os afetam ou como eles podem agir diante delas. Em 78,57% dos casos a matéria não apresentou esse tipo de sensibilização, o que se traduz em um grave prejuízo à população, já que ao jornalista cabe o papel de esclarecer os cidadãos para que saibam como agir diante dos problemas ambientais que os afetam. O alto índice de matérias que não mostraram de que maneiras as pessoas poderiam agir diante desses problemas prova que essas produções não estão, novamente, ligadas ao critério do jornalismo ambiental de aliar-se à educação, de informar novos etilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas e cobrar soluções criativas do poder público.

TABELA 12

CATEGORIA – SENSIBILIZAÇÃO 4		RESULTADOS
A matéria buscou mostrar ao leitor como as questões ambientais tratadas os afetam ou como eles podem agir diante deles?	Sim	21,43%
	Não	78,57%

Fonte: Pesquisadores/2017.

CONCLUSÕES À GUIA DE RECOMENDAÇÕES

Conseguimos atingir nosso objetivo de avaliar a cobertura jornalística sobre questões ambientais realizada pelo portal “Correio do Povo”, do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de critérios de qualidade estabelecidos com base nos princípios norteadores do jornalismo, sua função social como democratizador de informação e a função de seus gêneros científico e ambiental. Contudo, apesar da satisfação de ter alcançado um resultado positivo e satisfatório para o fazer científico com este artigo, lamentamos o desempenho negativo e insatisfatório do fazer jornalístico constatado pelas análises apresentadas.

A avaliação das matérias na categoria pluralidade que buscou analisar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas nas matérias sobre problemas ambientais, mostrou que as reportagens priorizaram a voz do poder público, discordando, assim, da característica do jornalismo ambiental que prima pela diversidade das fontes. Foi insuficiente o número de pesquisadores ouvidos, não seguindo, dessa forma, o princípio geral do jornalismo de promover um fórum para debate, que apenas seria possível se houvesse mais de um pesquisador discutindo as ideias. Os resultados se mostraram negativos mais uma vez quando o questionamento se fez sobre quantas opiniões científicas foram apresentadas nas matérias. De acordo com o critério do jornalismo ambiental deve-se abrir espaço para o debate, no qual deve haver diferentes pontos de vista para que haja diferentes questões onde surgem as controvérsias.

A categoria contextualização buscou averiguar a conjuntura dos problemas ambientais e suas implicações sociais, culturais, econômicas ambientais e políticas. O número de matérias que resgataram as raízes históricas dos problemas ambientais foi minoria. Portanto, o critério do jornalismo ambiental de evitar a fragmentação da cobertura não se fez presente. Os dados também provaram que as reportagens não estiveram alinhadas ao princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, contradizendo a importância da apresentação da questão global como valor de relevância e interesse para o consumo de informações pela sociedade.

A categoria sensibilização analisou a utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos de problemas ambientais, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Entretanto, como enfatizado anteriormente, essa foi a categoria que mais apresentou resultados negativos. A constatação de que mais da metade das matérias não buscaram apresentar

conteúdos educativos, evidencia também que houve desinteresse em aliar jornalismo e educação, critério do jornalismo ambiental para que o objetivo dessa categoria fosse atingido. Quando questionamos sobre como os problemas ambientais podem afetar a população e de que maneiras ela pode agir diante deles, quase 80% das matérias não trouxe sugestões de soluções ou ações de enfrentamento aos problemas. O alto índice prova, novamente, que a cobertura jornalística em análise não esteve alinhada ao critério do jornalismo ambiental que propõe aliar a abordagem jornalística à educação, no sentido de informar novos estilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas e cobrar soluções criativas do poder público.

Levando em consideração os dados apresentados, constata-se, a partir de uma visão geral e com base nas categorias estabelecidas no formulário de análise, que a cobertura jornalística sobre o meio ambiente no portal Correio do Povo não atendeu satisfatoriamente aos critérios de qualidade do jornalismo ambiental. Fato que nos permite reafirmar como um desempenho negativo e insatisfatório para o jornalismo enquanto função social e, principalmente, para a sociedade que precisa desse desempenho para manter-se bem informada e instruída, tendo como foco o bem-estar comum e a manutenção da vida humana.

As conclusões a que pudemos chegar ao observarmos os textos jornalísticos, é que estes deveriam, segundo os critérios, princípios e funções instituídos na fundamentação teórica, abranger de forma mais aprofundada assuntos relacionados ao meio ambiente, ser mais independentes das fontes e apresentar de maneira educativa informações para a sociedade, partindo da justificativa de que o jornalismo necessita se engajar como defensor do interesse público.

Esperamos que os dados aqui apresentados contribuam para melhorar a qualidade da cobertura jornalística sobre a questão ambiental nas redações de todo o Brasil. Também é nosso anseio estimular a reflexão sobre a necessidade de aprimoramento constante da sensibilidade do jornalista, especialmente no que diz respeito à questão ambiental. É nosso desejo que haja um despertar contínuo para a atenção e o trato das informações jornalísticas sobre o meio ambiente a fim de atingir positivamente a população preparando-a e instruindo as melhores práticas e atitudes cotidianas para a promoção de uma vida sustentável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: The Athlone Press, 1970.

BORTOLOZZI, Arlêude. Comunicação, ensino e temática ambiental. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 14, p. 42-48, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36842/39564>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BUENO, Wilson Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara, 2007.

_____. **Jornalismo científico no Brasil**: o compromisso de uma prática independente. 1984. 163f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

CAMARA, Eric Brücher. Aquecimento global pode afetar Brasil até 20% mais que a média, diz Inpe. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091211_c15_ebc_rc.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2017.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

FARIS, Stephan. **Mudança climática**: as alterações do clima e as consequências diretas em questões morais, sociais e políticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa *et al.* Comunicação Comunitária. In: SEMINÁRIO ANUAL DE PESQUISA, 2., 2001, Tefé. **Anais**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2001. p. 35-38.

FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em um experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FLANNERY, Tim F. **Os senhores do clima**: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

IVANISSEVICH, Alícia. Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

ÓRGÃO da ONU admite erro em previsão sobre aquecimento global. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100119_geleira_himalaia_ipcc_np.shtml>. Acesso em: 5 de abril de 2017.

PACHAURI, R. K.; REISINGER, R. (Ed.). **Climate change 2007**: syntheses report. Genebra: IPCC, 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html>. Acesso em: 5 de abril de 2017.

Portal Correio do Povo. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br>>
Acesso em 09 de janeiro de 2017.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Paris: Librairie General Française, 1996.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra, Minerva, 2000.

SOUSA, Filipa Ambrósio de. ONU arrasa previsões dos cientistas sobre Amazônia. **Diário de Notícias**, Portugal, 1 fev. 2010. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1483539&seccao=Biosfera>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 1.

_____. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 2.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “Estórias”**. Lisboa, Vega, 1997.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

VERÍSSIMO, José. **A instrução e a imprensa**: livro de Centenário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084/1825>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

REGGO

Este livro foi composto pela Reggo Editorial, em Versailles LT Std
em junho de 2020 na capital do Amazonas.

A investigação da qualidade da informação científica e ambiental das coberturas jornalísticas no Brasil figurou como a principal preocupação do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Amazônia (Trokanó) na sua primeira década de atividades. Desde a sua criação, em 2011, no âmbito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e certificação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadores, estudantes e graduação e pós-graduação ligados ao grupo veem se revezando ao longo dos anos fazendo análises sobre como a imprensa trata os assuntos relacionados às questões ambientais e utilizam informações científicas para dar sentidos às narrativas e informar seus públicos. A coleção “Jornalismo, Ciência e Meio Ambiente” mostrará os resultados de pesquisas que analisaram o jornalismo científico e ambiental nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste em três edições.

